



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DA AMAZÔNIA

Elis Regina Corrêa Vieira

**MANCHETE DO DIA: IMPRENSA PARAENSE E SANEAMENTO RURAL**  
*(1917-1924)*

Belém / PA  
2016

Elis Regina Corrêa Vieira

**MANCHETE DO DIA: IMPRENSA PARAENSE E SANEAMENTO RURAL**  
*(1917-1924)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franciane Gama Lacerda

Belém / PA  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

---

Vieira, Elis Regina Corrêa

Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924) / Elis Regina Corrêa Vieira. - 2016.

Orientadora: Franciane Gama Lacerda

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

1. Saneamento – Pará. 2. Pará – condições rurais – saneamento.  
3. Imprensa – Pará. 4. Jornalismo – Aspectos sociais – Pará. I.  
Titulo.

CDD 22. ed. 363.72098115

---

Elis Regina Corrêa Vieira

**MANCHETE DO DIA: IMPRENSA PARAENSE E SANEAMENTO RURAL**  
*(1917-1924)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franciane Gama Lacerda (Orientadora)

PPHIST - UFPA

---

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

PPHIST-UFPA

---

Prof. Dr. Júlio Cesar Schweickardt

Instituto Leônidas e Maria Deane – FIOCRUZ/ Amazonas

Belém / PA  
2016

Para meus avós, os maiores contadores de histórias  
que já conheci.

Enita Vieira e Adelson Barbosa (in memoriam)

Edite Corrêa e Maurício de Sousa (in memoriam)

## **Agradecimentos**

Inicialmente agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ) que financiou essa pesquisa, sem este investimento a mesma não seria possível. Também agradeço a minha orientadora, professora Franciane Gama Lacerda, que iniciou minha formação de pesquisadora quando fui sua bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e agora participa de mais uma etapa importante na minha formação. Graças a sua paciência, as leituras atentas, as sugestões, as indicações bibliográficas, esta dissertação pode ser concluída. Franciane é inspiradora como profissional e me ajudou a crescer como professora de História. Os professores Nelson Sanjad e Francivaldo Nunes também foram muito importantes nessa trajetória, ao participarem da minha qualificação realizaram sugestões valiosas que permitiram dar mais objetividade a pesquisa.

O professor Nelson Sanjad também ministrou junto com o professor Érico da Silva Muniz uma disciplina sobre História da Saúde no Brasil, por meio dela pude ampliar minha bibliografia e debater conceitos que foram fundamentais para a dissertação. Também agradeço a todos os professores do programa de pós-graduação que ministram disciplinas para minha turma, José Alves, Pere Petit, Edillza Fontes, Francivaldo Nunes, esses professores realizaram importantes debates historiográficos e debateram também os projetos de pesquisa o que contribuiu para amadurecê-los.

A pós-graduação também proporcionou a construção de laços de amizade que tornaram esta jornada menos pesada, Marizinha, Adnê, Fabricio, Aline, Jackson, obrigada por ouvirem minhas piadas sem graça, por todas as filas do R.U que enfrentamos juntos, pelos conselhos, pelas angústias compartilhadas, pelos cafés e pelas “brejas”, vocês deixaram essa jornada mais colorida e mais cheia de sorrisos. Entre os amigos também está José Maria, o médico da turma, ele sempre foi muito solícito em emprestar livros, indicar fontes e explicar termos da medicina que muitas vezes pareciam complicados, um grande patologista e pesquisador da História da Saúde que contribuiu muito com esse trabalho.

Falando em laços, não existe laço mais forte que o laço de família, a família assume uma pluralidade de formas, mas pode ser sintetizada na palavra amor. O colo de mãe cura todas as dores do mundo, foram os braços e o aconchego da minha Terezinha que me deram forças para seguir adiante, uma mulher forte, corajosa e sábia, que faz uma festa invisível toda vez que eu volto de Belém e sorri como se fosse a primeira vez que estivesse me vendo, que cultivava flores na janela, imaginando que as rosinhas são as filhas que estão longe. Meu Edinaldo também é todo carinho, sou quase um espelho dele na teimosia, na fala ligeira, na

letra quadrada, no amor pelo Corinthians e pelo Paysandu. Meu pai é muito criativo e inteligente, o melhor pedreiro do mundo, que construiu tantas casas e também ajudou a construir quem eu sou hoje. Sem o carinho e o incentivo de vocês não teria chegado até aqui, essa conquista é nossa.

Dizem que não escolhemos os irmãos, todavia escolhemos quem amar, afinal amor nunca é automático e protocolar. Sammara e Bianca escolheram me amar como eu sou, a irmã “diferentona” que usa pouco o whatsapp, que não tem Instagram e que não gosta muito de tirar fotos. Sammara é o S que pluraliza os sorrisos da minha vida, uma excelente e perspicaz advogada, especialista em desatar os nós que a vida insiste em fazer, organiza e planeja viagens como ninguém. Ao longo do mestrado ela me deu conselhos valiosos, me acalmou e me fazia rir nos momentos de tensão. A Bianca é a irmã caçula, determinada e corajosa, foi fazer o mestrado em São Paulo, demonstrando maturidade e independência. Dividimos o mesmo ofício, o mesmo amor pela História, com ela pude debater alguns conceitos historiográficos e pedir sugestões sobre a pesquisa. Bianca é inspiradora e cheia de talentos, desenha, toca dois instrumentos, tem a alma de uma artista que não fugiu com o circo, mas ficou para encher a vida daqueles que ama de cores e luz.

Diversos amigos também foram muito importantes ao longo dessa trajetória, Gabriel, meu anjinho, sempre teve paciência de ouvir, me ajudou a encarar todas as crises da dissertação, acreditou em mim quando eu não acreditava, sua tranquilidade e carinho me ajudaram a terminar essa dissertação. Aline Sales, que por quatro anos morou comigo, também foi uma grande incentivadora, “pensamentos positivos geram resultados positivos”, nos momentos de desânimo seus recadinhos me davam força e seus conselhos me ajudaram a amadurecer. Luiza Helena, foi um desses encontros gostosos que a vida promove, uma mineirinha que chegou em minha vida para ficar, ela também me deu vários conselhos, me incentivou, acreditou em mim, por meio dela também agradeço a toda família Barnabé. Professores, familiares, amigos, sem vocês não teria concluído essa jornada, muito obrigada por tudo que fizeram por mim.

## RESUMO

A partir da década de 1910 ocorreu à configuração de um movimento nacionalista pelo saneamento rural ou saneamento dos sertões, um dos grandes símbolos desse movimento é o discurso do médico Miguel Pereira que em 1916 denunciava que o Brasil era um imenso hospital. No mesmo ano, o Instituto Oswaldo Cruz publicou os relatórios das expedições científicas realizadas no interior do país e ratificavam a imagem de um sertão doente e abandonado. Neste contexto se intensificam nos meios intelectuais os debates sobre o saneamento dos sertões, sendo criada em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil. O objetivo dessa dissertação é investigar o saneamento rural a partir do discurso da imprensa paraense, tentando compreender como os jornais foram um importante espaço de debate das ideias sanitaristas e ajudaram a tornar o movimento hegemônico. Desejamos também evidenciar as limitações do saneamento rural no Pará e os conflitos desse processo.

Palavras-chave: saneamento rural, imprensa, Pará.



## **ABSTRACT**

From the 1910s was the setting of a nationalist movement for rural sanitation or sanitation of the backlands, one of the great symbols of this movement is the doctor's speech Miguel Pereira who in 1916 denounced that Brazil was a huge hospital. In the same year, the Instituto Oswaldo Cruz published the reports of scientific expeditions carried out within the country and ratifies the image of a sick and abandoned hinterland. In this context intensify in intellectual circles the debate on the reorganization of the backlands, being created in 1918 the Pro-Sanitation League of Brazil. The objective of this dissertation is to investigate the rural sanitation from the speech of Para press, trying to understand how the newspapers were an important forum for debate of ideas hygienists and helped make the hegemonic movement. We also wish to highlight the limitations of rural sanitation in Pará and conflicts of this process.

Keywords: rural sanitation, press, Pará.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Planta da cidade de Belém-----	33
FIGURA 2 – Planta da Estrada de Ferro de Bragança-----	38
FIGURA 3 – Distribuição dos postos sanitários e comissões ambulantes-----	82
FIGURA 4 – Barracão onde funcionava o posto Belisário Pena-----	83
FIGURA 5 – Posto sanitário Belisário Pena em dezembro de 1921-----	84
FIGURA 6 – Barraca de taipa e cobertura de palha de ubussú-----	100
FIGURA 7 – Barraca de taipa com cobertura de cavaco-----	102
FIGURA 8 – Colheita do assahy-----	107

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	9
<b>CAPÍTULO I – IMPRENSA E AS REPRESENTAÇÕES DO URBANO E DO RURAL</b>	
1.1 - A imprensa como objeto: aspectos gerais da <i>Folha do Norte, Estado do Pará e A Palavra</i> -----	16
1.2 - Belém moderna, urbana e higienizada-----	25
1.3 - Belém que chora e a tênue fronteira entre o urbano e o rural-----	30
1.4 - Instruir, sanear e povoar: a Estrada de Ferro de Bragança-----	37
<b>CAPÍTULO II – INTELLECTUAIS, HEGEMONIA E O SANEAMENTO RURAL NO PARÁ</b>	
2.1 O Brasil é um imenso hospital: jornais paraenses e o movimento pelo saneamento rural-----	46
2.2 - A criação da Inspeção de Profilaxia do Paludismo-----	59
2.3 - Por um Brasil são e forte: a missão do Cruzador José Bonifácio-----	68
2.4 - O desamparo dos nossos sertões: a instalação da Faculdade de Medicina e os conflitos com a pajelança-----	74
<b>CAPÍTULO III – A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DO PARÁ</b>	
3.1 - Sanear é preciso: os primeiros postos de profilaxia rural-----	80
3.2 - Comissões ambulantes e postos sanitários na Estrada de Ferro Bragantina-----	89
3.3 - O médico como etnógrafo: moradia e hábitos alimentares da população paraense-----	99
3.4 - A cura da Lepra e a polêmica do Assacú-----	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	127
<b>LISTA DE FONTES</b> -----	131
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	133

## Introdução

Jornal antigo é melhor que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está tudo vivo. Os letreiros sepulcrais, sobre monótonos, são definitivos: aqui jaz, aqui descansam, orai por ele! As letras impressas na gazeta antiga são variadas, as notícias aparecem recentes; é a galera que sai, a peça que se está representando, o baile de ontem, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muitos elogios; é a própria vida em ação.<sup>1</sup>

O artigo acima foi escrito por Machado de Assis, em 1889, e sua compreensão dos significados de um jornal antigo é muito interessante. O jornal antigo não seria um cemitério, onde tudo é morto, definitivo, estático, pelo contrário, seria marcado pela ideia do movimento, onde a própria vida estaria em ação. De fato, quando investigamos alguns jornais que circularam em Belém, no início do século XX percebemos que eles são marcados por uma forte dinâmica, sendo espaço de debate e construção de valores, ideias e diversos projetos político-sociais. Entre as principais questões discutidas em alguns jornais paraenses, estava o saneamento rural ou saneamento dos sertões – alvo dessa dissertação – sugerindo a importância que o tema tinha para tal contexto.

O advento da República no Brasil marcou um período de intenso remodelamento urbano e de preocupações com a saúde e a higiene da população. Com a intenção de se construir uma civilização nos trópicos, diversas cidades brasileiras passaram por intensas transformações, que alargavam ruas e avenidas e destruíam cortiços em nome de um ideal higiênico e civilizador.<sup>2</sup> Os discursos higienistas também eram latentes no Pará, em 1910, após acordo com o governo paraense, uma comissão liderada por Oswaldo Cruz combateu a febre amarela no Pará, endêmica na maioria dos estados do Norte e Nordeste.<sup>3</sup> Desse modo, o projeto civilizador e modernizante da República encontrou um poderoso adversário, as doenças, no caso da Amazônia, especialmente a malária. Oswaldo Cruz foi inclusive contratado em 1909 pela companhia construtora da Madeira-Mamoré para realizar a profilaxia da malária que dizimava os trabalhadores da ferrovia.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup>ASSIS, Machado de. Bons dias! Introdução e notas: John Gledson. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p.273.

<sup>2</sup>Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996. Ver também: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2001.

<sup>3</sup>AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à Vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

<sup>4</sup>HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 151.

Hochman chama a Primeira República de “a era do saneamento” e destaca que nesse período ocorreu o crescimento de uma consciência entre as elites dos graves problemas sanitários do país.<sup>5</sup> Todavia nos primeiros anos da República, as políticas de saúde pública estavam voltadas especialmente para os espaços urbanos. As ações de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro e Belém e de Alfredo da Matta em Manaus, são exemplos dessa tendência.<sup>6</sup> A partir da década de 1910 ocorreu à configuração de um movimento nacionalista pelo saneamento rural ou saneamento dos sertões, um dos grandes símbolos desse movimento é o discurso do médico Miguel Pereira que em 1916 denunciava que o Brasil era um imenso hospital. No mesmo ano, o Instituto Oswaldo Cruz publicou os relatórios das expedições científicas realizadas no interior do país e ratificavam a imagem de um sertão doente e abandonado. Neste contexto se intensificam nos meios intelectuais os debates sobre o saneamento dos sertões, sendo criada em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil, presidida por Belisário Pena.<sup>7</sup>

Desse modo, construiu-se por parte de autoridades e dos próprios médicos a ideia de que os médicos-higienistas, libertariam os sertões do Brasil de suas doenças, de seu atraso, fortalecendo sua força produtiva. Assim sendo, davam o diagnóstico e a solução para o problema, tentando convencer uma elite intelectual e política de que o saneamento e a profilaxia rural eram indispensáveis para o país. Nas campanhas pelo saneamento rural a imprensa assume um papel muito importante ao produzir textos diversos que denunciavam o péssimo estado sanitário dos sertões do Brasil e ao publicar artigos médicos em defesa do saneamento, como os que Belisário Pena publicou no *Correio da Manhã* em 1917 e que posteriormente foram reunidos e deram origem ao livro *Saneamento do Brasil*.<sup>8</sup>

É importante mencionar também Monteiro Lobato que discutiu intensamente o tema do saneamento no jornal *O Estado de São Paulo*, mais tarde estes artigos foram reunidos e deram origem ao livro *Problema Vital*. Nessa obra Lobato realiza a redenção do personagem Jeca Tatu, o diagnóstico sobre a preguiça e indolência do caboclo tão marcante em *Urupês* sofreu profundas transformações. Em contato com as ideias sanitaristas Lobato passa a

---

<sup>5</sup>HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.41.

<sup>6</sup>SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Fapeam, 2011, p.30.

<sup>7</sup>PONTE, Carlos Fidelis, LIMA, Nísia Trindade e KROPF, Simone Petraglia. O sanitarismo (re) descobre o Brasil. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, C.(Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010,p.90.

<sup>8</sup>LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p.166.

responsabilizar as doenças e a ausência dos poderes públicos pela situação de miséria e indigência em que se encontrava o homem do campo.<sup>9</sup>

Segundo Santos, uma das questões mais provocantes no estudo da primeira república é compreender como a luta pelo saneamento rural ganha uma força simbólica tão grande a ponto de conquistar as primeiras páginas dos periódicos<sup>10</sup>. De fato, a atuação da imprensa foi fundamental para que este debate alcançasse um público mais amplo e envolvesse diversos setores da sociedade. Os jornais paraenses não ficaram excluídos deste processo e denunciavam diariamente em suas páginas os problemas sanitários do estado e os riscos que essa condição trazia ao desenvolvimento do Pará.

Desse modo, o objetivo dessa dissertação é investigar o saneamento rural a partir do discurso da imprensa paraense, tentando compreender como os jornais foram um importante espaço de debate das ideias sanitaristas e ajudaram a tornar o movimento hegemônico. Nosso intuito não é aprofundar os debates em torno da raça e da nacionalidade, mas compreender como a imprensa debateu e divulgou as ideias gerais do sanitarismo, além disso, também queremos investigar os limites do saneamento rural no Pará e os conflitos desse processo.

O recorte da pesquisa compreende o período de 1917 a 1924, o marco inicial é o ano de criação do Serviço de Profilaxia do Paludismo, que mesmo com suas limitações realizou serviços de profilaxia em Belém e alguns pontos do interior do estado, como a Estrada de Ferro de Bragança. Em 1921 foi implantado o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará, chefiado pelo médico paraense Heráclides César de Sousa Araújo que ficou na direção do serviço até 1924, quando encerramos nosso recorte. No que concerne à seleção dos jornais escolhemos *o Estado do Pará e a Folha do Norte*, por serem dois jornais diários e de grande circulação e *A Palavra* por ter debatido a questão do saneamento com frequência, tanto na coluna *Lavoura e Criação* como em outras colunas do jornal.

Ao analisar esses jornais voltamos às proposições de Machado de Assis, os jornais antigos não são como um cemitério, eles estão vivos, evidenciam movimento. Mas como encontrar em folhas amareladas a dinâmica das relações sociais? Como não transformar o jornal antigo em um cemitério onde tudo parece estático e definitivo? Raymond Willians ao discutir a imprensa popular inglesa apontou que uma abordagem corrente era aquela que fazia da História da Imprensa um campo isolado, que fazia referencia a si - mesmo, sem procurar as

---

<sup>9</sup>Idem, p.214.

<sup>10</sup>SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, 1985,p.194.

conexões e vínculos com outras formas de comunicação e também com aspectos sociais e culturais. Para o autor tal perspectiva trazia muitas limitações e precisava ser superada<sup>11</sup>.

É importante salientar que os estudos sobre a história da imprensa já avançaram bastante em suas discussões teóricas e metodológicas, percebendo a necessidade de ver os jornais a partir da sua materialidade, como portadores do pensamento de variados sujeitos, como força social. Um dos estudos pioneiros nesse sentido foi *A História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, para o autor a história da imprensa brasileira está intimamente ligada com o desenvolvimento do capitalismo e a preocupação com o controle e difusão de ideias e informações. Sodré compreende a história da imprensa por meio do materialismo histórico, para o autor, o capitalismo determinou e condicionou a gênese e evolução dos jornais no Brasil.<sup>12</sup>

Todavia como observam Cruz e Peixoto, no uso corrente em monografias, dissertações e teses, a imprensa ainda é utilizada como fonte subsidiária e secundária. Segunda as autoras, via de regra, ainda prevalece uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual os artigos são deslocados dos veículos e integrados sem qualquer mediação de análise ao contexto macro da pesquisa. Desse modo, para as autoras, a imprensa acaba se transformando em um objeto morto e deslocado das tramas históricas nas quais se constituem, sendo necessário pensar a imprensa a partir de uma perspectiva mais dinâmica, investigando as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.<sup>13</sup>

Tânia Regina de Luca investigou as várias relações entre historiadores e imprensa e por meio da expressão uma “história dos, nos e por meio dos periódicos”, analisou como inicialmente os historiadores consideravam a imprensa uma fonte suspeita e distorcida, depois passaram a utilizá-la como fonte de suas pesquisas e por fim começaram a percebê-la como um objeto da pesquisa histórica. De Luca defende a percepção da imprensa como objeto e sugere que para tanto sejam investigados desde a materialidade do jornal até o leitor que o consome.<sup>14</sup>

Seguindo esses pressupostos Marialva Barbosa analisa a imprensa carioca no início do século XX, partindo da ideia de um circuito de comunicação, que vai da produção a recepção

---

<sup>11</sup> WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a Cultura Popular: Uma Perspectiva Histórica. In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, 2007, p.15.

<sup>12</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

<sup>13</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, 2007, p.256.

<sup>14</sup> LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (coord). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

pelo leitor. Tendo forte influência de Gramsci, Barbosa compreende o jornalista como um intelectual orgânico que se constitui em executor dos grupos dominantes e tem a principal função de formar consensos espontâneos<sup>15</sup>.

Com relação à imprensa paraense, Geraldo Mártires Coelho investiga o nascimento da imprensa no Grão-Pará e longe de reduzir este nascimento a uma simples fase da História da Imprensa ou de recair no mito das origens, analisa a imprensa em sua intrínseca relação com a sociedade e defende que o seu nascimento é uma projeção do Vintismo na Amazônia.<sup>16</sup> É importante mencionar também o trabalho de William Gaia Farias que ao investigar a construção da República no Pará tem a imprensa como uma de suas fontes principais, dando ênfase no seu papel de divulgar e legitimar o ideário republicano.<sup>17</sup>

Assim sendo, este trabalho pretende contribuir nos debates sobre a história da imprensa, especialmente na sua percepção como força social e cultural ativa. Desse modo, os jornais selecionados não são meras fontes de informação sobre o saneamento rural no estado do Pará, são antes de tudo espaço de debate e de construção desse processo, por meio dos jornalistas, colunistas e até mesmos dos leitores que mandavam cartas às redações dos periódicos. Esta dissertação está estruturada em três capítulos:

No capítulo I discutimos como a imprensa construiu diversas representações do urbano e do rural. Inicialmente pontuamos os aspectos gerais dos três jornais investigados, enfocando especialmente na materialidade e nos grupos que os produziram. Depois analisamos as várias representações do urbano e do rural, discutindo como suas fronteiras eram tênues, especialmente quando o rural era compreendido como sinônimo de doenças e atrasos. A intenção do capítulo é demonstrar que o saneamento rural não se reduziu a distribuição de medicamentos ou ações de engenharia sanitária, mas foi um movimento em que se configuraram diversas representações do urbano e do rural, o que revelam os conflitos e a intensa relação entre esses dois espaços.

No capítulo II analisamos como os intelectuais paraenses transformaram a imprensa em um importante espaço de debate das ideias sanitaristas, contribuindo para tornar o movimento hegemônico. Desse modo, compreendemos os jornalistas como uma elite intelectual que visava a produção de um determinado consenso, em que o discurso do

---

<sup>15</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2010.

<sup>16</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal do Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

<sup>17</sup> FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*, Dissertação (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.



saneamento e da profilaxia rural se tornariam hegemônicos.<sup>18</sup> Além dos jornais também investigamos as mensagens dos governadores do Pará a fim de analisar como os debates na imprensa chegavam até os poderes públicos e estimulavam ações voltadas para a saúde pública, como a criação da Inspeção de Profilaxia do Paludismo em 1917, pelo governador Lauro Sodré. Por meio das mensagens dos governadores também percebemos como a crise da borracha provocou um abalo nas receitas do estado o que dificultava a implantação de vários serviços de saúde. Ainda no capítulo analisaremos a missão de pesca e saneamento do Cruzador Auxiliar José Bonifácio que mesmo focando suas ações no litoral também foi influenciada pelas ideias do movimento sanitário. Por fim, apontaremos como os médicos que desejavam sanear os sertões, encontravam poderosos concorrentes, pois a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará em 1919, não representou uma hegemonia dos esculápios no universo da cura, desse modo a maior parte da população recorria aos tratamentos da pajelança.

No capítulo III investigamos a implantação do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará, chefiado pelo Dr. Heráclides César de Sousa Araújo. Primeiramente discutimos como a imprensa louvou o início dos trabalhos de profilaxia que representavam a esperança de fortalecer a força produtiva do Pará e conduzir o estado a um futuro de progresso e prosperidade. Por meio da imprensa e do livro *A profilaxia rural no Estado do Pará* analisamos a estrutura e organização desses serviços nos subúrbios de Belém e na região da Estrada de Ferro de Bragança. Destacamos que a investigação se concentrou nessas regiões, porque no recorte investigado foram os espaços em que o saneamento rural teve uma presença mais efetiva.

Depois de analisar a estrutura desse serviço discutimos uma das principais polêmicas entre a imprensa e o chefe da profilaxia rural do Pará, que se deu quando o médico negou que uma planta medicinal amazônica, o *Assacú*, poderia curar a Lepra. O *Estado do Pará e A Palavra* fizeram duras críticas ao médico considerando sua atitude autoritária, já a *Folha do Norte* defendeu o Dr. Sousa Araújo, criticando a postura dos outros jornais que considerava antipatriótica. Compreendo que este embate possuiu três dimensões importantes. A primeira é o embate entre os intelectuais paraenses e uma autoridade federal, representada pelo Dr.

---

<sup>18</sup>Utilizamos o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci. Segundo o autor, o Estado é produto de múltiplas e dinâmicas relações entre sociedade civil e política, num permanente jogo de pressões e contrapressões entre diversos grupos que visam a produção de um consenso em que o projeto de um determinado grupo é aceito pelos demais. Tal concepção implica a ideia de uma direção intelectual que é imposta por um grupo a toda sociedade, através do consentimento e não pela coerção física. Ver: Gramsci, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Ver também : *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Sousa Araújo, o que demonstra como a crescente intervenção do governo federal em assuntos de saúde, gerou conflitos diversos com os poderes locais.<sup>19</sup> A segunda dimensão do conflito nos ajuda a pensar como a medicina científica fazia uso de vários conhecimentos da medicina popular, já que o uso do *Assacú* estava ligado a antigas práticas de cura indígenas. A terceira dimensão do conflito demonstra que os médicos brasileiros constantemente debateram a terapêutica da lepra e não se limitaram a imitar os métodos de tratamento europeu. Em meio a esses debates o Lazarpólis do Prata foi inaugurado oficialmente em junho de 1924 e pouco tempo depois o Dr. Sousa Araújo pediu exoneração do cargo de chefe da profilaxia rural do Pará a fim de realizar estudos sobre a lepra, encerro o capítulo com essas questões.

De modo geral esta dissertação pretende contribuir para uma história da imprensa que perceba os jornais como objetos históricos e ao mesmo tempo busca entender um processo de saneamento da zona rural por meio de serviços de saúde e de profilaxia de doenças, num período de crise econômica no estado do Pará.<sup>20</sup> Assim sendo, chegou a hora das páginas amareladas dos jornais antigos ganharem vida e movimento. Saneamento rural é a manchete do dia, boa leitura!

---

<sup>19</sup>Para Hochman a interação entre os serviços federais e o poder local era muitas vezes conflituosa, apesar de ressaltar que ocorreram diversas negociações entre a esfera federal e local para reduzir estes embates. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.177.

<sup>20</sup>Sobre a crise da borracha ver: WEINSTEN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. Ver também: SANTOS, Roberto. O Grande Colapso. In: *História Econômica da Amazônia (1880-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

## CAPÍTULO I – IMPRENSA E AS REPRESENTAÇÕES DO URBANO E DO RURAL

### 1.1- A imprensa como objeto: aspectos gerais d' Folha do Norte, Estado do Pará e A Palavra.

No final do século XIX a imprensa no Brasil passou por várias transformações, como assinala Sodré, ocorreu uma transição da pequena a grande imprensa, onde os pequenos jornais de estrutura simples cedem lugar às empresas jornalísticas, com estruturas específicas e dotadas de equipamentos gráficos necessários ao exercício desta função<sup>21</sup>. Desse modo, os jornais se convertem cada vez mais em empresas jornalísticas, com uma estrutura de organização mais complexa e com um maior emprego de tecnologias. Barbosa também assinala que nesse contexto a imprensa carioca passou de um elevado número de títulos efêmeros, estruturados administrativamente como empresas familiares, para uma imprensa em moldes industriais, “onde as relações familiares e de amizade dão lugar às subscrições entre representantes de capitais solidamente constituídos para adquirir um novo jornal”.<sup>22</sup>

No Pará essas transformações também são vivenciadas, segundo Paulo Ferreira, as riquezas geradas pela economia gomífera criaram as condições para um maior desenvolvimento da imprensa paraense, marcando na virada do século “um período de transição entre a imprensa episódica, quixotesca, aventureira e heroica para uma postura mais empresarial”.<sup>23</sup> É claro que essas mudanças ocorreram de forma gradativa e são sentidas de formas diferenciadas pelos jornais, no entanto não deixa de ser visível um novo momento no fazer jornalístico.

Também é importante perceber a imprensa paraense como um espaço dinâmico e diverso, tanto no que diz respeito ao formato dos jornais como no que concerne aos grupos que os produziram. Figueiredo apontou uma efervescência da imprensa do Pará na virada do século XIX para o XX, segundo o autor, a imprensa assumiu múltiplas formas, destacando que se multiplicaram os jornais humorísticos e literários. Além disso, o autor enfatiza que os jornais estavam longe de espelhar apenas os discursos das elites, sendo apropriados por diversos grupos, a exemplo de pajés e imigrantes nacionais e estrangeiros.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed, São Paulo: Mauad, 1998, , p.275.

<sup>22</sup>BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p.9

<sup>23</sup>FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005>>. Acesso em: < 17 de nov.2014>.

<sup>24</sup>FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (parte final). *Publicação trimestral da Fundação de Telecomunicações do Pará*, nº.5, ano 2, mar. 2009, p 40-45. Disponível em: <<http://issuu.com/portalcultura/docs/revistazyg360com5>>. Acesso em: < 20 de out. de 2014>.

Foi dentro desse contexto dinâmico e cheio de transformações no jornalismo que os três jornais investigados nessa dissertação de mestrado surgiram. O primeiro deles a circular foi a *Folha do Norte* em 1896, fundada por Cipriano Santos, Enéas Martins, dentre outros. Em 1917, Cipriano Santos elegeu-se Senador Estadual e Intendente Municipal de Belém, passando para Paulo Maranhão a propriedade do jornal. Paulo Maranhão dirigiu o jornal até sua morte em abril de 1966. Em 27 de junho de 1973, Romulo Maiorana adquiriu o jornal que circulou até 1974.<sup>25</sup>

Analisando o contexto político da *Folha do Norte*, percebe-se que inicialmente esteve fortemente ligada aos conflitos entre Lauristas e Lemistas. Deste modo, com o rompimento político entre o Partido Republicano Federal e o Partido Republicano por volta de 1900, ocorreu uma polarização entre os que apoiavam Lauro Sodré e os que apoiavam Antônio Lemos. Na imprensa esta rivalidade se expressou pela oposição entre *A Folha do Norte*, que apoiou Sodré e *A Província do Pará*, que apoiou Lemos.<sup>26</sup>

Ricardo Borges também destaca que após a crise enfrentada por Antônio Lemos e sua consequente saída do poder, os novos arranjos políticos levaram ao governo Enéas Martins, em 1914. No entanto Cipriano Santos se desentendeu com o então governador e a *Folha do Norte* que Enéas Martins ajudou a fundar, acabou se voltando contra ele, pois estava sob a direção de Cipriano Santos<sup>27</sup>. Em 1917, quando Lauro Sodré assumiu pela segunda vez o governo do Pará a *Folha* apoiou seu governo, saldando-o como “a vitória da soberania popular” e “a política redentora” do Estado.<sup>28</sup>

No que diz respeito ao seu formato e organização gráfica durante o recorte investigado a *Folha do Norte* possuía de 6 a 8 páginas, organizadas em 6 colunas. Era um jornal de circulação diária e tinha como subtítulo “jornal da manhã, cotidiano e independente”. Ao longo do tempo esse periódico sofreu mudanças de caráter editorial, desse modo, o objetivo é apontar os aspectos gerais do mesmo durante o período estudado, mas sem a intenção de criar uma imagem estática e homogênea do jornal. *A Folha do Norte* foi marcada por uma grande diversidade temática, com assuntos da vida social, cultural, política e econômica. Cabe destacar que o jornal fazia uso de um serviço telegráfico possuindo uma coluna, geralmente na terceira página, com este fim. Por meio dela os paraenses obtinham várias notícias sobre os conflitos e

<sup>25</sup> *Jornais Paraóaras: Catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura Desporto e Turismo, 1985, p.241

<sup>26</sup> Sobre a questão ver: FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*, Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

<sup>27</sup> BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2.ed, Belém: CEJUP, 1986, p.215.

<sup>28</sup> *Folha do Norte*, Belém, 26 de janeiro de 1917, p.1

acordos da Primeira Guerra Mundial e também sobre a situação política e econômica do Brasil.<sup>29</sup>

Asa Briggs e Peter Burke, definem o telégrafo como a “primeira invenção elétrica do século XIX a transmitir mensagens públicas e privadas”<sup>30</sup>. Isso sem dúvida favoreceu a chegada de informações de países estrangeiros e de outros lugares do Brasil à Amazônia, que por meio de notícias eram divulgadas nas colunas dos periódicos. De fato, conforme destaca Barbosa as novas tecnologias forneceram uma nova dimensão temporal e espacial e foram essenciais na conformação de um novo mundo simbólico que emergiu no final do século, segundo a autora, a possibilidade de saber o que se passava no mundo em poucas horas construiu gradativamente uma nova espacialização, em que o mundo se tornou mais próximo e visível.<sup>31</sup>

No jornal *Folha do Norte* além de notícias internacionais e nacionais, por meio das colunas “Echos e Notícias”, publicada geralmente na quarta página, e “Várias”, publicada na quinta página, o leitor informava-se sobre a capital e o interior do Estado, a exemplo das datas de pagamento do funcionalismo, da situação das safras agrícolas e das epidemias que vitimavam várias pessoas<sup>32</sup>. Para se informar sobre a vida social, o leitor encontrava nas “Notas Mundanas”, pequenas notícias sobre aniversários, casamentos, nascimentos, enfermos e viajantes. Esta coluna era sem dúvida importante para que o jornal construísse laços de solidariedade com as ricas famílias do Pará, conferindo-lhes status e prestígio por meio desta coluna.<sup>33</sup>

A vida esportiva do estado tinha destaque na coluna “Esporte”<sup>34</sup>, em que geralmente se noticiavam resultados e datas de partidas de futebol. Na coluna “Fitas e Palcos”, a ênfase era a vida cultural e artística do estado, com informações sobre os filmes exibidos nos cinemas da capital e um pequeno resumo das películas. O jornal também publicava folhetins, geralmente na quarta página, a exemplo dos *Mysterios de New-York*, um romance cinematográfico que foi

---

<sup>29</sup>Em 1918, por exemplo, um telegrama informava sobre o auxílio do Brasil aos seus aliados, outro telegrama informava sobre o medo que os sertanejos tinham de um possível recrutamento. *Folha do Norte*, 02 de janeiro de 1918, p.1.

<sup>30</sup> BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.147.

<sup>31</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.22-23

<sup>32</sup>Ver: *A Folha do Norte*, 05 de fevereiro 1917, p.4 e 07 de fevereiro de 1917, p.4.

<sup>33</sup>Em fevereiro de 1917, a *Folha* parabenizava o Dr. Dionysio Bentes, importante clínico de Belém, pela passagem de seu aniversário. *Folha do Norte*, 10 de fevereiro de 1917, p.2

<sup>34</sup>Num período anterior ao aqui estudado a coluna chamava-se “Notas Sportivas”. Sobre essa coluna e suas notícias ver: MOTTA, Cristomar de Souza. *Notas Sportivas A cultura esportiva em Belém do Pará: de 1905 a 1908*. Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, 2008.

adaptado para o formato de folhetim<sup>35</sup>. Sales observa que a *Folha do Norte* manteve até o final do século XIX, a publicação diária da coluna folhetim, geralmente aproximando-se das matrizes francesas, com a divisão da história em capítulos. Para a autora, esta estruturação do folhetim, proporcionava a curiosidade para leitura diária do jornal e se constituiu em uma importante estratégia de ampliação do público leitor.<sup>36</sup>

Outra estratégia importante para ampliar esse público era a exploração de notícias policiais e sensacionais, como foi o caso de Luiz Teixeira, que de acordo com a *Folha* “pela segunda vez tentara o suicídio, devido às dificuldades de sua vida e ao alcoolismo”.<sup>37</sup> O jornal também possuía a coluna “Na polícia e nas Ruas”<sup>38</sup>, em que se registravam prisões, averiguações policiais e roubos. A *Folha do Norte* também publicava algumas cartas e queixas de seus leitores, que muitas vezes reclamavam da carestia da vida ou das condições sanitárias do Estado.<sup>39</sup> Estas publicações nos fornecem alguns indícios da vida dos moradores mais pobres de Belém e também da forma como a imprensa os representava e se relacionava com eles.

A *Folha do Norte* também possuía uma coluna dedicada as “Finanças, Comércio e Navegação”. Nela era possível ver os gêneros que eram enviados ao exterior e o valor das taxas de exportação, também era publicado o horário de saída e chegada de diversos vapores. De forma geral chama atenção o grande espaço que o jornal dedicava aos anúncios<sup>40</sup>, os mesmos podiam aparecer na primeira página e se tornavam gradativamente mais frequentes nas páginas seguintes, cabe destacar a grande frequência de anúncios de remédios e de serviços médicos.<sup>41</sup>

No que diz respeito ao seu formato e conteúdo a *Folha do Norte* pretendia ser um jornal diversificado e cosmopolita, essas características também podem ser observadas no jornal *Estado do Pará*, que começou a circular em abril de 1911. Jornal “diário e independente” foi

<sup>35</sup> O romance foi adaptado por Pierre Decourelle e traduzido por Jorge de Abreu. Ver: *Folha do Norte*, Belém, 04 de maio de 1917.

<sup>36</sup> SALES, Germana Maria Araújo. *Folhetins uma prática de leitura do século XIX*. Disponível em <<http://www.entrelaces.ufc.br/germana.pdf>>. Acesso em <12.abr.2014>. Para mais ver: MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>37</sup> *Folha do Norte*, Belém, 04 de maio de 1917, p.2. Não perder de vista que várias dessas notícias tinham um caráter sensacionalista aos moldes dos chamados *fait divers*. Sobre essa modalidade de texto na imprensa ver por exemplo: GUIMARÃES, Valéria. “Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX”. In: *Revista Brasileira de História*. vol.27 n.53 São Paulo Janeiro/Junho 2007, p. 323-349.

<sup>38</sup> Sobre a coluna ver: SOUZA, Geani Pereira de. *Na polícia e nas ruas: jornalismo e sátira em Belém do Pará, 1937-1945*. Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, 2006.

<sup>39</sup> Ver: *Folha do Norte*, Belém, 17 de fevereiro de 1917, p.2.

<sup>40</sup> Melo ressalta que no final do século XIX, apesar das vendas avulsas, a principal fonte de renda dos jornais era a assinatura e os anúncios<sup>40</sup>. Pela frequência com que aparecem na *Folha* percebemos que o anúncio continuou sendo uma importante fonte de receita. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura Democrática e Científica do Final do Império*. Rio de Janeiro: FGV/UF RJ, 2007, p.78.

<sup>41</sup> De acordo com Schwarcz a partir de meados do século XIX ocorreu um aumento dos produtos farmacêuticos, o que animou a publicidade desses produtos. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*, p.199.

fundado por Justo Chermont, segundo seu programa o jornal surgiu “numa época histórica em que o espírito popular, deste estado, buscava assenhorar-se de uma perfeita consciência republicana”, que estava profundamente desvirtuada por uma “oligarquia reconhecida por todos como nefasta e impatriótica”<sup>42</sup>. Em seus anos iniciais o jornal combateu a política do intendente Antônio Lemos, apoiando seu adversário político Lauro Sodré. Quando Sodré assumiu o governo do Pará em 1917, também deu apoio político a ele.

O *Estado do Pará* era um matutino e possuía de 6 a 8 páginas, organizadas em seis colunas. A partir de 1918 passou a publicar também uma edição vespertina, devido “a crescente curiosidade pública sobre as notícias palpitantes da guerra” e a necessidade de corresponder a simpatia cada vez mais acentuada da “população da Amazônia e especialmente desta capital”<sup>43</sup>. O jornal teve uma vida longa circulando até 1980, seu último exemplar foi publicado no dia 31 de dezembro daquele ano.<sup>44</sup>

Assim como a *Folha do Norte*, o *Estado do Pará* também fazia uso de um serviço telegráfico, com uma coluna específica para esta publicação, geralmente na segunda página. Os telegramas eram organizados em dois blocos, os que vinham do interior do Pará, e de outros lugares do Brasil, em grande parte do Rio de Janeiro, e os que vinham do exterior, com diversos telegramas da Europa e dos Estados Unidos, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial. Cabe destacar que por diversas vezes os telegramas deste conflito ganharam as primeiras páginas deste jornal, que orgulhosamente destacava um “serviço telegráfico especial do Estado do Pará, em combinação com o da agência americana.”<sup>45</sup>

Para ter informações resumidas da vida econômica e política do Pará o leitor podia consultar a coluna “Várias Notícias”, publicada entre a terceira e a quarta página. Na coluna havia pequenas notas sobre ações do governo, sobre a crise da borracha e informações diversas sobre o interior do estado. Para dar informações mais detalhadas sobre esses municípios, existia a coluna “Pelo Interior”, geralmente enfocando a visita de algum engenheiro ou médico nessas localidades e registrando a situação econômica dessas regiões e seu estado sanitário. Em um desses registros o jornal informava que em Santa Isabel, anteriormente “apavorada com as febres, que violentamente vitimavam de 6 a 8 pessoas diariamente”, encontrava-se em um

<sup>42</sup> Estado do Pará, Belém, 09 de abril de 1918, p.1.

<sup>43</sup> Estado do Pará, Belém, 13 de abril de 1918, p.1.

<sup>44</sup> *Jornais Paraoaras: Catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura Desporto e Turismo, 1985, p.154.

<sup>45</sup> Estado do Pará, Belém, 09 de abril de 1918, p.1. Todavia o jornal também denunciava que o serviço do Telégrafo Nacional no Pará estava “reduzido a uma perfeita inutilidade”, com uma grande demora na transmissão dos despachos do Rio, por causa “do péssimo estado das linhas” e da “censura estabelecida pelo governo federal desde o início da guerra”. Ver: Estado do Pará, Belém, 11 de abril de 1918, p.1

melhor estado sanitário graças “aos serviços médicos conseguidos pelo esforço e reclamação do Dr. Mata Bacellar, o único que clamou contra o terrível mal que devastava a população”.<sup>46</sup>

O jornal também se preocupava com a vida social dos paraenses, na coluna “Notas Sociais”, informava sobre aniversários, festas e viajantes, deste modo, assim como na *Folha* percebemos uma estratégia para firmar laços de solidariedade com as ricas famílias do Estado, conferindo-lhes prestígio social por meio desta coluna. A vida cultural e artística do Pará estava presente na coluna “Palcos e Salões”, nela era registrado o horário de exibição de diversos filmes nos cinemas da capital e também se publicavam algumas críticas e comentários sobre os mesmos. O jornal também possuía uma coluna intitulada “Vida Esportiva” que informava sobre festivais atléticos organizados por clubes paraenses bem como datas, horários e resultados de partidas de futebol.<sup>47</sup>

Informações sobre o comércio do Pará poderiam ser encontradas na “Resenha Comercial”, que fazia um balanço do movimento comercial de diversos gêneros como a borracha, o cacau e a castanha<sup>48</sup>. Também eram informados o movimento geral de embarcações e o horário de saída de diversos vapores. Por fim, os preços de passagens da Estrada de Ferro Bragantina e o horário de saída dos trens poderiam ser encontrados na “Resenha Comercial”. No que diz respeito aos anúncios, da mesma forma que na *Folha do Norte*, se observou uma grande frequência deles, o que reafirma sua importância para a receita dos jornais.<sup>49</sup>

Outro traço semelhante à *Folha* era a exploração das notícias policiais e sensacionalistas para atrair os leitores. Em um desses relatos, publicado na primeira página, temos a notícia de que “uma cena de sangue se passou ontem, às 16 da tarde, em pleno coração da cidade”, o crime ocorreu quando o oficial de sapateiro Samuel Azevedo Sousa na porta da oficina em que trabalhava “vibrou duas facadas num popular que, bastante embriagado, entrava no aludido estabelecimento”. O jornal dava detalhes da prisão de Samuel Azevedo e publicou uma foto da vítima ensanguentada no chão.<sup>50</sup>

A publicação desses crimes não era a única estratégia para atrair o público, na coluna “Reclamações”, o leitor poderia se dirigir a redação do jornal e registrar queixas e denúncias diversas. Por meio dessa coluna os moradores da Travessa São Matheus, em Belém, pediam ao diretor da Profilaxia do Impaludismo que fosse “feito o mais breve possível um rigoroso

<sup>46</sup>Estado do Pará, Belém, 27 de fevereiro de 1917,p.4

<sup>47</sup>Ver a notícia sobre a partida entre Paysandu Sport Club e Internacional Club, disputada no Maranhão e com vitória do Paysandu. Estado do Pará, 03 de janeiro de 1918, p.4.

<sup>48</sup>A coluna registrou, por exemplo, os preços da borracha e o ânimo no mercado do cacau, com tendência para uma alta do produto. Estado do Pará, 05 de fevereiro de 1919, p.3.

<sup>49</sup>Os anúncios podiam aparecer na primeira página e gradativamente se tornavam mais frequentes nas páginas seguintes. Consultar: Estado do Pará, Belém, 27 de maio de 1919.

<sup>50</sup> Estado do Pará, Belém, 27 de janeiro de 1917,p.1.



expurgo nas valas existentes na citada avenida, bem como em uma horta imunda á travessa Campo Salles” com a finalidade de combater a praga dos carapanãs “que os flagela terrivelmente, ameaçando de novo a implantação do impaludismo”.<sup>51</sup>

Algumas vezes as reclamações dos leitores poderiam ser publicadas na coluna “Várias”, como o fizeram os moradores da Rua Nova de Santana e da Rua João Diogo que solicitavam a atenção do Dr. Dias Junior, chefe da Comissão de Profilaxia do Impaludismo, para “um foco de carapanã existindo numa casa das imediações, onde mora um turco de nome Massud”. Segundo a denúncia Massud era comerciante no Amapá e continha em sua casa “certa quantidade de borracha depositada em tanques, onde se formam as larvas do perigoso inseto.”<sup>52</sup>

Marialva Barbosa destaca que existe uma tendência nos jornais cariocas em inserir nas suas publicações queixas e reclamações dos leitores, o que segundo a autora era uma importante estratégia para afirmar a popularidade do jornal e consolidar seu papel de mediador entre o Estado e a sociedade.<sup>53</sup> Esta tendência encontrada também nos jornais paraenses evidencia a construção de uma imagem do jornal como porta voz da sociedade. Assim é por meio das páginas desses periódicos que se levam as queixas e insatisfações da sociedade até os poderes públicos, sendo um importante mediador entre essas duas esferas. Ao mesmo tempo, esses jornais tentam consolidar uma imagem de que defendem os legítimos interesses da sociedade e que podem exprimir seus desejos e anseios, o que sem dúvida era uma importante estratégia de legitimação da imprensa.

Poucos meses depois do surgimento do *Estado do Pará*, Belém ganhava um novo jornal intitulado *A Palavra*. Fundado em julho de 1911, teve inicialmente Paulino de Brito, como redator-chefe, que foi também um de seus fundadores, Alfredo Chaves como redator-secretário e cônego João Coutinho como gerente<sup>54</sup>. Paulino de Brito foi redator-chefe d’*A Palavra* até sua morte em 1919, desde então os padres João Coutinho e J. Cupertino Contente assumiram a direção e gerência do jornal. Em julho de 1922, João Coutinho e J. Contente deixam esses cargos, que são acumuladas pelo padre Ignácio Magalhães.<sup>55</sup> Não é possível afirmar com

<sup>51</sup>*Estado do Pará*, Belém, 07 de agosto de 1918,p.3.

<sup>52</sup>*Estado do Pará*, Belém, 22 de junho de 1917,p.1.

<sup>53</sup>BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2010, p.111. Ver também relacionado às queixas presentes em jornais cariocas o trabalho pioneiro de SILVA. Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>54</sup>VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *A Palavra e a construção de uma identidade para a imprensa e o jornalista católico (1917-1923)*. Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, p.20.

<sup>55</sup>*A Palavra*, Belém, 9 julho de 1922,p.1.

precisão quando *A Palavra* parou de circular, mas se pode afirmar com segurança que até 1961 ele ainda circulava.<sup>56</sup>

Para se ter dimensão da importância de um jornal católico neste contexto, é importante frisar que o arcebispo de Belém, Dom Santino Maria da Silva Coutinho, dedicou uma Carta Pastoral a Imprensa Católica. Segundo o arcebispo afirmar que os católicos não deveriam se dedicar a imprensa significava uma indiferença com o “regressivo dos princípios católicos, quer dogmáticos, quer morais” e com a diminuição “da vitalidade e influência da Igreja na formação dos costumes”.<sup>57</sup>

A imprensa católica ocupa um lugar tão importante durante a República que Gonçalves ressalta que apesar da experiência dos católicos com a imprensa ser anterior ao período Republicano, foi somente a partir dele que os católicos começaram a fortalecer e amadurecer seu projeto de imprensa dando início a “um esforço sistemático de constituição de uma imprensa católica inspirada em estratégias organizacionais modernas de propaganda e distribuição de produtos”.<sup>58</sup>

A Igreja Católica no Brasil, diante de um regime onde perdera parte de seus privilégios, não tinha mais a tutela do Estado e via seus espaços tradicionais sendo ameaçados, entrou em uma nova fase, onde precisou construir estratégias para se afirmar e intervir na sociedade. Outros autores além de Gonçalves apontam o papel fundamental da imprensa católica durante a República. Serpa por exemplo, destaca que a mentalidade católica se afirmou não apenas pela reorganização da vida eclesial, para ele a Igreja tomou consciência do papel fundamental da imprensa para expandir a fé católica e combater as doutrinas heterodoxas.<sup>59</sup>

Lustosa também ressalta que no início do século XX a imprensa ocupou um lugar central na vida dos católicos, estando presente nas “pautas e programas dos diversos Congressos nacionais e regionais” e na Pastoral Coletiva de 1915 “onde as diretrizes do episcopado insistem na criação da Associação da Boa Imprensa”. Além disso, segundo Lustosa a expressão imprensa católica não se esgota no simples fato de jornais serem feitos

---

<sup>56</sup> A Fundação Nazaré de Comunicação possui o acervo mais amplo do jornal *A Palavra*, neste acervo o último número localizado data de outubro de 1961. Todavia como não se encontram neste número referências de que o jornal iria parar de circular, conclui-se que pode ter circulado além desta data.

<sup>57</sup> *A Palavra*, Belém, 11 agosto de 1921, p.3.

<sup>58</sup> GONÇALVES, Marcos. Missionários da ‘boa imprensa’: a revista *Ave-Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, n.55, jan/jun 2008, p.65.

<sup>59</sup> SERPA, Carlos Daniel do Nascimento. “*A Palavra*”: um instrumento estratégico de afirmação católica na sociedade paraense (1916-1922). Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002, p.15.

por católicos ou trazerem temas referentes à doutrina e a vida da Igreja. Para o autor o que verdadeiramente caracteriza a imprensa católica “é um modo e uma atitude específicos na concepção do periodismo, derivados de sua vinculação orgânica com a missão da Igreja, em cada época e em cada conjuntura do processo concreto vivido pela comunidade eclesial”.<sup>60</sup>

É importante destacar que durante a República existe uma continuidade da Romanização. Segundo Heraldo Maués, esse foi um processo de reforma da Igreja Católica que desencadeou um estreitamento dos vínculos com Roma e um maior controle da hierarquia eclesiástica sobre o clero e o laicato.<sup>61</sup> A Romanização no Brasil foi iniciada ainda durante o Império, todavia foi somente após a separação entre Igreja e Estado que o processo se intensificou, já que a Igreja não estando mais sobre o controle do Estado conseguiu expandir seu corpo clerical, aumentando o envio de ordens religiosas para o Brasil, e ampliando sua estrutura física, através da criação de novas prelazias e dioceses.<sup>62</sup>

Nesse contexto de Romanização e de secularização do Estado ganha força o discurso de que a imprensa é a principal arma utilizada pelos adversários da Igreja. Diante deste cenário difícil, era urgente defender os princípios católicos, combatendo a “má imprensa” através da “boa imprensa”, constituída por jornais e revistas católicas que defendiam os valores cristãos e se tornavam um importante instrumento de intervenção e afirmação católica no mundo social. Além disso, também existia a preocupação em afirmar a mentalidade católica por meio de outros meios de comunicação. Em Fortaleza, por exemplo, foram criados os cinemas católicos com o intuito de exibir filmes considerados apropriados para as famílias e que reforçassem os princípios e códigos de conduta cristãos.<sup>63</sup>

No período estudado, o jornal *A Palavra* tinha quatro páginas e era publicado duas vezes por semana. Apesar de seu formato compacto, sua discussão temática era bastante variada. Na coluna “Ao Léó”, assinada por J.C Oliveira, discutiam-se temas políticos e econômicos. Essa coluna assume várias vezes um tom de denúncia social, criticando a carestia dos gêneros alimentícios, a grande disseminação do paludismo no interior e na capital, as péssimas condições da Estrada de Ferro de Bragança. Observa-se também na coluna uma

---

<sup>60</sup>LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, OP (Seleção e Introdução). *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. Cadernos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB), São Paulo: Edições Loyola, 1983, pp.29

<sup>61</sup>MAUÉS, Raymundo Heraldo. As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX, ou como a política mexe com a igreja católica. In: Marin, Rosa Acevedo (org.) *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA, 1998, p.139

<sup>62</sup>OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e Dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.284-285.

<sup>63</sup>LIMA, Francisco Gildemberg. *Os cinemas católicos: moral e decência na cidade de Fortaleza (1913-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

crescente preocupação com a organização social dos católicos e com o fortalecimento da imprensa católica. Na coluna “Lavoura e Criação”, *A Palavra* demonstrava uma especial preocupação com a crise econômica enfrentada pelo Estado, defendendo especialmente um fortalecimento da agricultura, através da instrução do trabalhador rural, da profilaxia do campo e da modernização das técnicas de cultivo.<sup>64</sup>

De modo geral o que se observa na materialidade de *A Palavra* é uma tentativa de conciliar assuntos religiosos, com temas da vida social e política. Na primeira página a coluna “Ao Léo”, discutia aspectos da vida política e econômica do Estado, na mesma página a coluna “Para o povo”, reforçava os valores da Igreja, dando orientações morais para os católicos. Na segunda página tínhamos a “Gazetinha Social”, que informava sobre aniversários, falecimentos, viagens, e a coluna “Vida Religiosa” que informava sobre os horários de missas, confissões e festividades.

Entre o final da segunda página e o início da terceira era publicada a coluna “Pequenas Notícias”, que trazia breves informações de âmbito local, nacional e internacional, na terceira página esta coluna dividia espaço com publicações da Igreja. Vale ressaltar que na terceira página, ao invés de publicações da Igreja poderiam ser publicados folhetins e contos, que sempre tinham ensinamentos morais.<sup>65</sup> A quarta página era dedicada a anúncios diversos, informações paróquias e comerciais, tais como o preço da borracha e diversos gêneros. Algumas vezes os folhetins e as publicações da Igreja poderiam estar na quarta página.

Nessa primeira aproximação com *A Palavra*, *o Estado do Pará* e *a Folha do Norte*, já aparecem alguns indícios de como a questão das doenças e do saneamento rural eram importantes na pauta desses três jornais. De fato este foi um tema recorrente em diversos artigos, todavia antes de analisá-los consideramos importante compreender como a imprensa pensou e construiu representações sobre o urbano e o rural.

## 1.2 - Belém moderna, urbana e higienizada

Segundo Raymond Williams o campo e a cidade são espaços em que historicamente, “cristalizaram-se e generalizaram-se” compreensões. Dentre essas representações podemos encontrar a cidade associada à “ideia de centro de realizações – de saber de comunicações”. Todavia também não faltaram associações negativas como esse espaço sendo também um

<sup>64</sup>Em janeiro de 1918, um artigo assinado por Eloi-Sully, defendia a importância da educação agrícola no desenvolvimento da agricultura. *A Palavra*, 10 de janeiro de 1918, p.1.

<sup>65</sup>Um exemplo é o folhetim “A comunhão do avozinho”, que narra como Dico, uma criança prestes a fazer sua primeira comunhão, conseguiu fazer o avô, que andava descuidado dos deveres religiosos, perceber a importância da Eucaristia. O folhetim foi publicado nos dias 22 e 29 de julho e 2 de agosto de 1917, sempre na terceira página.

lugar de “mundanidade, barulho e ambição”.<sup>66</sup> No contexto estudado as representações sobre a cidade são extremamente ricas, pois aspirando à modernidade, o regime republicano promoveu um intenso processo de remodelamento urbano e junto com ele todo um pensar sobre a cidade, em que se revelavam tanto seus progressos urbanos e técnicos quanto as mazelas desse espaço.

Franciane Lacerda destaca que os jornais são fontes importantes no estudo das cidades, pois dão conta de múltiplas vivências urbanas, sendo também por meio “de seus articulistas, dos seus leitores e dos sujeitos dos quais se falava um registro singular da cultura de Belém”.<sup>67</sup> Neste sentido, é por meio deles que iremos compreender as várias representações do espaço urbano, em particular quero compreender como a ideia de uma cidade higienizada era constantemente perseguida.

Inicialmente é importante lembrar que a cidade de Belém viveu no final do século XIX e início do século XX um processo de modernização propiciado pelo capital excedente das exportações de látex. Maria de Nazaré Sarges também destaca que o desenvolvimento urbano que se gestava há algum tempo, foi acelerado com a implantação da República, já que o novo regime “deu maior autonomia à aplicação dos impostos e concedeu ao Estado maior participação na renda concernente a exportação da borracha”<sup>68</sup>

Sarges investiga a intendência de Antônio Lemos, tentando compreender a reorganização do espaço de Belém. Nesse espaço, por meio da pavimentação de ruas, da construção de praças, da criação de uma rede de esgotos e de um código de posturas para a população, a cidade tentava se afirmar como moderna e civilizada, aos moldes de cidades europeias.<sup>69</sup> Analisando o mesmo processo, Adriana Coimbra investiga o engenheiro Francisco Bolonha a fim de compreender o processo de modernização da cidade, segundo a autora, foi criada uma nova arquitetura e uma nova simbologia urbanística, representada por exemplo, pela utilização do ferro, como símbolo de funcionalidade, modernidade, higiene e beleza.<sup>70</sup>

<sup>66</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a Cidade: na História e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11-13.

<sup>67</sup> Lacerda, Franciane Gama. *Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o XX*. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). *Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos*. Belém: Editora Açaí, 2016, p.95

<sup>68</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque. (1870-1910)*. 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.138

<sup>69</sup> Idem, p.139

<sup>70</sup> COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização de Belém (1897-1938)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p.167

Para Bresciani o século XIX construiu uma nova sensibilidade urbana marcada por uma estética burguesa que construía largas avenidas, a fim de assegurar o fluxo de mercadorias e de pessoas, além de criar prédios monumentais que representavam a capacidade da tecnologia em sintetizar toda a cultura universal. Segundo a autora, estas transformações não se restringiam a superfície da cidade atingindo o subterrâneo, a exemplo das redes de distribuição de água e da coleta de esgoto. Ao mesmo tempo, existia a ideia de que a industrialização trouxe uma série de problemas para a cidade, como a pobreza e a insalubridade, deste modo, a cidade é encarada como um organismo doente que precisa ser curado.<sup>71</sup>

A higiene do espaço urbano é uma constante preocupação das autoridades e de diversos intelectuais que escreviam nos jornais. Em fevereiro de 1918, a *Folha do Norte*, publicou uma conferência do Dr. J.A. Magalhães que iniciava seu curso de “Higiene” na “Escola Prática de Comércio”. Segundo o médico graças a esta ciência “a febre amarela deixou de sombrear os créditos sanitários do Pará”, além disso, “só pela higiene foi possível a remodelação do Rio, de onde a civilização fugia diante do espectro da febre amarela”. Tal ciência teria o poder de reabilitar “cidades e regiões, paisagens e continentes, preparando o homem a viver honestamente e sem vícios”<sup>72</sup> O discurso de J. A. Magalhães nos faz refletir como a urbanização e o higienismo são processos que se entrelaçam e dão a cidade o status de moderna e civilizada. No caso do Rio de Janeiro, Pereira Passos promoveu tanto a derrubada de cortiços e a construção de largas avenidas, como tornou a vacinação obrigatória, o que culminou na chamada Revolta da Vacina.<sup>73</sup>

Em Belém, Sarges destaca que o combate a insalubridade e a sujeira eram um aspecto essencial do projeto de modernização da cidade, com a criação de um Departamento Sanitário Municipal e a divisão do município em quatro distritos sanitários.<sup>74</sup> Mais tarde, durante o governo de João Coelho (1909-1913), Oswaldo Cruz empreendeu uma campanha sanitária em Belém, entre novembro de 1910 e outubro de 1911, por meio da *Comissão de Profilaxia contra a Febre Amarela*. Segundo Amaral, esta campanha significou a consolidação da medicina, e pela primeira vez a erradicação da febre amarela no estado, possibilitando a vitória da ciência e da saúde sobre essa epidemia. O autor também destaca que o governador

---

<sup>71</sup>BRESCIANI, Maria Stella. Metrópolis, as faces do mostro urbano: as cidades no século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, 1985, p.45

<sup>72</sup>Folha do Norte, 17 de fevereiro de 1918,p.1

<sup>73</sup>Ver: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes*. Scipione, São Paulo, 2001.

<sup>74</sup>SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *Riquezas produzindo a Belle Époque. (1870-1910)*. 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.144.

João Coelho promoveu um banquete no Teatro da Paz para celebrar a vitória da Comissão, que coroava tanto a erradicação da febre amarela como indiretamente o início da derrocada da oligarquia Lemista.<sup>75</sup>

Neste cenário de preocupações higienistas um importante desafio que Belém enfrentava era o controle sanitário de seu porto, por onde desembarcavam mercadorias, pessoas e diversas doenças. Um exemplo dramático dessa situação foi a epidemia da gripe espanhola. O *Estado do Pará* publicava no início de outubro de 1918 que mais um navio “entra em nosso porto com alguns dos seus tripulantes atacados de uma doença desconhecida e a qual são dados vários nomes: ‘influenza’, ‘espanhola’, ‘dançarina’ e ‘gripe infecciosa’”. De acordo com o jornal, este navio era o “segundo que vinha de Pernambuco, trazendo a doença, podendo, portanto, considerar-se sujo aquele porto”.<sup>76</sup>

Também no início de outubro *A Palavra* informava que a bordo do “Ceará” havia casos de gripe benigna e com o fim de evitar uma possível epidemia nesta cidade “os médicos da Saúde do Porto e do Serviço Sanitário do Estado, tomaram diversas providências prophyláticas”, deste modo, “só tiveram ordem de desembarcar os passageiros que se destinavam a este porto” e as mercadorias “foram desembarcadas em alvarengas”, bem como as bagagens “sujeitas a conveniente expurgo.”<sup>77</sup>

Todavia o serviço sanitário paraense também tinha várias limitações, em 23 de outubro o *Estado do Pará* denunciava que o navio “Pará” atracou “ao cais sem prévio expurgo” e que um serviço sanitário “deficiente, descuidado, desarmado dos mais rudimentares elementos de defesa sanitária” permitiu que a gripe “invadissem a cidade na primeira investida”. O jornal também informava que no bairro comercial “a gripe tem prostrado elevado número de empregados” e no posto do impaludismo da Pedreira “foram medicados ontem 62 pessoas que ali apareceram acometidas de gripe.”<sup>78</sup>

Analisando a história da influenza Goulart aponta que desde maio de 1918, a Europa e a África eram assoladas por uma doença epidêmica de diagnóstico incerto, por isso foi confundida inicialmente com doenças como cólera, dengue e tifo. Apenas no final de junho, obteve-se a informação de que se tratava de gripe ou influenza e que havia se alastrado por vários pontos da Europa. Segundo a autora, a influenza percorreria o mundo em oito meses,

---

<sup>75</sup> AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à Vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006, p.106-110.

<sup>76</sup> *Estado do Pará*, Belém, 06 de outubro de 1918, p.1.

<sup>77</sup> *A Palavra*, Belém, 06 de outubro de 1918, p.1.

<sup>78</sup> *Estado do Pará*, Belém, 23 de outubro de 1918, p.1.

matando entre cinquenta e cem milhões de pessoas e tonando-se um dos maiores enigmas da medicina.<sup>79</sup>

Vale ressaltar que a influenza não ficou restrita a capital paraense, alguns registros apontam que ela também se disseminou em algumas localidades do interior. Desse modo, o jornal *Estado do Pará* noticiava que a Diretoria do Serviço Sanitário recebeu de Igarapé-Açu um telegrama informando que “apareceram casos suspeitos de influenza”, a diretoria também recebeu um telegrama de Anhangá na Estrada de Ferro de Bragança que comunicava “haver ali várias pessoas atacadas de gripes”. Ainda segundo o jornal, em visita a localidades situadas às margens dessa ferrovia, o Dr. Júnior “constatou dentro daquela povoação dois casos de gripe, cujos doentes tratou dando também muitas consultas e receitas.”<sup>80</sup>

Investigando os impactos da gripe espanhola no cotidiano de Belém, Abreu Júnior destaca que a epidemia não conseguiu impedir a realização do Círio de Nazaré, evento que poderia ter sido considerado um foco de aglomeração e disseminação da infecção. Como cuidado profilático, na véspera da procissão, os bombeiros jogaram água em todo o trajeto a fim de impedir que partículas infectadas ficassem flutuando. O autor também aponta que apesar da realização do Círio a epidemia deixaria suas marcas na festividade, deste modo, o Arraial de Nazaré começou a fechar suas barracas por falta de pessoal e um espetáculo teatral foi suspenso por ter atores acometidos da gripe, por fim o tradicional arraial teve suas atividades suspensas.<sup>81</sup>

Mas seriam as doenças e as epidemias os únicos problemas sanitários da cidade? Em artigo de 1920, o jornal *Estado do Pará* denunciava que no vestíbulo do Palacete do Fórum o trânsito estava quase impossível devido “a fedentina” que exalava “em consequência de o terem convertido em albergue noturno os vadios e malfeitores que infestam nossa capital”. Desse modo o jornal pedia a polícia e a higiene municipal que tomassem providências para “dar combate, sem demora, aquelas duas pragas, bem entendido o fedor e a canalha diariamente ali reunidas”.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistofélico: gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p.16-17.

<sup>80</sup> *Estado do Pará*, Belém, 22 de outubro de 1918, p.1.

<sup>81</sup> ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. O vírus e a cidade: rastros do cotidiano na cidade de Belém durante a pandemia da Gripe Espanhola (1918). In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). *Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos*. Belém: Editora Açai, 2016, p.116. Ver também: MARTINS, Maria José Moraes. *Representações da gripe espanhola em jornais da cidade de Belém do Pará (1918)*. Monografia. (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2002.

<sup>82</sup> *Estado do Pará*, Belém, 11 de julho de 1920, p.4.



O artigo aponta para uma associação entre a repressão dos “vadios” e a higienização da cidade. De fato, o governo utilizou a necessidade dos serviços sanitários para “sanear” aqueles que consideravam perigosos. Desse modo, se associava aos mais pobres os problemas com a higiene e as doenças da cidade de Belém<sup>83</sup>. Como evidenciou Chalhoub, a destruição autoritária e violenta dos cortiços, advêm do fato de que esses espaços eram vistos pelas autoridades tanto como um problema para o controle dos mais pobres, já que existia uma associação entre classes pobres e classes perigosas, como uma ameaça as condições higiênicas da cidade, já que eram vistos como foco de irradiação de epidemias.<sup>84</sup>

Margareth Rago também evidenciou como durante a Primeira República ocorreu um processo de ordem, disciplinamento e moralização. Segundo a autora, a modernização brasileira teve um caráter autoritário e repressivo com várias estratégias das elites para impor o disciplinamento social como a normatização das atividades do operariado dentro da fábrica, a imposição de um modelo de família, a utilização do discurso médico científico para normatizar o interior dos lares e até mesmo os corpos e a separação espacial entre as elites e os trabalhadores.<sup>85</sup>

Desse modo, a intervenção sanitária em diversos espaços por onde circulava a população mais pobre, sugere que para os poderes públicos paraenses, o saneamento tinha significados diversos, que não apenas a melhoria das condições sanitárias do Pará. As preocupações higienistas que se estendem entre a cidade de Belém e o interior do Pará, também eram uma tentativa das autoridades de disciplinar os grupos mais pobres da população.

### **1.3 - Belém que chora e a tênue fronteira entre o urbano e o rural**

Um artigo publicado no jornal *Folha do Norte*, e assinado com as iniciais I.T, informava que na cidade de Belém, existia um novo bairro que começava “por trás do Arsenal da Marinha” e era formada pelas “travessas de Breves, Monte Alegre, Bom Jardim e outras vias que a cortam”. Segundo, o articulista, as classes menos favorecidas formaram este lugar, já que “fogem do centro da cidade, onde o aluguel das casas é excessivo”. Durante o verão o

<sup>83</sup>Em 1916, por exemplo, a Inspeção de Profilaxia da Febre Amarela, chefiada pelo Dr. Dias Júnior, realizou diligência a hotéis, casas de pensão, casas de cômodo, estalagens e outras habitações coletivas, além de padarias de Belém, a fim de proceder a uma inspeção sanitária nesses estabelecimentos. As visitas foram publicadas na *Folha do Norte*, de março a abril de 1916, com o título “A Higiene na Cidade”. Júlio Lobato publica-as conjuntamente, nesse mesmo ano de 1916: LOBATO, Júlio. Notas de um repórter: A vida de um repórter, reportagens nos hotéis e padarias de Belém. Belém Typ. F. Lopes, 1916.

<sup>84</sup>CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996, p.29-31.

<sup>85</sup>RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

bairro era pitoresco, mas no inverno “é de trânsito difícilimo, devido à lama escorregadia e atoladora, ou as depressões em que as águas pluviais ficam estacionadas”. Segundo, I.T, os moradores do local estavam cansados de pedir melhoramentos, como a extensão da “minúscula linha de bonde do Bagé até ali”, o fornecimento de luz e que fossem “atiradas algumas carradas de terra e de pedra para melhorar o trânsito.”<sup>86</sup>

No dia seguinte outro artigo é publicado sobre o “novo” bairro na *Folha do Norte*, desta vez, o articulista assinava como “Um Montealegrense”, certamente em alusão à Rua Monte Alegre, que fazia parte desse espaço. Assim, nesse artigo, um provável morador da localidade – cujo texto era publicado em março, período de muitas chuvas no estado do Pará – afirmava que o estado sanitário do “bairro” agravava-se “sempre após o inverno, em que os habitantes são acometidos de paludismo, devido aos pântanos que não são dissecados”. Ainda segundo ele, o estado sanitário do bairro tinha piorado no último ano, devido “ao abandono, pela municipalidade, pois as valas ficaram obstruídas, o mato tomou o leito das ruas, fechando-lhes as embocaduras para o Guajará e as aluviões de carapanãs centuplicaram”. O artigo era finalizado com o reconhecimento dos socorros prestados pelo padre Miguel Ignácio e pelo médico Dias Júnior e com a cobrança de que a intendência de Belém tomasse providências.<sup>87</sup>

Um “bairro”, como o descrito no periódico, em uma fronteira muito tênue com a “Cidade Velha”, desprovido de infraestrutura e saneamento coloca em evidência os problemas urbanos de Belém nas primeiras décadas do século XX. Observação semelhante foi feita por Edinea Mascarenhas Dias em relação a modernização da cidade de Manaus, enfatizando que este foi um processo altamente excludente. Segundo a autora, no que concerne à habitação, a população pobre sofreu um processo de exclusão da área central da cidade, sendo destinadas aos trabalhadores as áreas mais distantes e desvalorizadas, que se diferenciavam do “fausto” não só pelo aspecto do terreno ou fachada das casas, mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos.<sup>88</sup> Analisando o mesmo processo em Belém, Adriana Coimbra aponta que à medida que ocorria a urbanização da cidade, quem não podia inserir-se neste processo, acabou sendo empurrado para áreas não urbanizadas, deste modo, para os mais pobres,

---

<sup>86</sup>*Folha do Norte*, 15 de março de 1921, p.1

<sup>87</sup>*Folha do Norte*, 16 de março de 1921, p.1

<sup>88</sup>DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999, p.136-137.

sobravam as áreas de igapó, precariamente servidas de transporte e outros serviços públicos, a exemplo dos bairros do Umarizal e do Guamá.<sup>89</sup>

Nesse contexto, os jornais de Belém com frequência denunciavam o estado de abandono de vários locais da cidade. Em 1919, *A Palavra* publicou um pequeno artigo, sem assinatura, que convidava o intendente municipal a “dar um passeio pelas ruas e travessas dos diversos bairros da capital”. O artigo contestava o entusiasmo de um norte-americano que havia publicado na imprensa uma carta elogiando a beleza da cidade. Ironicamente, o jornal dizia que se o intendente andasse pela cidade “certamente admirar-se-á da beleza do capim e outras plantas ornamentais, principalmente dos depósitos de lixo que existiam nas vias públicas.”<sup>90</sup>

Se a capital paraense possuía uma série de problemas sanitários e de infraestrutura, todo esse quadro era agravado no inverno amazônico caracterizado por muitas chuvas já que neste período do ano os alagamentos eram constantes. Um artigo da *Folha do Norte*, sem assinatura, informava que devido às fortes chuvas ocorreram “inundações em vários pontos baixos da cidade, notadamente, na Avenida 16 de novembro, em frente à estação de Belém, interrompendo o tráfego de elétricos e outros veículos”. Informava ainda que nos “arrabaldes a enxurrada tem sido enorme, causando sérios atropelos aos moradores”. A perspectiva não era animadora, já que a maré estava “na fase de avolumar-se, desdobrando as águas do Guajará e invadindo os pontos baixos da cidade.”<sup>91</sup>

Magda Ricci, refletindo sobre a cidade de Belém no período da Cabanagem (1835-1840), enfatiza a topografia desse espaço, lembrando que na frente da cidade existiam muitas ilhas, no meio existia um espaço com áreas mais baixas, cheio de igarapés e igapós, e aos fundos, árvores altas. Por ser uma cidade plana e baixa a região foi percebida pelos colonizadores europeus como um lugar de difícil “índole topográfica” e os processos de ocupação da cidade pressupunham drenagens e construções de estrada para unir por terra, as principais partes da cidade.<sup>92</sup> Na figura 1, observamos uma planta da cidade de Belém, a área mais escura indica as primeiras áreas ocupadas, a área mais clara indica as regiões ocupadas

---

<sup>89</sup> COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização de Belém (1897-1938)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014, p.117-118.

<sup>90</sup> *A Palavra*, Belém, 03 de agosto de 1919, p.1

<sup>91</sup> *Folha do Norte*, Belém, 06 de março de 1920, p.1

<sup>92</sup> RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800-1840. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). *Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos*. Belém: Editora Açaí, 2016, p. 136.

posteriormente, que no geral eram mais baixas e pantanosas, o que evidencia os desafios que a cidade enfrentou para poder crescer.

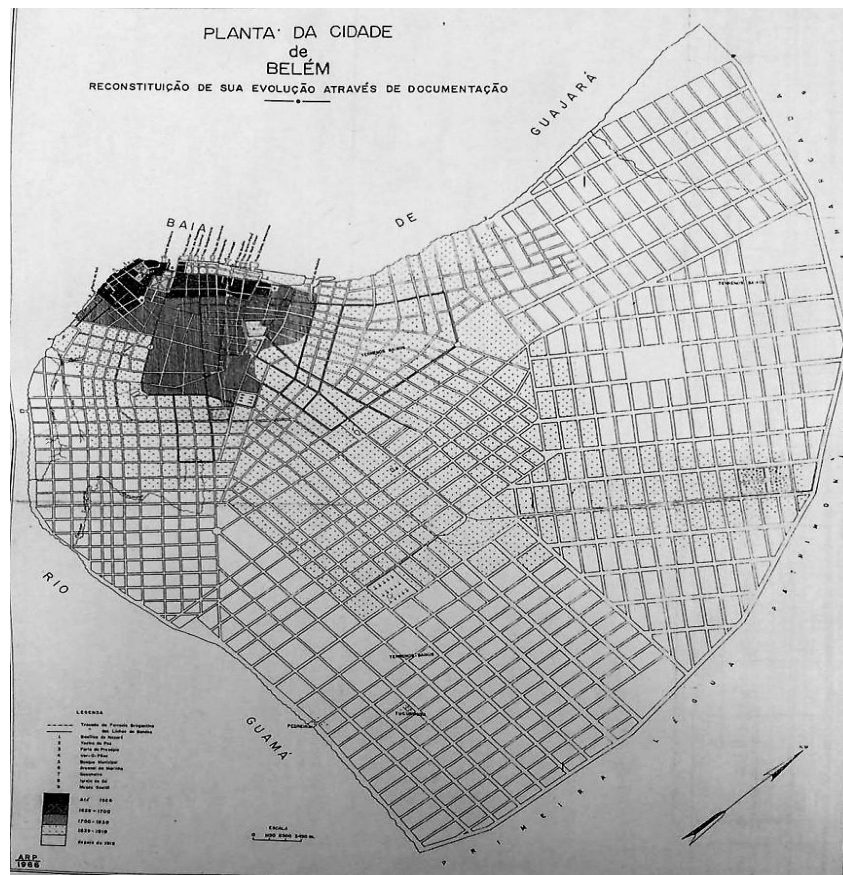


Figura 1. Planta da cidade de Belém. Reconstituição de sua evolução através da documentação. Fonte: PENTEADO, Antônio Rocha. Belém – Estudo de Geografia Urbana, v.1, Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

Devido às suas características geográficas Belém não sofria apenas com os alagamentos durante o inverno, mas os casos de paludismo e de outras enfermidades cresciam durante este período. Um artigo d’*A Palavra*, de janeiro de 1919, sem assinatura, alertava que o inverno prometia ser rigoroso e se para quem estava “abrigado e bem vestido ainda este tempo era bem desagradável e doentio”, para os pobres que “habitam uma barraca sobre um charco, coberta com frequência só por cima com algumas palhas, e aberta pelos lados á chuva e ao vento” a estação chuvosa seria mortífera. Segundo *A Palavra*, os jornais da cidade informaram que o posto médico do bairro do “Sousa” havia sido visitado “por mais de 300 pessoas em busca de receituário, como nos pavorosos dias da gripe.”<sup>93</sup> Em agosto do mesmo

<sup>93</sup>*A Palavra*, Belém, 23 de janeiro de 1919,p.1

ano, *A Palavra* alertava em uma nota, sem assinatura, que “no Marco da Léngua reapareceram muitos casos de paludismo, devido á falta de limpeza nas valas.”<sup>94</sup>

O paludismo em bairros da capital paraense foi um tema recorrente nos jornais investigados e por meio dele as mazelas da cidade eram denunciadas. Um articulista do jornal *A Palavra*, que não assinou, afirmava que existiam duas cidades dentro de Belém, uma que ria e a outra que chorava. Segundo o articulista, era preciso tirar os olhos da parte da cidade onde existiam “avenidas bem alinhadas, calçadas e arborizadas, jardins públicos, água encanada, luz elétrica”. O articulista alertava que existia “perto, bem pertinho, outra Belém, Belém mais vasta e mais povoada, coalhada de barracas, mergulhada em chacos e pântanos”. Nesta Belém, o paludismo se alastrava e morria-se de febres “como nos mais ínvios sertões: sem assistência médica, sem remédio, sem trato, sem alimento, e muitas vezes sem abrigo.”<sup>95</sup>

É interessante notar no artigo como a Belém das doenças e dos pântanos esta bem próxima da Belém modernizada o que nos permite pensar como suas fronteiras eram tênues. Outro elemento que chama á atenção é a comparação da Belém que “chora” com os “sertões”, pois ambos estariam marcados pelas doenças, pela falta de assistência médica e pelo abandono. A denúncia de uma Belém cheia de doenças e misérias será uma constante nos jornais. Em 1918, um artigo do jornal *Estado do Pará* denunciava que milhares de famílias em Belém viviam em situação miserável, segundo o jornal “para esses desventurados são caríssimos os medicamentos, assim como os gêneros alimentícios”. Desse modo, procuram o hospital da caridade, todavia o mesmo “já não pode receber tanta gente, já não tem lugar, esta cheíssimo. Não há remédio e é forçoso morrer”.<sup>96</sup>

Ainda em 1918 o jornal *A Palavra* informava que nos últimos anos as secas do Ceará trouxeram para Belém grande número de migrantes que provocaram o surgimento de “novos bairros, formado por pobres populações alojadas em tugúrios de fortuna, sobre terrenos que de modo algum estavam preparados para recebê-las.” Segundo o jornal, o resultado disso, foi o aumento do paludismo, já que parte considerável da população estava vivendo “em circunstâncias aproximadamente idênticas as dos exploradores e habitantes dos seringais, nos nossos sertões, e ás margens dos rios.”<sup>97</sup>

Diante das desigualdades promovidas pelo crescimento acelerado da cidade e pelo processo de modernização é interessante observar como os jornais passam a reconhecer um sertão dentro de Belém. De fato, como bem lembra Janaína Amado, o termo sertão não é

<sup>94</sup>*A Palavra*, Belém, 31 de agosto de 1919, p.3

<sup>95</sup>*A Palavra*, Belém, 1 de março de 1917, p.1.

<sup>96</sup>*Estado do Pará*, Belém, 17 de junho de 1918, p.2.

<sup>97</sup>*A Palavra*, Belém, 12 de maio de 1918, p.1.

apenas uma referência geográfica, mas é também uma categoria social e cultural construída historicamente.<sup>98</sup> Desse modo, o sertão que aparece nos jornais investigados não é uma referência a um lugar específico, mas antes de tudo um espaço marcado pelas doenças. Este sentido para o termo sertão está sendo construído em um momento de intensos debates nos meios intelectuais, que passam a discutir a necessidade do saneamento rural ou saneamento dos sertões.

Modelar nesse sentido é o celebre discurso do médico Miguel Pereira-pronunciado na recepção a Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recém-chegado da Argentina. Em seu discurso o Dr. Miguel Pereira reiterou sua posição contra os que duvidavam da incidência da doença de Chagas e afirmou que o Brasil era um imenso hospital. Segundo, Dominichi Miranda de Sá, mesmo endereçada, em parte, aos opositores de Chagas, o discurso tinha como motivação direta o pronunciamento do deputado federal Carlos Peixoto, que segundo Miguel Pereira, queria convocar os caboclos do sertão para lutar em defesa do país, o médico criticou severamente a postura do deputado federal, denunciando que o sertanejo estava doente e abandonado.<sup>99</sup>

Analisando o discurso do movimento sanitarista Nísia Trindade destaca que o movimento construiu uma imagem do sertão marcada pela ideia de doença e abandono<sup>100</sup>. Desse modo, se nas áreas marginais de Belém existia tanto uma grande proliferação de doenças como o abandono por parte dos poderes públicos, estas áreas da cidade estariam bem próximas do sertão, chegando mesmo a se confundir com ele.

Para Gilberto Hochman o movimento sanitarista redefiniu por critérios médicos, sociais e políticos, as fronteiras entre o urbano e o rural e entre o litoral e o sertão. Para o autor, tanto a ideia de sertão como a ideia de rural é marcada pelo binômio abandono-doença. Partindo desse pressuposto os sertões do Brasil não seriam uma mera referência simbólica ou geográfica do interior do país, mas poderia começar tanto na capital da República, o Rio de Janeiro, como na cidade mais desenvolvida da federação, São Paulo. Segundo o autor, se Euclides da Cunha fez uma viagem da Rua do Ouvidor ao sertão baiano, o movimento sanitarista fez o percurso inverso, trazendo o sertão para dentro do centro político do país.<sup>101</sup>

Como vimos anteriormente, por meio de denúncias, como as publicadas no jornal *A Palavra* reconhecia-se que em Belém existia um sertão bem próximo da cidade. Ao descrever

<sup>98</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.145-151.

<sup>99</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, jul. 2009, p.333-348

<sup>100</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p.150.

<sup>101</sup> HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: *Os sertões* redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, v.5,jan/jul,1998.

o bairro da Pedreira, o médico Dias Júnior, informava que contornando as terras altas, nas proximidades da orla da mata e à beira dos igapós, “numerosas choupanas ou palhoças e roçados de pequena plantação denunciavam a existência dessa gente que, numa scintilante página de psychologia e justificado humorismo, a Monteiro Lobato aprovou denominar – Jeca Tatu”. Continuando sua descrição, Dias Júnior aponta que os habitantes do bairro bebiam água de “sujíssimos poços destampados e contaminados de detritos de toda a espécie que as enxurradas arrastam para o interior dos mesmos”, o que contribuía para a “elevada porcentagem de *Necator americanus* que se vêm observando no seio da população rural.”<sup>102</sup>

A descrição de Dias Júnior sobre o bairro da Pedreira, próximo de matas, igapós, com palhoças e roçados de pequena plantação, nos faz refletir como diversos bairros de Belém eram ou se aproximavam de espaços rurais, tanto pelo modo de vida da população, quanto pela ausência de um processo de urbanização, isto nos faz voltar ao que tínhamos levantado anteriormente, as fronteiras entre o urbano e o rural eram muito tênues. Essas fronteiras ficavam ainda mais tênues se este rural fosse compreendido como um espaço marcado pelas doenças, daí a referência que Dias Júnior faz ao personagem Jeca Tatu, que se tornou o símbolo do caboclo doente.

O personagem Jeca Tau apareceu pela primeira vez no conto “Urupês”, publicado em 1914, no jornal *O Estado de São Paulo*, este conto foi reunido á outros e deu origem ao livro “Urupês”, publicado em 1918. Segundo, Campos ao refletir sobre o “atraso” do Brasil, Monteiro Lobato não hesitava em encontrar na “inferioridade racial” do povo a responsabilidade por tal atraso, deste modo, Urupês focalizava, sobretudo, na preguiça e na ignorância do caboclo, sintetizada na figura do Jeca Tatu.<sup>103</sup>

Todavia influenciado pelas ideias sanitaristas o autor mudou de postura em *Problema Vital* também publicado em 1918. Nesse trabalho Lobato pede desculpas ao “Jeca” por tê-lo ignorado como doente, denunciando o estado de abandono em que vivia a população do interior do Brasil. Ao mesmo tempo, o autor acreditava que se devidamente medicado e curado de suas doenças, o “Jeca” se transformaria em um trabalhador próspero e empreendedor. Esta nova visão do personagem era sintetizada pela máxima: o “Jeca” não é assim, mas esta assim.<sup>104</sup>

<sup>102</sup>DIAS JÚNIOR, José Alves. Histórico do Saneamento rural no Pará até 1920. In: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.262.

<sup>103</sup>CAMPOS, André. Raça ou doença? O Problema Vital do Brasil. *Hipótese: Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol.2, nº2, p.45-52.

<sup>104</sup>TRINDADE, Nísia. O país de Jeca Tatu. In: *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013 ,p.205.

No Pará o “Jeca Tatu” não estaria apenas nos seringais ou na Estrada de Ferro Bragantina, como afirmou Dias Júnior, ele poderia estar num bairro de Belém, como a Pedreira. Desse modo, o que desejamos focalizar é que no movimento pelo saneamento rural, a percepção do rural não correspondia ao interior do Estado ou a regiões muito afastadas de Belém. Este termo foi repensado a partir de referências médicas e sociais, sendo marcado pelo abandono e as doenças, deste modo, as fronteiras entre o urbano e o rural se tornaram bastante tênues. Assim sendo, a Belém moderna e urbanizada não só convivía com a Belém das doenças e dos pântanos, mas muitas vezes se imbricava ou estava muito próxima dela.

#### **1.4 - Instruir, sanear e povoar: a Estrada de Ferro de Bragança**

A modernização não foi um processo restrito aos centros urbanos, a República intensificou um movimento de incorporação dos sertões à nação brasileira. Laura Antunes Maciel ao discutir a implementação do telégrafo pela “Comissão Rondon”, em partes do Mato Grosso e do atual estado de Rondônia, destaca o quanto esta tecnologia era utilizada na primeira república, para a construção da ideia de uma nação brasileira integrada pelas linhas de telégrafo.<sup>105</sup>

Os sertões deveriam ser modernizados, civilizados e integrados à nação. Por meio da técnica e da ciência o homem deveria dominar os mais diversos espaços, como bem ressalta Hardman, a construção de uma ferrovia como a Madeira Mamoré, em plena floresta amazônica, representava a “modernidade na selva”. Todavia o projeto de modernização dos sertões encontrou um poderoso adversário, as doenças, no caso da Amazônia especialmente a malária. Oswaldo Cruz foi inclusive contratado em 1909 pela companhia construtora da Madeira-Mamoré para realizar a profilaxia da malária que dizimava os trabalhadores da ferrovia, como bem lembra Hardman, essas ações estavam pautadas no ideário de “sanear para produzir”.<sup>106</sup>

Para Benchimol e Cândido da Silva, de todos os empreendimentos ferroviários a Madeira-Mamoré foi talvez o caso mais emblemático do impacto das doenças tropicais em obras de infraestrutura já que a assombrosa mortalidade lhe rendeu o epíteto de “Ferrovia do Diabo”. Os autores também apontam que o contato com os sertões estimulou a produção de

---

<sup>105</sup> MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. In: *Projeto História*, n.18, São Paulo, maio/1999, p. 167-189.

<sup>106</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 151.



novos conhecimentos, ligados a doenças e suas relações com hospedeiros e ambientes, o que contribuiu para o processo de institucionalização da medicina tropical no Brasil.<sup>107</sup>

A malária não era um obstáculo apenas na construção de ferrovias, se pensarmos que muitas áreas próximas às ferrovias eram núcleos colonias, veremos que a doença foi uma preocupação constante das autoridades e de diversos intelectuais. Um exemplo disso foi a Estrada de Ferro de Bragança (EFB), que teve o primeiro trecho inaugurado em 10 de junho de 1884. Concluído o eixo principal, ligavam-se as cidades de Belém, capital do Pará, e Bragança, feito celebrado com novo ato inaugural no dia 4 de maio de 1908. No discurso dos poderes públicos essa ferrovia representava um símbolo do progresso, da modernidade e do fortalecimento da agricultura na região bragantina, que abastecia Belém com diversos gêneros. Às margens desta ferrovia foram implantados vários núcleos coloniais com migrantes nacionais e estrangeiros, constituindo-se várias relações sociais a partir desta ferrovia. Ao lado disso, a própria população da capital paraense também se tornou usuária desse meio de transporte para atividades como lazer e negócios na região bragantina.<sup>108</sup>



Figura 2. Planta da Estrada de Ferro de Bragança, 1914. Intervenções feitas pela autora. Fonte: CRUZ, Ernesto. Estrada de Ferro Bragantina: visão social, econômica e política. Belém: SPEVEA, 1955.

<sup>107</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul.-set. 2008, p.743.

<sup>108</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Em Busca dos Campos Perdidos: uma história de trem e cidade*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

Desse modo, a Estrada de Ferro de Bragança, tinha importantes significados na economia paraense, ligados à ocupação do território e ao desenvolvimento da agricultura. Todavia para alcançar esses objetivos era preciso enfrentar diversos problemas, como o paludismo na região da estrada de ferro. Em 1917 o *Estado do Pará*, em artigo sem assinatura, denunciava que o paludismo fazia muitas vítimas na Vila de Castanhal e povoação de Inhangapi. Segundo o jornal, para se ter dimensão do mal que a região enfrentava “basta saber-se que naquela zona, com uma população de cerca cinco mil pessoas, registram-se dez óbitos, na média, por dia, em consequência da malária”.<sup>109</sup>

No mesmo ano um articulista do jornal *A Palavra*, que não assinou, informava que a imprensa estava noticiando “temerosas irrupções de febres em localidades marginais da estrada de ferro bragantina e em vários outros pontos do Estado.” Segundo o articulista, era preciso se sensibilizar com essa “pobre e numerosa população” que longe dos centros era “ceifada em proporções terríficas, á mingua de medicamentos, de dieta, de recursos de qualquer espécie.”<sup>110</sup>. Na região da estrada de ferro bragantina ocorriam vários surtos epidêmicos de malária, o Dr. Dias Júnior, referindo-se ao estado sanitário de Santa Isabel, aponta que em 1915 ocorreu uma mortalidade assombrosa na vila, que só não foi pior graças aos serviços do médico Matta Bacellar. Todavia em 1916, o paludismo recrudescera na vila chegando a vitimar 637 pessoas. Segundo, Dias Júnior, igual intensidade da malária foi verificada no começo de 1917 com a mortalidade de 66 pessoas em janeiro.<sup>111</sup>

É importante observar como o saneamento rural é pensado e organizado por intelectuais da cidade que realizaram uma interpretação e um diagnóstico dos problemas dos sertões do Brasil. Desse modo, segundo o articulista Elloi-Sully, para o desenvolvimento da vida agrícola e rural no Pará eram necessárias três medidas essenciais:

Instruir, Sanear, Povoar! Instruir para vida rural, envolve tanto o ensino da leitura, escrita e contas, essencialmente como o da agricultura, o da higiene e o da previdência e da cooperação prática. Sanear implica a propaganda profilática, a assistência curativa e as obras públicas adequadas. Povoar, significa preservar a natalidade atrair a imigração e fixa-la ao solo pela organização e assistência.<sup>112</sup>

Dando continuidade a sua argumentação, Elloi-Sully, afirmava que como bem notou Victor Viana “o mal do Brasil durante muito tempo foi o divórcio dos que pensavam e dos que labutavam no interior”, desse modo era necessário “interpretar, estimular, encaminhar e

<sup>109</sup>*Estado do Pará*, Belém, 13 de março de 1917,p.4.

<sup>110</sup>*A Palavra*, Belém, 1 de março de 1917,p.1

<sup>111</sup>DIAS JÚNIOR, José Alves. Histórico do Saneamento rural no Pará até 1920. In: ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.21.

<sup>112</sup>*A Palavra*, Belém, 09 de maio de 1918,p.1.

amparar o trabalho do homem do sertão”<sup>113</sup>. A fala do articulista evidencia não só um programa para o desenvolvimento da agricultura evidencia também representações acerca do urbano e do rural. Assim, o urbano, entendido aqui como a capital do Pará, Belém, seria o espaço dos intelectuais, da ciência, da higiene, da modernidade, em contrapartida o rural, pensado aqui como os lugares do interior do estado, e até mesmo como vimos os bairros pobres de Belém, distantes das áreas centrais mais urbanizadas, seria o espaço do atraso e das doenças. Mas o rural não estava condenado, por meio dos intelectuais da cidade, poderia ser saneado, instruído e povoado, alcançando o progresso e a modernidade.

Ao mesmo tempo, podemos pensar que Belém e a região da Estrada de Ferro de Bragança eram espaços interligados, não só pela circulação de pessoas e mercadorias, mas também pela circulação de doenças. Desse modo, existia uma preocupação com a saúde da população que migrava para a região da estrada de ferro e outras regiões do Pará. Lacerda destaca que na virada do século XIX, as teorias higienistas, o medo dos miasmas, a constante ameaça de doenças como a febre amarela e a peste bubônica deixavam as autoridades em alerta quando ocorria a notícia de mais uma seca no Ceará. Segundo a autora, o governo do Ceará, inclusive se queixava das exigências para o embarque de migrantes, como o não embarque de passageiros com suspeita de tracoma, denunciando que “os atestados dados por oculistas declarando a inexistência de moléstias, muitas vezes não eram aceitos”.<sup>114</sup>

Estas preocupações podem ser exemplificadas com as notícias de peste bubônica no Ceará. Em 1919, *A Palavra* informava sobre o aparecimento de “7 casos de peste bubônica em Fortaleza, sendo um fatal, e mais quatro suspeitos”.<sup>115</sup> *A Folha do Norte* informava que o inspetor de saúde do porto, Othon Chateau, enviou um telegrama para o Ceará, sendo informado que foram confirmados “7 casos de peste bubônica”, entretanto esses casos “não foram verificados entre flagelados”. O jornal informava ainda que o paquete “João Alfredo” tendo passado pelo porto do Ceará não foi autorizado a atracar no cais, ficando a mil metros do porto de Belém, a fim de que fosse desinfestado.<sup>116</sup>

O risco de que o porto de Belém fosse contaminado pela peste bubônica, nos faz refletir sobre o que Hochman chama de interdependência sanitária, com um elo sendo formado na federação a partir das doenças<sup>117</sup>. Desse modo, Fortaleza, Belém e a região da estrada de ferro bragantina, ficavam unidas não só pela migração e intensa circulação de

<sup>113</sup>Idem, p.1.

<sup>114</sup>LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açai, 2010 p,197.

<sup>115</sup>*A Palavra*, Belém, 14 de agosto de 1919,p.1

<sup>116</sup>*Folha do Norte*, Belém, 12 de agosto de 1919,p.1

<sup>117</sup>HOCHMAN, Gil berto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC,2006, p.183

peessoas, mas também pelo trânsito de doenças, que sem dúvida, foram um importante desafio para as autoridades paraenses e seus projetos de modernização e povoamento de diversos espaços rurais.

É importante destacar que para além dos sentidos de doença e abandono que os espaços rurais adquirem, existia também uma exaltação da vida nessas áreas. Em artigo da *Folha do Norte* intitulado “Carta ao Guedes” e assinado com o pseudônimo de Ralph, o articulista criticava um possível amigo por querer deixar o campo<sup>118</sup> e retornar a cidade. Segundo ele era preciso pensar melhor, pois “o campo é a vida, o prazer, a alegria, a felicidade”. O articulista ainda pede que o amigo comparasse a vida malandra que tinha na cidade com “a vida honrada de lavrador inteligente, lembra-te do ordenado mesquinho que tinhas na cidade e que nem te permitia respirar”.<sup>119</sup>

Um articulista d’*Palavra*, que não assinou, criticava “a tendência de viver nas cidades, abandonando as localidades do interior”. Segundo ele “as propriedades ficaram órfãs de seus donos, que passaram a exercer uma administração longínqua, ineficaz, por intermédio de terceiros, incapazes e poucos zelosos.” A consequência disso foi que muitas famílias outrora ricas, passaram a enfrentar “vicissitudes as mais penosas, na dependência de magros empreguinhos públicos que não dão nem pra morrer de fome”.<sup>120</sup>

Em 1918 o articulista Elloi-Sully defendia a utilidade da instrução primária para a vida econômica do Estado, de modo que nas escolas primárias rurais o ensino<sup>121</sup> fosse eminentemente agrícola e pudesse levar aos alunos do interior do estado noções de trabalho na terra e patriotismo. Para ele a construção da “vida nacional” se daria também pelas indústrias rurais. Assim, “não preparar o menino para compreendê-las, servi-las e amá-las” seria o mesmo que “não prepará-lo para a vida nacional”.<sup>122</sup>

A exaltação da vida rural aponta para um pensamento marcante durante a Primeira República, o ruralismo. Sônia Mendonça entende o ruralismo como um movimento político-

<sup>118</sup>Segundo Williams, nas representações do campo ocorreram várias idealizações deste espaço, que foi visto como um lugar de paz, inocência e virtudes simples. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a Cidade: na História e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.11. Para ver mais sobre esta questão: LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi. Revista de História*, v.16,n.30,jun.2015, pp, 157-181.

<sup>119</sup>Não há como saber se Guedes de fato existiu ou se é um personagem criado pelo articulista. *Folha do Norte*, Belém, 18 de fevereiro de 1917,p.1.

<sup>120</sup>A *Palavra*, Belém, 28 de julho de 1917,p.1.

<sup>121</sup>Em relação ao Império Lourenço lembra que “muitas polêmicas foram travadas sobre qual deveria ser o papel do ensino agrícola no país. (...) Combinada a uma vigilante política de imigração que vedasse a entrada de raças degeneradas, os aprendizados e as escolas práticas de agricultura seriam concebidos como instituições (...), voltadas para a formação educacional e (...) profissional da nova mão-de-obra que deveria substituir o braço escravo.” LOURENÇO, Fernando. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 164-165.

<sup>122</sup>A *Palavra*, Belém, 17 de Janeiro de 1918, p.1.

ideológico diversificado em seus interesses e propostas, mas que apresenta um ponto de encontro na defesa da vocação eminentemente agrícola do país por diversos setores de proprietários rurais. Para a autora, esses segmentos se unificaram por meio deste discurso que defendia a introdução de modernas técnicas de mecanização da produção e a difusão de uma educação agrícola, comprometidas com a diversificação de culturas.<sup>123</sup>

No Pará as especificidades naturais e sociais fizeram com que extrativismo e agricultura aparecessem associados na economia, é claro que o discurso das elites muitas vezes apontava um conflito entre essas duas atividades. Em 1918, o articulista d'*Palavra* Elloi-Sully apontava que existia um contraste entre “as localidades cuja existência provinha principalmente da lavoura” e as regiões “da exploração da borracha ou castanha”. Segundo o articulista, “nas primeiras sempre notei maior fixidez da população, maior densidade desta (...), maior instrução, construções melhores e frequentemente mais asseadas”. Já nas segundas, existia “a feição transitória e indevidamente mesquinha, menor cultura moral e intelectual, a sociabilidade menos grata, o nomadismo e a maior pobreza do proletariado.”<sup>124</sup>

O discurso de Elloi-Sully tenta afirmar a superioridade da agricultura em relação ao extrativismo, já que a primeira seria o símbolo da civilização e da fixação do homem na terra. Tais discursos aparecem com frequência durante a crise da borracha que tornou ainda mais latente os conflitos entre agricultura e extrativismo. Todavia apesar dos embates, a documentação pesquisada sugere que uma perspectiva de desenvolvimento para o Pará não prevaleceu ou substituiu a outra, mas sim que os poderes públicos buscaram reorganizar a economia, defendendo caminhos em que o extrativismo e a agricultura se apresentavam como as principais possibilidades de renda para o Estado.

É importante salientar que conforme observou Luciana Marinho mesmo no apogeu da economia da borracha a agricultura não foi abandonada em detrimento dos seringais. Segundo a autora, inclusive alguns gêneros, como o arroz com casca e o algodão apresentaram crescimento de produção durante o período de expansão da borracha. Portanto, Marinho defende que a produção do látex não representou um risco para a agricultura e subsistência do Grão Pará, estando à economia baseada em uma estreita associação de atividades agrícolas e extrativas, além da caça e da pesca.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup>MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1997, p.25.

<sup>124</sup>*A Palavra*, Belém, 02 de junho de 1918,p.1.

<sup>125</sup>BATISTA, Luciana Marinho. As formas de acumulação e a economia da borracha no Grão-Pará, 1840-1870. In: FIGUEIREDO, Aldrim Moura de & ALVES, Moema Bacelar (orgs.). *Tesouros da memória: história e patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda – Gerência de Administração no Pará/ Museu de Arte de Belém, 2009, p.142.

Realizada essas observações, também não podemos deixar de associar os sentidos do rural ao contexto da 1ª Guerra Mundial<sup>126</sup>, momento em que as cidades brasileiras sofreram com a chamada carestia da vida. Segundo um articulista do Estado do Pará, que não assinou, “nota-se, com amargura, que há tendência para a alta dos gêneros de primeira necessidade”. O articulista denunciava que “o povo sofre consideravelmente e o seu sofrimento ameaça duplicar”, caso os responsáveis pelo comércio desses gêneros não compreendessem o quanto “lhes fica mal, na hora que decorre lançar ao desespero da fome milhares e milhares de pessoas”.<sup>127</sup>

Um articulista do jornal *A Palavra*, que não assinou, também denunciava que o “taverneiro vende o que quer como quer, e pelo que quer, e muitos se aproveitam dessa franquia para roubar no peso, no preço e na qualidade”, deste modo, o povo “fica inteiramente entregue á discricção deles, vítima de uma extorsão por todos os princípios clamorosa.” Segundo o jornal, “todos sabem que há razões de ordem geral para a vida estar tão cara, mas tão cara assim?”.<sup>128</sup> Ao analisar a carestia Catellucci aponta que a Primeira Guerra Mundial provocou profundas perturbações na economia capitalista mundial. Segundo a autora, a população sofreu com problemas relacionados à escalada dos preços dos gêneros de primeira necessidade, à escassez do pão, os aluguéis cada vez mais caros e à falta de moradia adequada. Segundo Catellucci, a inflação atingiu níveis tão altos, que arruinou a já frágil economia popular, sendo alvo de várias manifestações populares por todo o Brasil.<sup>129</sup>

Diante da carestia é interessante observar como em alguns discursos o rural aparece como oportunidade de uma vida melhor e menos precária que a encontrada na cidade. Um articulista d’*A Palavra*, que não assinou, sugerindo que as autoridades enviassem a população mais pobre de Belém ao interior afirmava que muitos bairros da cidade, longínquos e insalubres, possuíam condições de existência “mais desfavoráveis, muitas vezes, do que nas piores localidades do interior” e, além disso, no interior “ninguém morre de fome como na capital”, desse modo para o articulista era necessário “facilitar o escoamento dessa gente para

<sup>126</sup>A Primeira Guerra Mundial ou Grande Guerra envolveu todas as grandes potências mundiais e as tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. O breve século XX foi marcado pela guerra, “viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiram”. HOBBSAWM, Eric. A era da guerra total. In: *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.31.

<sup>127</sup>*Estado do Pará*, Belém, 11 de fevereiro de 1917, p.1.

<sup>128</sup>*A Palavra*, Belém, 25 de janeiro de 1917, p.1.

<sup>129</sup>CASTELUCCI, Aldrin A.S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na República da Bahia. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, jul/dez, 2005, p.135.

outros pontos do Estado, onde poderiam ser úteis exercendo a sua atividade, onde poderiam viver mais desafogados com sua família”.<sup>130</sup>

O discurso acima evidencia novamente uma exaltação da vida rural em oposição à vida precária na cidade. Deste modo a cidade passa a ser o espaço da insalubridade e da fome, em contrapartida o rural, mesmo com seus problemas sanitários, poderia oferecer uma vida melhor, poderia ser a redenção e a esperança da população pobre da cidade. Além dessas questões há outro aspecto marcante neste artigo d’*A Palavra*, existe nele uma preocupação em controlar e disciplinar a população mais pobre de Belém, que muitas vezes é vista pela imprensa e pelas autoridades como “vadia”, “indigente” e “desordeira”. Desse modo, enviar essa população pobre ao interior seria um modo de aliviar as diversas tensões sociais que existiam na cidade, transformando as classes “perigosas” em produtoras, inserindo-as dentro dos projetos de desenvolvimento do Estado quer fossem agrícolas ou extrativos.

Francivaldo Nunes, ao discutir a criação de colônias agrícolas, no século XIX, na província do Pará, ressalta que o governo provincial ao depositar na agricultura a responsabilidade de trazer o desenvolvimento para a região, entendia que a produção agrícola e os trabalhadores deveriam estar sob o seu controle. Segundo o autor, era o Estado quem definiria os espaços da produção e o que seria produzido, além de criar normas para fiscalizar e organizar os trabalhadores. Segundo Nunes, as colônias agrícolas subvencionadas constituíam espaços de controle e disciplina.<sup>131</sup> Já nas primeiras décadas do século XX as autoridades paraenses ainda acreditavam nessas mesmas premissas em relação às populações pobres do interior do estado.

Até aqui se analisou diversos significados assumidos pelo rural, cabe salientar por fim que significados esse espaço assume dentro do catolicismo, já que trabalhamos com o jornal católico *A Palavra*. Para responder essa questão vamos citar a Carta Pastoral de D. Silverio Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, na mesma são enumeradas várias vantagens do trabalho no campo como deixar “o corpo robusto, arredar os homens dos vícios e conservar a pureza dos costumes e a inocência da vida”. A Carta Pastoral é concluída com a afirmação de que “a agricultura tem benefícios para o corpo e mais para a alma, para a Pátria terrestre e para o reino dos céus”.<sup>132</sup>

<sup>130</sup> *A Palavra*, Belém, 25 de maio de 1919, p.1.

<sup>131</sup> NUNES, Francivaldo Alves. *Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX*. Disponível em: <[http://www.erevistas.csic.es/ficha\\_articulo](http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo)>. Acesso em < 12 jan.2013>. Ver também: NUNES, Francivaldo Alves. *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

<sup>132</sup> *A Palavra*, Belém, 06 de junho de 1918, p.1.

É importante observar alguns aspectos nesse discurso, como a idealização da vida no campo, vista como longe de vícios e mais pura, o que talvez esteja ligado ao retorno que a doutrina católica desejava fazer a Idade Média, já que como bem aponta Ivan Manuel a Igreja Católica Romanizada via a necessidade de parar o movimento histórico em direção a modernidade e voltar aos padrões da vida medieval.<sup>133</sup> Se o campo era o símbolo da pureza, a cidade se tornou o símbolo da dissolução dos bons costumes, era o espaço da moda escandalosa, dos filmes impróprios, da vadiagem, dos gatunos, corrompendo os homens com seus vícios. Este discurso fica evidente na fala do bispo de Campinas, D. João Nery, segundo o bispo, “sofremos mais que nunca do mal do urbanismo”, deste modo, as classes mais pobres “abandonam os campos, devido a atração das grandes capitais, onde a vida sem trabalho começa pelos expedientes para terminar muitas vezes pelo crime”.<sup>134</sup>

Sobre o contexto vivido pela Igreja Católica é importante ressaltar que ocorreu uma crescente preocupação do catolicismo com as relações de trabalho, deste modo, a Igreja tentou mediar os conflitos entre operários e patrões, estabelecendo seus direitos e deveres. Por meio da ideologia da ética de dever de Estado, a doutrina católica compreendia as relações de trabalho como uma caridade interpessoal, onde todos deveriam aceitar sua condição social e cumprir seus deveres para que a paz social fosse garantida.<sup>135</sup> Também ocorreu o desenvolvimento da “Ação Católica” que marcou um crescente envolvimento dos católicos em questões sociais, com a tentativa de manter os trabalhadores perto da doutrina católica e longe do comunismo.<sup>136</sup> No caso específico do jornalista católico e o saneamento rural ficou evidente seu envolvimento em questões sociais, cobrando maior assistência do Estado, denunciando as precárias condições de vida da população dos subúrbios da capital e do interior do estado e tentando se afirmar como defensor da população mais pobre.

Em suma, a investigação nos três jornais nos revelam os múltiplos significados do urbano e do rural, evidenciando as interconexões e os conflitos entre esses dois espaços. Além disso, o próprio termo sertão muitas vezes se confundiu com o termo rural, sendo ambos repensados por critérios médico-sociais e passando a simbolizar espaços marcados pelo abandono e pelas doenças. Por meio dessas redefinições as fronteiras entre o urbano e o rural se tornaram muito tênues.

---

<sup>133</sup>MANOEL, Ivan A. *O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004, p.79-80.

<sup>134</sup>*A Palavra*, Belém, 16 de setembro de 1917, p1.

<sup>135</sup>OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e Dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.304.

<sup>136</sup>Op.Cit, MANOEL, p.21.



## CAPÍTULO II – INTELLECTUAIS, HEGEMONIA E SANEAMENTO RURAL NO PARÁ

### 2.1 - O Brasil é um imenso hospital: jornais paraenses e o movimento pelo saneamento rural

Não é preciso ter lido o livro de Belisário Pena ou os de Monteiro Lobato, nem ter assistido a célebre conferência de Miguel Pereira para se ter a convicção de que os homens rurais brasileiros são uns doentes. Basta é ver o serviço do nosso roceiro, observa-lhe o cansaço eterno que o distancia do trabalho. (...) Porque o Brasil é um vasto hospital, mas sem enfermeiros e cataplasmas.<sup>137</sup>

O artigo acima foi publicado no jornal católico *A Palavra* e assinado por O.D. Carneiro. O discurso do articulista aponta para um amplo movimento em defesa do saneamento rural ou saneamento dos sertões. O impacto gerado pela frase de Miguel Pereira, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que afirmou em 1916 que o Brasil era um vasto hospital, juntamente com a publicação do relatório das expedições de Belisário Pena e Arthur Neiva ao interior do Brasil, impulsionaram um grande debate nacional entre médicos, intelectuais e a elite política a respeito das péssimas condições de vida da população rural, considerada doente e abandonada pelo poder público<sup>138</sup>.

A atuação da imprensa foi fundamental para que este debate alcançasse um público mais amplo e envolvesse diversos setores da sociedade. Como o artigo acima evidencia os jornais paraenses não ficaram excluídos desse processo e denunciavam diariamente em suas páginas os problemas sanitários do estado e os riscos que essa condição trazia ao desenvolvimento do Pará. É importante discutir mais a fundo o contexto desses debates, deste modo, vale ressaltar que o Instituto Oswaldo Cruz realizou várias expedições científicas ao interior do Brasil principalmente com o intuito de combater endemias que prejudicavam obras associadas á modernização do país. Como resultado dessas expedições, vieram tanto descobertas científicas, a exemplo da doença de Chagas<sup>139</sup>, como a construção do discurso de um Brasil doente e abandonado pelos poderes públicos.

---

<sup>137</sup> *A Palavra*, Belém, 07 de dezembro de 1919, p.1

<sup>138</sup> NEVES, Agres Roberta Oliveira das. *Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas*. (1920-1923). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2008, p.20.

<sup>139</sup> Em 1907, Carlos Chagas foi designado para combater uma epidemia de malária que paralisava as obras de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil no Norte de Minas. Durante seus trabalhos na região acabou descobrindo uma nova doença tropical, causada pelo protozoário *Trypanossomo Cruzi* e transmitida por um inseto conhecido popularmente como barbeiro. A comunicação da nova descoberta científica se deu em 1909. KROPF, Simone Petroglia. A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XX. In: *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: MAUAD X: Faperj, 2010, p.57-59.

Investigando a descoberta da “doença de Chagas”, Kropf faz uma análise dos sentidos sociais que a doença assume e do processo de legitimação social da ciência brasileira. Segundo a autora, a descoberta da nova tripanossomíase representava o símbolo de um país doente, cujo projeto de civilização estaria sendo inviabilizado por causa das endemias que assolavam seus trabalhadores rurais, e ao mesmo tempo representava o emblema da ciência que “revelava” este Brasil desconhecido e apontava os meios de incorporá-lo à marcha do progresso nacional.<sup>140</sup>

De acordo com Stepan as missões do Instituto Oswaldo Cruz proporcionaram um excelente mecanismo de treinamento e de confirmação da validade das técnicas utilizadas. O autor também observa que essas missões representaram uma confrontação entre o técnico médico e a população doente do Brasil, o que aumentou a consciência crescente “da distância geográfica, mental e médica que separava as classes privilegiadas das cidades da massa do povo das áreas rurais”.<sup>141</sup>

Desse modo, a ciência, representada aqui pelos médicos e pela medicina acadêmica, se colocava como redentora desse Brasil “desconhecido” e doente, capaz de conduzi-lo ao progresso e a modernidade. Mas assim como a própria ciência médica buscava uma legitimação social o discurso do saneamento rural também precisava ser legitimado, era preciso convencer uma elite intelectual e política de que o saneamento era condição indispensável para o desenvolvimento do país.

Nesse processo de convencimento diversas estratégias foram utilizadas como a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918. A liga foi fundada pelo médico Belisário Pena, então funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública, vale destacar que desde 1914, Pena trabalhava num posto de atendimento médico na periferia do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era a profilaxia e o tratamento da malária. A Liga Pró-Saneamento estabeleceu delegações em algumas unidades da federação, visando estimular os governos estaduais e municipais a realizarem a construção de habitações higiênicas e de obras de saneamento, a criação de postos rurais e a profilaxia de doenças evitáveis.<sup>142</sup>

Uma das principais lutas da “Liga” era a defesa de que a União deveria zelar pela saúde do povo, não agindo somente nos portos e no Distrito Federal, como estabelecia a Constituição de 1891. Para as lideranças do movimento deveria ocorrer uma centralização e

---

<sup>140</sup>Idem, p.59.

<sup>141</sup>STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a Política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1976, p.141.

<sup>142</sup>BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995,p.22.

uniformização dos serviços de saúde, já que para elas o federalismo e as oligarquias retrógradas seriam um grande entrave para o desenvolvimento do país. Os debates gerados pela Liga foram fundamentais para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.<sup>143</sup>

Além da Liga Pró-Saneamento outro espaço foi fundamental para legitimar o discurso do saneamento rural, a imprensa. A própria Liga publicou uma revista intitulada *Saúde* e vários intelectuais que defendiam o movimento fizeram publicações na grande imprensa. Como já mencionamos Belisário Pena e Monteiro Lobato publicaram respectivamente no *Correio da Manhã* e no *Estado de São Paulo*, diversos artigos em prol do saneamento rural. Também não podemos esquecer que o discurso de Miguel Pereira, foi reproduzido na íntegra pelo *Jornal do Comércio* e destaque por vários meses no *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro.<sup>144</sup>

Desse modo, a imprensa se constituiu em um importante espaço de debate e divulgação das ideias sanitaristas. Era preciso tornar hegemônico o discurso do saneamento rural e a imprensa atuou ativamente no processo de convencimento de uma elite intelectual e política. Mas os debates sobre o saneamento não se restringiram aos jornais do sudeste do país, a imprensa paraense também participou ativamente deste processo. Analisando os jornais paraenses das primeiras décadas do século XX é notória a preocupação da imprensa com a questão do saneamento. Encontram-se nestes periódicos diversos artigos que faziam uma análise geral do estado sanitário do Pará ou que denunciavam a presença de doenças e endemias em diversas áreas do interior do estado.

Em 1917 o *Estado do Pará* publicava na primeira página um extenso artigo assinado pelo médico Antônio Peryassú em que se apontava a frequência de doenças como o “impaludismo, a ancylostomiase, a coreotrypanose, a leishmaniose, a tuberculose, a lepra e a diphteria”. O Dr. Peryassú alertava que as quatro primeiras doenças eram os “fatores principais de degeneração dos habitantes do interior deste grande Estado, ameaçando mesmo o aniquilamento de energias do nosso povo”. Segundo o Dr. Antônio Peryassú, a letalidade dessas doenças era grande “atingindo em alguns municípios coeficiente assustador e indicando urgência duma ação sanitária enérgica, destinada a evitar o extermínio de milhares de vidas”.<sup>145</sup>

Em março de 1918, a *Folha do Norte* publicou um artigo assinado pelo Dr. Bentes de Carvalho. No artigo, o médico afirmava que o livro *Saneamento do Brasil* de Belisário Pena,

---

<sup>143</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.183-205.

<sup>144</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, jul. 2009, p.333-348.

<sup>145</sup> *Estado do Pará*, Belém, 06 de fevereiro de 1917, p.1.

“numa linguagem independente de quem está convicto que a verdade para ser verdadeira é preciso ser dita sem subterfúgios”, corroborou as palavras de Miguel Pereira de “que o Brasil é um vasto hospital”. Segundo, o Dr. Bentes de Carvalho, Belisário Pena, “não adiantou isso simplesmente por informações de terceiros”, mas descreveu “os horrores que ele presenciou durante as viagens científicas que empreendeu em companhia de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas”, apontando que o sertão do Brasil estava transformado “em zonas inóspitas e malsãs, devido ao descaso e a incúria dos nossos ‘poderes públicos’”.<sup>146</sup>

Em janeiro de 1921, *A Palavra* publicava um artigo, sem assinatura, que reafirmava as precárias condições sanitárias do Pará, segundo o jornal quem percorre o interior do Estado e contempla seus habitantes observa que “batidos pelas enfermidades e sem medicamentos, desprovidos de roupas e muitas vezes até de alimentos, procuram atinar com a geratriz desses males e não o alcançando, mostram-se apavorados, na eminência de um desânimo completo.”<sup>147</sup>

É importante notar como os jornais por meio de denúncias e análises das condições sanitárias do Pará, ajudavam a difundir um debate que ocorria de forma intensa nos círculos médicos, ampliando seu alcance e tentando convencer a sociedade da importância e da urgência do saneamento rural. De fato, Gilberto Hochman aponta que os atores do processo de saneamento rural foram muito variados e que em conjunto estes sujeitos foram capazes de difundir socialmente o caráter público da doença e um diagnóstico das condições sanitárias do país.<sup>148</sup>

No Pará, além de cobrar medidas de saneamento a imprensa também defendia a profilaxia rural, sugerindo que as escolas rurais instruísem as crianças sobre a prevenção de doenças. Isto fica evidente em artigo de O.D. Carneiro publicado no jornal *A Palavra* em 1919. Segundo o articulista pela instrução higiênica dos mais jovens, estes corrigiriam os mais velhos, garantindo que a próxima geração fosse “limpa, sã e laboriosa”. Ainda segundo ele “sem ensinar ao filho do impaludado, do rotineiro, como lutar contra o anopheles e como substituir seus métodos agrícolas (...) toda missão saneadora, toda prática litero-agricola não passará da primeira página dos jornais”.<sup>149</sup>

No mesmo ano, o Estado do Pará publicava um artigo assinado pelo farmacêutico F. de Assis e Silva. Segundo o artigo, “enquanto a adoção de medidas profiláticas e de higiene rural não forem entre nós postas em prática de modo a assegurar a essas populações um bem

<sup>146</sup> *Folha do Norte*, Belém, 04 de março de 1918, p.1

<sup>147</sup> *A Palavra*, Belém, 16 de janeiro de 1921, p.1

<sup>148</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.41.

<sup>149</sup> *A Palavra*, Belém, 7 de Dezembro de 1919, p.1.

estar relativo”, o solo fértil do sertão do norte “há de ser sempre povoado instavelmente, por elementos adventícios, passageiros, fugidios”, isto porque, segundo F. de Assis e Silva, no sertanejo nordestino “o pavor das doenças mais do que as saudades os tornam semelhantes as aves de arribação”.<sup>150</sup>

No debate da profilaxia rural, o articulista d’ Palavra Eloi-Sully, defendia que o ensino de higiene nas escolas era um assunto que muito deveria interessar os governos porque “a saúde das classes produtoras é uma das condições de nossa prosperidade geral, a par da instrução profissional fundamentalmente agrícola”. Segundo Eloi-Sully, diversas doenças degradavam em grau alarmante as energias da população rural, deste modo, “a narração dos seus graves estragos e o ensino sumário de sua propagação e da sua profilaxia geral, muito contribuiriam para elevar o nível higiênico das nossas populações do interior”.<sup>151</sup>

É importante notar nesses discursos a compreensão de saúde que eles expressam. Segundo Britto, o sanitarismo propôs uma concepção peculiar de saúde como fator de progresso. Desse modo, foi elaborada uma espécie de teoria higienista do desenvolvimento, que procurava explicar a desigualdades entre as nações a partir da existência ou não de uma política sanitária. A autora também destaca que ao atribuir o atraso do país à ausência de saúde e educação, o pensamento médico-higienista apresentou uma solução nova para o impasse em que se achava o Brasil, recusando o determinismo de base climática e étnica que predominava no debate intelectual desde o século XIX.<sup>152</sup>

De fato como aponta Stepan, na década de 20, muitos intelectuais desviaram sua atenção de um pessimismo racial para a educação, a reforma social e o saneamento como resposta ao “problema nacional”, deste modo, a eugenia na década de 20 identificava-se não com o racismo, mas com o saneamento, acreditando-se que por meio da higiene a próxima geração seria aperfeiçoada, tornando-se mais forte e saudável<sup>153</sup>. De Luca também aponta que até meados da década de 20, eugenia e saneamento caminhavam muito próximos, a uni-los estava a crença, de fundo neolamarquista, na transmissão dos caracteres adquiridos, que permitia encarar qualquer melhoria nas condições higiênico-sanitárias da população, como um avanço em termos de aperfeiçoamento genético. No Brasil, as fronteiras entre higiene e

<sup>150</sup> *Estado do Pará*, Belém, 6 de abril de 1918, p.1.

<sup>151</sup> *A Palavra*, Belém, 24 de Fevereiro de 1918, p.1.

<sup>152</sup> BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro Editora Fiocruz, 1995, p. 24.

<sup>153</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.166. Sobre os debates raciais no século XIX ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

eugenia só se tornaram mais nítidas no final dos anos 20, quando floresceu uma eugenia mais negativa e racista.<sup>154</sup>

É importante refletir também que dentro das práticas médicas tidas como oficiais existiam diversas disputas internas e que o higienismo tentava se afirmar e alcançar um espaço maior dentro do mercado. Como observa Pereira Neto, havia diversos conflitos entre os médicos que rivalizavam pela afirmação de determinadas práticas profissionais, existindo basicamente três perfis de práticas médicas: generalista, especialista e higienista. O autor também enfatiza que não podemos tomar estes três perfis como esquemas rígidos, já que os médicos poderiam conjugar estas práticas. Segundo Pereira Neto, os higienistas lutavam por uma ampliação dos espaços de participação profissional nas esferas públicas e desejavam conquistar o monopólio de uma determinada fatia do mercado.<sup>155</sup> Deste modo, ao defender a importância da educação higiênica, a imprensa está contribuindo para a afirmação profissional desta prática médica e legitimando a ampliação da sua participação na esfera pública.

Ao mesmo tempo em que os jornais paraenses investigados defendiam o ensino de medidas profiláticas nas escolas rurais, algumas vezes eles mesmos se tornaram um espaço para divulgar estas medidas. Em 1917, um articulista da *Folha do Norte*, que assinava com o pseudônimo de O.K., alertava que a ancilostomíase fazia crescente número de vítimas no Pará, mas que era conhecida tão somente por médicos. Segundo o articulista era preciso tornar a moléstia conhecida “pela vulgarização de seu tratamento, denunciando os focos vetores, enfim pela entero-profilaxia individual, o que bem se poderia conseguir por meio de folhetos, prescrições públicas, revistas, jornais, etc”.<sup>156</sup>

Ainda em 1917, *A Palavra*, informava que no Rio de Janeiro os poderes públicos tomavam providências para combater a ancilostomíase, conhecida pelos nomes de “chlorose tropical, opilação, amarelão e que é devida a um verme – o ancilóstomo – que vive no intestino delgado, alimentando-se de sangue”. A notícia seguia com a publicação dos sintomas da doença e das formas de tratamento.<sup>157</sup>

O *Estado do Pará* também publicou um artigo informando à população que um repórter desse periódico visitou a Sociedade Médico Cirúrgica e ouviu diversas opiniões de clínicos sobre o impaludismo. Desse modo, explicava que o “micróbio do impaludismo vive no sangue como parasita e é aí que vai buscá-lo o mosquito, da espécie *anopheles* fêmea, que

---

<sup>154</sup>DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.226.

<sup>155</sup>PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.52.

<sup>156</sup>*Folha do Norte*, Belém, 27 de janeiro de 1917, p.2.

<sup>157</sup>*A Palavra*, Belém, 19 de maio de 1918, p.1.

também se alimenta do sangue” e por isso, acaba transmitindo o micróbio para o indivíduo sã. O jornal recomendava à população “evitar a picada do mosquito, dormindo dentro do mosquiteiro e quininizando-se” e como o mosquito depositava seus ovos na água estagnada era necessário que “o povo auxilie os poderes públicos evitando os depósitos permanentes expostos ao tempo, durante dias.”<sup>158</sup>

Já em 1919, o mesmo jornal publicava na segunda página as informações de um folheto médico em que se explicava detalhadamente e em linguagem simples, as formas de contração da ancilostomíase e as medidas para preveni-la:

A opilação ou amarelão é uma moléstia produzida por uma pequena lombriga que vive no intestino (tripa) do homem e lhe suga o sangue.(...) O ankylostomo deposita grande quantidade de óvulos. Um opilado pode eliminar um, dois milhões de óvulos por 24 horas. Os óvulos deitados a terra em lugar fresco e úmido vivem ali por muito tempo e se desenvolvem em larvas. As larvas penetram pela pele, introduzem-se no corpo e vão se colocar no intestino onde ficam agarradas. Se não houvesse o mal hábito de deixar as fezes a flor da terra, ninguém apanharia opilação. Toda casa deve ter uma fossa por mais simples que seja. O trabalhador deve sempre lavar as mãos antes de comer, porque quem trabalha na terra pode pelas próprias mãos receber os germens da moléstia.<sup>159</sup>

Ao defender que as medidas profiláticas das endemias rurais fossem inseridas no currículo escolar e ao tentar difundir e vulgarizar o modo de contração e prevenção dessas doenças, a imprensa nos faz refletir como a hegemonia esta entrelaçada com a cultura. Raymond Willians ressalta que a hegemonia não pode ser entendida no plano de uma mera opinião e manipulação, segundo o autor, ela é um sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são vividos e fornecem um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade.<sup>160</sup>

Desse modo, para que o discurso do saneamento rural se tornasse hegemônico, era preciso muito mais do que convencer uma elite intelectual e política, era necessário torná-lo parte da vida dos trabalhadores rurais. Daí a importância de ensinar as crianças paraenses, especialmente às mais pobres que viviam nos subúrbios da capital ou na zona rural do Pará, o modo de prevenção dessas doenças e de tentar vulgarizar sua profilaxia por meio da imprensa. Era preciso afirmar uma nova forma de compreender o mundo, este estaria povoado de patógenos invisíveis ao homem, mas extremamente danosos a sua saúde. Era necessário também introduzir novos hábitos como a construção de fossas e a obrigatoriedade de lavar as mãos antes das refeições.

<sup>158</sup> *Estado do Pará*, Belém, 14 de março de 1917, p.2.

<sup>159</sup> *Estado do Pará*, Belém, 03 de novembro de 1919, p.02-03.

<sup>160</sup> WILLIANS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011, p.53.

Por meio do saneamento rural a ciência revelava não só um sertão “desconhecido”, mas revelava também um mundo desconhecido aos trabalhadores rurais, tentando modificar sua relação com a natureza e com o seu próprio corpo. Mas a construção de toda hegemonia é marcada por embates e os trabalhadores rurais tinham suas próprias práticas de saúde, desse modo, acabaram entrando em choque com o discurso médico-higienista defendido pela imprensa. Alguns aspectos desse embate serão discutidos no último capítulo desta dissertação.

Voltando ao discurso da imprensa é notório como os jornais ajudam a afirmar um mundo em que ciência médica possui grande prestígio e poder. Este fato fica evidente não só na defesa do saneamento e da profilaxia rural, mas também no culto a memória de Oswaldo Cruz que faleceu em 1917. Em 15 de fevereiro de 1917, o *Estado do Pará* estampava na primeira página a notícia do seu falecimento. No artigo, sem assinatura, o jornal destacava que os paraenses ficaram comovidos com sua morte, pois “ainda nos recordamos do que lhe devemos, pela erradicação em nosso meio, do *morbo amarílico*”, o que propiciou ao Pará perder a fama de “inferno verde da malária, das sezões e sobretudo, o grande palude da febre amarela”. Desse modo, segundo o jornal, “nunca serão por isso bastantes os testemunhos comovidos com que o Pará, em sua gratidão, cerque o ataúde e prestigie o nome imorredouro do Dr. Oswaldo Cruz”. No fim do artigo, o jornal enfatizava que todos os brasileiros “do sul, do centro, do norte”, sentiam-se no dever “de dobrar os joelhos, de descobrir as cabeças e deixar correr pelas faces macilentas o pranto.”<sup>161</sup>

A campanha vitoriosa de Oswaldo Cruz contra a febre amarela fez dele uma figura notória e de muito prestígio no Pará, tornando-se um símbolo do poder da ciência que prometia retirar do estado o título infortúnio de “inferno verde”. A *Folha do Norte* também prestou sua homenagem ao sanitarista, segundo o jornal, em artigo sem assinatura, não era preciso ser homem de ciência para reconhecer a importância de Oswaldo Cruz, pois “os homens de ciência não vos devem maior gratidão do que os mais rudes e incultos moradores desta cidade”. O jornal também destacava que era impossível “restringir a uma circunscrição territorial brasileira a gratidão que mereceis.”<sup>162</sup>

Por fim, *A Palavra*, em artigo sem assinatura, afirmava que Oswaldo Cruz prestou serviços “a Pátria e a humanidade por meio da ciência, de que foi cultor e sacerdote”. O jornal também lembrava que muitas vezes o médico teve de “afrontar com a malevolência dos invejosos, o septicismo da ignorância”, respondendo a isso com seus triunfos “no Rio, no Pará, no Madeira, e em toda a parte onde ele aceitou luta contra a enfermidade”. De acordo

---

<sup>161</sup>Idem, p.1.

<sup>162</sup>*Folha do Norte*, Belém, 13 de fevereiro de 1917,p.1.



com *A Palavra*, o nome de Oswaldo Cruz era um “argumento decisivo contra os pregoeiros da nossa incapacidade, contra os caluniadores da nossa raça.”<sup>163</sup>

Marialva Barbosa destaca que “a imprensa constrói a memória de seu lugar na sociedade e da própria sociedade de forma singular”, além disso, “entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários vão se construindo como ‘senhores da memória’”<sup>164</sup>. Deste modo, a imprensa constantemente constrói e tenta afirmar uma memória da sociedade e dos indivíduos. No caso de Oswaldo Cruz, os jornais contribuíram para construir uma memória mitificada do médico, em que o mesmo é visto como um verdadeiro herói, que demonstrou que a causa do atraso do Brasil não era racial, que combateu e erradicou endemias diversas, por isso, merecia respeito em todos os estados da Federação, do intelectual ao homem mais “rude” todos deveriam reverenciar sua obra.

Nara Britto ao analisar o processo de mitificação de Oswaldo Cruz aponta que médicos e higienistas, a fim de organizarem-se e concorrerem no terreno político-ideológico com outras forças sociais, lançaram mão de um poderoso instrumento simbólico: a figura mitificada de Oswaldo Cruz, que morto converteu-se num símbolo capaz de catalisar e aglutinar o movimento sanitarista. Ao mesmo tempo isso também era uma estratégia para pacificar os conflitos no Instituto Oswaldo Cruz agravados com a perda de sua principal liderança e que ameaçavam a sua estabilidade.<sup>165</sup>

Portanto, como aponta Britto a mitificação de Oswaldo Cruz foi fundamental para dar legitimidade ao movimento sanitarista. Desse modo, quando os jornais paraenses exaltam a memória do médico, estão também afirmando e legitimando suas práticas, ou seja, estão afirmando a importância do higienismo. Assim sendo, também considero que a idealização e mitificação de Oswaldo Cruz foi um elemento que contribuiu para tornar hegemônico o discurso do saneamento e da profilaxia rural.

Outra ação da imprensa que contribuiu para tornar hegemônico este discurso foi a divulgação de diversos conhecimentos científicos relacionados às endemias rurais. Neste sentido, chamou atenção nas fontes o jornal *A Palavra* que dentro da coluna *Lavoura e Criação* publicou com o subtítulo *Cantinho do Estudante* diversas informações sobre tais doenças. Na dinâmica da coluna eram feitas algumas perguntas ao leitor e algumas edições depois eram fornecidas as respostas. Desse modo em 10 de abril 1921, o articulista L. Penna

---

<sup>163</sup>*A Palavra*, Belém, 14 de fevereiro de 1917,p.1.

<sup>164</sup> BARBOSA, Marialva. Jornais em tempo de mudança. In: *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*.Rio de Janeiro: Mauad x, 2010,p.130.

<sup>165</sup>BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro Editora Fiocruz, 1995 ,p.72.

Teixeira perguntava o que diferenciava os mosquitos do gênero *Culex* e *Stegomyia* quanto à natureza da água para postura dos ovos. Também perguntava a que gêneros pertencem a “Moroçoca” e o “Carapaná-pinima” e quais seus malefícios morbíferos”.<sup>166</sup>

No dia 17 de abril eram dadas as respostas, informando que o *Culex* contenta-se com “qualquer água pútrida que seja” e o *Stegomyia* “prefere água relativamente limpa”, não vingando sua criação “a não ser em águas insepas doutras impurezas que não forem os *cryptogamas* aquáticos”. Com relação à segunda pergunta informava que a “Moroçoca” era do gênero anopheles sendo “reconhecida como vetor da infecção palúdica”, já o “Carapaná-pinima” era do gênero *Stegomyia* sendo “o vetor da infecção da febre amarela”.<sup>167</sup> Ainda no dia 17 de abril de 1921, L.Penna Teixeira fazia novas perguntas, dessa vez sobre quais eram as espécies causadoras das três formas de impaludismo no homem. No dia 28 de abril, o articulista informava que as espécies eram “*Plasmodium malarice*, causadora da ‘febre quartã’; *Plasm. vivax*, da febre terçã ‘benigna’; *Plasm. falciparium*, das febres palustres perniciosas, irregulares”.<sup>168</sup>

Diante dessas informações é importante lembrar o debate sobre as causas e os modos de propagação das doenças. Segundo Chalhoub, existiam dois principais paradigmas médicos no século XIX : o *contagionismo* e o *infeccionismo*. No primeiro deles se defendia que certas doenças poderiam ser transmitidas de um indivíduo para outro, diretamente pelo contato físico, ou indiretamente, por meio de objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do mesmo ar que o enfermo, o contágio se reproduzia por si mesmo, independente das condições do ambiente. Já no infeccionismo, acreditava-se que a doença se devia a ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente, gerando os chamados miasmas, deste modo, a infecção atuaria apenas no foco do qual se emanavam os miasmas.<sup>169</sup>

Com o advento da microbiologia, vários cientistas deixaram de atribuir aos miasmas e ao clima as origens das doenças e passaram a buscar um agente causador das enfermidades e suas formas de transmissão, no entanto vale destacar que esse processo foi gradativo e não ocorreu uma ruptura radical. De acordo com Ponte, a ciência dos micróbios, ao provar não só a existência de microrganismos, como também sua importância em inúmeros processos de adoecimento, descortinou um campo novo e fértil.<sup>170</sup>

<sup>166</sup> A Palavra, Belém, 10 de abril de 1921, p.2.

<sup>167</sup> A Palavra, Belém, 17 de abril de 1921, p.1.

<sup>168</sup> A Palavra, Belém, 21 de abril de 1921, p.1.

<sup>169</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996, p.169.

<sup>170</sup> PONTE, Carlos Fidelis. O Brasil no microscópio. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, C.(Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010, p.56.

Paralelo ao contexto de afirmação da microbiologia afirma-se também a medicina tropical que se diferencia da primeira pelo enfoque na investigação nos modos de transmissão de doenças por insetos e dos ciclos evolutivos dos parasitas, sendo a ideia de vetor um conceito chave. A disciplina foi criada por Patrick Manson que fundou a *London School Tropical of Medicine*, em 1899, na nova disciplina as percepções sobre o clima são alteradas, ele já não é visto como determinante, mas como uma variável que cria as condições específicas para o surgimento e desenvolvimento das doenças.<sup>171</sup>

Ainda nesse contexto foram realizados diversos estudos científicos sobre o papel dos insetos como transmissores de doenças. Sanjad destaca que essa foi uma agenda científica que se afirmou promissora em âmbito internacional, reunindo de um lado, médicos interessados nos agentes causadores de doenças como a malária, filariose e a febre amarela e de outro, zoólogos que desejavam sistematizar informações sobre diversos insetos. O autor também destaca que Emilio Goeldi, na época diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, participou ativamente desta rede científica investigando aspectos pouco claros da classificação, distribuição e biologia dos mosquitos amazônicos, especialmente após um momento de grande efervescência intelectual, graças à confirmação em Cuba de que a febre amarela era transmitida pelos mosquitos.<sup>172</sup>

Mas a coluna *Lavoura e Criação*, em seu *Cantinho do Estudante*, não divulgou apenas informações sobre a malária. Ainda no dia 28 de abril de 1921, L. Penna Teixeira, perguntava quais os nematódeos do tubo digestivo do homem e dos animais constatados no Brasil. Como resposta o articulista informava que os nematódeos eram “*Ascaris lumbricoides*, *Asc. megalocéfalo*, *Oxyurus vermicularios*, *Ankilostomum duodenale*, *Necator americanus*”<sup>173</sup>, a partir daí se seguiam outros nematódeos a maioria do tubo digestivo dos animais. É interessante observar que acima da resposta a coluna publicou a máxima que sem dúvida se voltava para os trabalhadores pobres paraenses: “Trabalho, ordem, limpeza fazem na choupana haver grandeza”. Desse modo apontava a associação entre trabalho, ordem e limpeza como indispensáveis para o sucesso do agricultor e mais uma vez legitimava o higienismo.

---

<sup>171</sup>SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009, p.56-58.

<sup>172</sup>SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. p.327.

<sup>173</sup>*A Palavra*, Belém, 28 de abril de 1921,p.2.

Sobre o debate em torno das verminoses, Lima destaca que no final do século XIX ocorreu uma grande discussão nos Estados Unidos sobre as causas da ancilostomíase no sul do país, muitas vezes enfatizando uma suposta origem racial da doença ou a degeneração dos brancos pobres do sul. A autora ressalta que no Brasil o debate sobre a doença gerou várias controvérsias, podendo ser explicada como doença climática, resultado de uma falha moral ou enfermidade causada por um agente patogênico específico. Segundo Lima, o movimento sanitaria defendeu a irrelevância da raça para explicar a doença, já que a mesma afetava indistintamente brancos e negros, além disso, os imigrantes eram vitimados pela doença da mesma forma que os trabalhadores nacionais.<sup>174</sup>

No contexto estudado o movimento sanitaria desejava que a União estivesse mais presente nas questões relativas a saúde pública e ampliasse sua atuação. Um dos primeiros resultados dessas reivindicações foram os decretos assinados pelo presidente Wenceslau Braz em 1918. O Decreto nº 13.000, de 1º de maio de 1918, estabelecia um Serviço de Medicamentos Oficiais que inicialmente seria aplicado a quinina. (art.1). O Decreto nº 13.001, da mesma data que o anterior, estabelecia que o ministro da Justiça e Negócios Interiores organizaria comissões de médicos e auxiliares que iriam iniciar o serviço de profilaxia rural, combatendo as endemias que assolam o interior do país. (art.1) Os trabalhos seriam começados de preferência nos Estados cujos governos auxiliassem os poderes federais com uma soma igual á que este despendesse nas regiões administradas por aqueles governos (art.2).<sup>175</sup>

O Serviço de Profilaxia Rural do Distrito Federal foi criado já em maio de 1918, com o intuito de combater diversas endemias, especialmente a malária e a ancilostomíase. Por meio da instalação de postos sanitários, eram prestados serviços de atendimento aos doentes, vacinação, distribuição de medicamentos, pequenas cirurgias e educação sanitária. Além disso, foram realizadas algumas obras de engenharia sanitária a fim de combater os criadouros de mosquitos.<sup>176</sup> Em 1918 também foram celebrados os primeiros acordos de cooperação entre o governo federal e alguns governos estaduais (Maranhão, Minas Gerais e Paraná), que foram celebrados ainda em 1918.<sup>177</sup>

---

<sup>174</sup>LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p.162.

<sup>175</sup>Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1918. Disponível em <<http://biblioteca.versila.com/9507273/collecao-das-leis-da-republica-dos-estados-unidos-do-brazil-de-1918>>. Acesso em <02.mai.16>.

<sup>176</sup>PONTE, Carlos Fidelis. A Liga Pró-Saneamento do Brasil e a criação do Ministério da Educação e Saúde. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, C. (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010, p.97.

<sup>177</sup>HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.120.

O governo do Maranhão assinou um decreto em outubro de 1918 que autorizava o Estado a firmar um contrato com o Governo federal visando o estabelecimento de um serviço de profilaxia rural. Em 1919 foi elaborado um plano de ação para o Maranhão, no tocante ao combate às endemias rurais, prevalentes, sobretudo, na região do Vale do Itapecuru. Também foi instalada em São Luís uma filial do Instituto Oswaldo Cruz que deveria trabalhar em conjunto com a Comissão Federal, mas que também desenvolveria ações autônomas, como o diagnóstico de doenças, fornecido através de taxas a quem pudesse pagar.<sup>178</sup>

O Estado de São Paulo manteve sua “autonomia sanitária”, organizando seus serviços de profilaxia rural sem fechar acordos com o governo federal. A organização desses serviços ocorreu especialmente a partir da 1ª Guerra Mundial, quando a reduzida entrada de trabalhadores estrangeiros forçou os fazendeiros a cuidar das condições de saúde da força de trabalho nas fazendas. Além disso, os intelectuais participantes da Liga Nacionalista de São Paulo e da Revista do Brasil ajudaram a criar entre as elites paulistas uma preocupação com o estado de pobreza e doença dos habitantes do interior. Desse modo, em 1917, o governo ganhou uma batalha de dois anos no Congresso para aprovar um código de saúde rural, que autorizou São Paulo a estender os serviços sanitários às áreas agrícolas do Estado.<sup>179</sup>

Mesmo com algumas mudanças, muitos estados ainda não podiam fechar acordos com a União, como era o caso do Pará, isso apontava para a necessidade de reformas maiores na saúde pública. Inicialmente o desejo do movimento sanitarista era criação de um Ministério da Saúde Pública, mas essa proposta não foi aprovada no Congresso, especialmente por conta das acirradas polêmicas em torno do princípio federativo. No entanto apesar dos intensos debates no legislativo, foi criado em 1920 o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP).<sup>180</sup>

Britto enfatiza que apesar das limitações, o novo departamento representou uma primeira tentativa de romper com os limites impostos pela Constituição de 1891, que estabelecia que em matéria de saúde e educação a União não poderia agir além do Distrito Federal.<sup>181</sup> Em mensagem de 1920 o governador Lauro Sodré se mostrava animado com essas mudanças, segundo ele, “a recente reforma da saúde pública, elaborada sob as vistas do

---

<sup>178</sup>BEZERRA, Mariza Pinheiro. Instituto Oswaldo Cruz no Maranhão (1919-1922). In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, Anais, Santa Catarina, 2015. Disponível em <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428264769\\_ARQUIVO\\_Mariza1artigoparaSNHdoc.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428264769_ARQUIVO_Mariza1artigoparaSNHdoc.pdf)>. Acesso em < 05.mai.2016>.

<sup>179</sup>CASTRO SANTOS, Luiz A; FARIA, Lina R. *A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República. Bragança Paulista*: EDUSF, 2003, p.116.

<sup>180</sup>HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.143.

<sup>181</sup>BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro Editora Fiocruz, 1995, p.25.

competente Dr. Carlos Chagas, de cuja mão depende sua execução precisa e fiel, permitirá que até nós possa se estender a ação da autoridade sanitária federal”<sup>182</sup>. O Pará firmou em dezembro de 1920 um acordo com o governo federal para que o DSPR combatesse as endemias rurais no estado.

O contrato firmado entre o governo do Pará e o governo federal efetivou e ampliou o saneamento rural no estado. Todavia para que este contrato fosse firmado ocorreu um longo processo de convencimento em que diversos intelectuais defenderam o saneamento como condição indispensável para o desenvolvimento do Pará. No caso particular da imprensa, suas páginas estavam permeadas de denúncias sobre as condições sanitárias do estado, alertando sobre os riscos que isso trazia para a economia. Além disso, muito mais do que convencer as elites políticas, a imprensa também tentou difundir uma nova cultura, pautada na higiene e na ciência médica.

Ficou perceptível por meio desta análise que a imprensa é uma força social e cultural ativa. Conforme lembram Cruz e Peixoto, como toda força social a imprensa atua na produção de hegemonia, propondo uma compreensão da temporalidade, afirmando diagnósticos do presente, memórias de sujeitos, de eventos e projetos, com os quais “pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.”<sup>183</sup> Deste modo, a imprensa paraense legitimou o discurso do saneamento rural e o diagnóstico de que a maior parte da população rural estava doente, mais do que isso, confiou que a ciência poderia redimir o Pará de seus males e conduzi-lo a um futuro de progresso e prosperidade.

## 2.2- A criação da Inspetoria de Profilaxia do Paludismo

O governador do Pará Lauro Sodré<sup>184</sup> não ficou alheio ao debate do saneamento, chegando mesmo a admitir que “não são agora prósperas as condições higiênicas de Belém e

<sup>182</sup>Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em Sessão Solenne de Abertura da 3ª Reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo Governador Dr. Lauro Sodré. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920, p.55.

<sup>183</sup>CRUZ, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, 2007,p.259.

<sup>184</sup>Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém do Pará no dia 17 de outubro de 1858. Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e em 1876 ingressou como cadete na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1883, foi titulado bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Participou ativamente da criação do Clube Republicano do Pará, consumada em 11 de abril de 1886. Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra e, em seguida, na Secretaria de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Foi eleito governador do Pará em junho de 1891, teria ainda um segundo mandato de governador em 1917. Foi eleito senador pelo Pará em 1897, 1912 e em 1921. Lauro Sodré foi também maçom, sendo eleito em 1904 grão-mestre do Oriente do Brasil, mas renunciou ao cargo em 1917 quando assumiu o governo do Pará. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Lauro.pdf>>. Acesso em <02.mai.2016>.

de muitos pontos do interior chegam, ao que anunciam órgãos da imprensa, notícias alarmantes sobre os efeitos do paludismo, que vai ceifando vidas preciosas”. Segundo o governador “teremos necessidade de reorganizar esses serviços, dando combate aos males que afligem a nossa população” já que de boas medidas higiênicas “depende em grande parte o nosso futuro, que é função direta do número de braços válidos que podem levantar as indústrias e explorar o solo”.<sup>185</sup>

Por mais que cobrassem ações dos poderes públicos e debatessem com frequência o tema do saneamento, até o jornal mais crítico ao governo Lauro Sodré reconhecia que a crise da borracha impunha grandes dificuldades ao Estado. Segundo o articulista d’ Palavra J.C. Oliveira, devido à crise econômica enfrentada pelo Pará, “o Estado não tinha meios para realizar o saneamento do interior e a União deveria assumir seu ônus”.<sup>186</sup>

O articulista da Palavra também sugeria que o governo federal nomeasse uma “comissão mista de médicos e engenheiros que percorressem estado por estado da União, estudando suas condições higiênicas e os meios de melhorá-las”, isto porque as condições de higiene de uma grande porção do território eram desconhecidas. Assim de acordo com o articulista, “sabemos apenas que o interior do Brasil esta assolado com epidemias, desamparado e quase inabitável.”<sup>187</sup>

Em 1917, mesmo com uma situação financeira delicada, o Pará conseguia dar passos importantes em direção ao saneamento. Nesse ano, o governador Lauro Sodré implantou a “Inspetoria de Profilaxia do Impaludismo”, chefiada pelo Dr. José Alves Dias Júnior. Sem dúvida as denúncias da imprensa foram importantes para convencer os poderes públicos da urgência do saneamento rural e da necessidade de criar uma Inspetoria responsável pela profilaxia da malária. Desse modo, em março de 1917, a Inspetoria iniciou seus serviços e possuía os seguintes postos sanitários em Belém: “Penitenciária”, no bairro de mesmo nome, “Miguel Pereira”, no bairro de São Braz, “Gaspar Viana”, no bairro da Cremação, “Santa Luzia”, no lugar de mesmo nome, “Belisário Pena” na Pedreira, “Jurunas” no Bairro de mesmo nome, “Oswaldo Cruz”, no bairro do Sousa, “Antônio Vieira” no bairro de Monte Alegre e o de Murubira na ilha de Mosqueiro.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Exm. Sr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse como governador do Estado. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.31.

<sup>186</sup> *A Palavra*, Belém, 3 de Outubro de 1919, p.1.

<sup>187</sup> *A Palavra*, Belém, 16 de janeiro de 1921, p.1.

<sup>188</sup> ARAÚJO, Heráclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.19.

Além da capital paraense a Inspetoria do Impaludismo estendeu sua ação á margem da Estrada de Ferro Bragantina, desde o Entroncamento até Igarapé-Assú. Para superintender os serviços de paludismo na zona bragantina, foi nomeado o Dr. Matta Bacellar, tendo como auxiliares o Dr. Amaro Damasceno Junior, um farmacêutico e um delegado de saúde. Foi criado o posto sanitário de Santa Isabel e nas localidades marginais da estrada havia um representante da inspetoria, encarregado da distribuição gratuita de quinino e a fiscalização do estado sanitário local.<sup>189</sup> Em abril de 1917 o *Estado do Pará* estampava na primeira página um longo artigo informando sobre os trabalhos da Inspetoria. Segundo o jornal, “em 10 dias foram consultadas 2.061 pessoas e visitados 860 impaludosos”, e distribuídos “15.122 pílulas e 13.791 capsulas de quinino.” O jornal também informava que o estado sanitário da zona que compreendia “Santa Izabel, Caraparú, Americano, Apeú e Castanhal, está melhorando, não se tendo registrado óbito algum”<sup>190</sup>

É importante observar como as notícias sobre a criação da Inspetoria de Profilaxia do Impaludismo nos revelam muito sobre as vinculações políticas dos periódicos. Desse modo é possível vislumbrar diferentes formas de noticiar a criação da Inspetoria de Profilaxia do Impaludismo. Em fevereiro de 1917, a *Folha do Norte* publicou na primeira página que o governo desejava implantar um serviço ativo de profilaxia da malária. Segundo o jornal este ato demonstra de que “notáveis intuits esta animado o patriótico estadista, que para honra do Pará, lhe dirige os destinos, S.Exc. vê claro que grande parte dos problemas econômicos da Amazônia esta no emprego dos meios de melhorar as nossas condições higiênicas”<sup>191</sup>

No mesmo ano, o *Estado do Pará* publicou também na primeira página um extenso artigo anunciando a inauguração de postos de assistência aos paludosos nas diversas zonas suburbanas de Belém afim de que “os atacados pelo terrível morbus encontrem com a máxima facilidade, os recursos fora do alcance de suas posses, tendo assim a população necessitada pronto socorro dos poderes públicos”.<sup>192</sup> Os dois artigos citados evidenciam como a *Folha do Norte* e o *Estado do Pará* utilizaram a questão do saneamento rural para reafirmar alianças, destacando a imagem de um governador atento aos problemas do Pará. Mas se a questão do saneamento foi utilizada para reafirmar alianças, também foi utilizada para reafirmar inimizadas.

---

<sup>189</sup>Idem, p.19

<sup>190</sup>*Estado do Pará*, Belém, 14 de abril de 1917, p.1.

<sup>191</sup>*Folha do Norte*, Belém, 07 de fevereiro de 1917, p.1.

<sup>192</sup>*Estado do Pará*, Belém, 17 de março de 1917, p.1.



Em 1917 o jornal *A Palavra* publica apenas uma pequena nota na terceira página<sup>193</sup> informando que o serviço de profilaxia do paludismo iniciou seus trabalhos. Em contrapartida não faltam denúncias de que “o paludismo continua a fazer crescente número de vítimas”<sup>194</sup>. Desse modo se o *Estado do Pará e a Folha do Norte* apontam um governo atento para as mazelas da população, *A Palavra* aponta para a ineficiência dos serviços do Estado. Para além das vinculações de Lauro Sodré com a maçonaria, as críticas e rivalidades d’ *Palavra* com o governador desejavam legitimar a importância do catolicismo na República.

Isto porque o Estado Republicano estava pautado na secularização e tentava afastar qualquer sentido religioso de sua administração e instituições. Diante deste cenário, o jornal *A Palavra* tentou convencer o governo paraense de que o catolicismo era um importante elemento civilizador e modernizante. Em artigo de 1918 o jornal apontava como “a ordem dos Trapistas promoveu em São Paulo um enorme desenvolvimento da lavoura, instruindo os agricultores e ensinando-os noções de higiene”.<sup>195</sup>

Anteriormente em 1917, o jornal já havia publicado uma notícia sobre os “Trapistas”, defendendo que “as ordens religiosas deveriam ser chamadas pelo governo para colaborar no engrandecimento dos estados, que enormemente com isso lucrariam.”<sup>196</sup> Portanto, ficou evidenciado que estes jornais não estavam apenas veiculando notícias sobre o estado sanitário do Pará, por meio do que se publicava em cada periódico se construía alianças e rivalidades, que a todo momento poderiam assumir novas configurações. Deste modo, muito mais do que simples elemento de informação tais notícias estavam inseridas no campo das lutas sociais.

É importante notar ainda outro aspecto nas notícias sobre a implantação da inspetoria do paludismo. Ao louvar a criação da inspetoria a *Folha do Norte* informava, em artigo sem assinatura, que no Pará “ao lado do impaludismo esta a opilação, que a ele cada vez mais se alia para aniquilar a nossa raça”. Todavia, segundo o jornal, a ancilostomíase não era um mal encontrado apenas no Pará, o que poderia servir “para que certos difamadores do clima da Amazônia moderassem um pouco o ardor propagandístico com que tratam da nossa apregoadada insalubridade”, pois ignorantes das condições higiênicas do estado, “põe a conta de uma fatalidade irremediável desta região.”<sup>197</sup>

A mesma preocupação da *Folha* pode ser encontrada no discurso de Lauro Sodré. Segundo o governador, não era recente a “campanha de aleives movida contra o nosso clima,

<sup>193</sup> O jornal tinha apenas quatro páginas o que evidencia ainda mais o pequeno destaque dado a notícia.

<sup>194</sup> *A Palavra*, Belém, 11 de outubro de 1917, p.1.

<sup>195</sup> *A Palavra*, Belém, 03 de março de 1918, p.1.

<sup>196</sup> *A Palavra*, Belém, 25 de fevereiro de 1917, p.1.

<sup>197</sup> *Folha do Norte*, Belém, 07 de fevereiro de 1917, p.1.

a pintar a terra paraense, ao sabor de tais conceitos, quase vedada ao trato humano.” Para o governador Lauro Sodré quem defendia tal argumento era duplamente injusto, pois falava “sem ter o conhecimento exato e certo deste meio” e esquecia que essas doenças “são endêmicas em tantos outros Estados”. Para reforçar seu argumento citava um relatório de Belisário Pena, em que o médico apontava que “mais de 90% dos habitantes do Brasil são carniças ambulantes de vermes intestinais”, portando seria injusto achar que esse era um problema apenas do Pará e apontá-lo como “terra da malária e da ancilostomíase”.<sup>198</sup>

Tais discursos nos levam aos debates sobre a insalubridade dos Trópicos e a sua hostilidade à presença do homem. Schweickardt lembra que a Amazônia é o trópico propriamente dito, pois as características naturais como “calor, umidade, floresta, abundância de água e uma variedade de insetos e animais estão presentes no mesmo grupo de objetos que definem a categoria”.<sup>199</sup> Portanto, por se encaixar tão bem nessas definições, a região foi associada com mais intensidade a uma espécie de “fatalidade dos trópicos”.

Talvez o exemplo máximo desse discurso seja o livro *Inferno Verde* de Alberto Rangel, prefaciado por Euclides da Cunha. Na visão do autor diante da conflituosa relação entre homem e natureza, o conceito de inferno substituiu facilmente o de paraíso. O autor se contrapõe a uma visão idílica da região, enfatizando a força e a hostilidade da natureza, descrevendo um quadro em que doenças, chagas, delírios, compunham um cenário que se não fosse um inferno seria um verdadeiro purgatório.<sup>200</sup> Mas neste debate entra o movimento sanitário que defendia que a raça e o clima eram como “moinhos de vento” a ocultarem as verdadeiras razões para as doenças que assolavam o país. Lima ressalta que algumas explicações climáticas ainda eram utilizadas, mas o que prevaleceu foi a recusa de um determinismo climático, segundo a autora, o movimento tentava provar que não era inferior a nossa raça e nem inóspito o nosso clima, deste modo, tentou encontrar por meio dos recursos da higiene um caminho para o dilema da nacionalidade brasileira.<sup>201</sup>

A Inspetoria de Profilaxia do Paludismo realizou importantes ações sanitárias, uma delas foi a drenagem do igarapé Una. A reportagem do *Estado do Pará* acompanhou o início dos trabalhos e publicou um artigo sobre eles. Segundo o repórter, não identificado, “o

<sup>198</sup>Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em Sessão Solenne de Abertura da 3ª Reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo Governador Dr. Lauro Sodré. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920, p.43.

<sup>199</sup>SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009, p.51.

<sup>200</sup>RANGEL, Alberto. *Inferno verde (cenários e cenários do Amazonas)*. 5 ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001. Ver também: CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>201</sup>LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p.179.

igarapé Una, que há nove anos estava completamente obstruído, corta a cidade em diversos pontos, indo terminar na travessa 9 de janeiro”, desse modo, segundo o repórter, a drenagem do igarapé representava “papel importantíssimo no escoamento das águas pantanosas daquelas zonas, agora verdadeiros viveiros anophelinos”. O repórter também entrevistou o Dr. Dias Junior que informou que considerava “o ponto primordial de toda a prophylaxia do paludismo o serviço de drenagem das águas, que com a quinização sytemática dos doentes impaludados, constituirão os dois elementos de toda a base do serviço de prophylaxia”.<sup>202</sup>

A *Folha do Norte* publicou um artigo, sem assinatura, sobre os avanços dos trabalhos da profilaxia do paludismo. Segundo o artigo, “o serviço de maior alcance da prophylaxia é o que se está fazendo no bairro da Pedreira”, pois quem passava da Travessa 22 de junho rumo da Avenida Pedro Miranda se “deparava de ambas as margens, numa grande área, enormes matagais, cheia de igapós e impenetrável, que agora estão completamente devastados”. Além disso, a travessa do Humaitá foi prolongada “através das matas derrubadas e pântanos dissecados, até a o encontro da Rua Curuçá”, a vantagem do prolongamento “é ligar e dar o trânsito a dois bairros importantes como o da Pedreira e o do chamado Telégrafo Sem fio”.<sup>203</sup>

Os trabalhos de saneamento da inspetoria do paludismo, em especial o saneamento do bairro da Pedreira, ocorreram em plena crise econômica. Desse modo, é interessante notar que muitas vezes as crises são interpretadas como uma grande decadência e estagnação da cidade, Monteiro Lobato sintetiza essa ideia na expressão “cidades mortas” ao se referir à decadência do Vale do Paraíba. Todavia, mesmo que Belém enfrentasse grandes dificuldades financeiras com a crise da borracha, ela nunca deixou de ser uma cidade viva, isto porque, mesmo em tempos de crise a cidade não perdeu sua dinâmica, não deixou de se reinventar, procurando estratégias para solucionar seus problemas.

A criação da Inspetoria do Paludismo foi sem dúvida, um dos caminhos encontrados para a crise no Estado, já que o paludismo passou a ser compreendido como um mal que afetava a força produtiva do Pará. Além disso, também é importante perceber como os trabalhos da inspetoria vão modificando a geografia da cidade, com a ligação, por exemplo, dos bairros da Pedreira e do Telégrafo Sem fio, que antes ficavam separados por pântanos e matagais. Desse modo, longe de ser uma cidade morta, mesmo com a crise da borracha, Belém era uma cidade viva e dinâmica.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> *Estado do Pará*, Belém, 28 de março de 1917, p.1.

<sup>203</sup> *Folha do Norte*, Belém, 11 de janeiro de 1918, p.1.

<sup>204</sup> Quem sugere Belém como uma cidade viva é Franciane Lacerda, ainda que a autora não discuta a crise da borracha uma vez que discute os finais do século XIX, no texto ora citado. No entanto, a pesquisa aqui realizada para esta dissertação, indica também um dinamismo urbano, mesmo num contexto de crise econômica em

Os trabalhos da Inspetoria não ocorreram sem conflitos que são reveladores de disputas profissionais e dos limites dos trabalhos de profilaxia. Em fevereiro de 1918, o *Estado do Pará* informava que o Dr. Dias Júnior, acompanhado do Dr. Francisco Miranda e do Dr. Affonso Ribeiro “proibiu a extração de areia que se vinha fazendo na praça Floriano Peixoto, logar denominado Covão, a entrada do bairro de Queluz”. Segundo o artigo, que não tinha assinatura, a areia extraída “era destinada a obras de construção particular”, as escavações eram feitas “sem a autorização do intendente municipal”, além disso, constituía um perigo “para o aterro da Estrada de Ferro de Bragança” e para a saúde da população, pois os “grandes sulcos presentemente tomados pela água estagnada, formando assim um foco de mosquitos prejudiciais a saúde pública”.<sup>205</sup>

A resposta a esse artigo veio nas páginas da *Folha do Norte*, o jornal informava que “da Seção de Obras da Intendência Municipal recebemos o seguinte para publicar”, seguia-se um texto entre aspas e sem assinatura. Rebatendo o que fora publicado no *Estado do Pará* era informado que a areia extraída da Praça Floriano Peixoto “foi toda para aplicação em obras de imediato interesse público” como o calçamento da cidade. Questionando os demais tópicos, era acrescentado que nenhum ato da Seção de Obras era feito sem pleno conhecimento do intendente e também “que nenhum prejuízo tem sido ocasionado a Estrada de Ferro com os trabalhos executados”. Com relação ao paludismo informava que “os covões abertos, sempre com pequenas dimensões, tem sido terraplanados completamente, logo que termina a extração de areia”. O texto era finalizado com a observação de que se o Dr. Dias Júnior verificasse inconvenientes na extração de areia “basta notificar isso a esta Seção ou ao Serviço Sanitário Municipal (...) sem a fita de um embargo que representaria um vexame e uma desconsideração com a Intendência”.<sup>206</sup>

O conflito é iniciado com um embate entre dois órgãos a Inspetoria de Profilaxia do Paludismo, chefiada pelo Dr. Dias Júnior, e a Seção de Obras da Intendência Municipal, chefiada pelo engenheiro Acatauassú Nunes. Competia a primeira o cuidado com a saúde da população, os argumentos que apontavam as irregularidades da extração de areia, culminavam com o argumento de que o ato contribuía para a proliferação do paludismo na cidade. À Seção de Obras da Intendência competia diversos empreendimentos que melhorassem a infra-

---

Belém. Ver: Lacerda, Franciane Gama. *Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o XX*. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos. Belém: Editora Açai, 2016, pp.93-112. Um exemplo desse dinamismo urbano é a inauguração do Cinema Olympia em Belém em 1912. Cf. CARNEIRO, Eva Dayna Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, 2011.

<sup>205</sup>*Estado do Pará*, Belém, 6 de fevereiro de 1921,p.1.

<sup>206</sup>*Folha do Norte*, Belém, 08 de fevereiro de 1921, p.1

estrutura da cidade e que também estavam ligados a melhora do seu estado sanitário, nesse sentido, o órgão considerava que as críticas realizadas eram infundadas e ressaltava que a Seção de Obras não descuidava da saúde pública, tendo o cuidado de terraplanar os covões abertos para a extração de areia a fim de que os mesmos não oferecessem riscos a proliferação de mosquitos. Além disso, reforçava que obedecia a autoridade do intendente e que nenhum ato era feito sem o seu conhecimento, considerava também que se o Dr. Dias Júnior tinha algo a criticar deveria resolver essas pendências primeiro com a Seção de Obras e não embargar uma obra, o que considerava ser um vexame.

A *Folha do Norte* publicou um segundo artigo sobre a questão, novamente em nome da Seção de Obras da Intendência Municipal e sem assinatura. Segundo o artigo mesmo admitindo-se que a pequena escavação para extração de areia pudesse se transformar em foco palustre, a mesma não justificaria “a multidão de anophelinos que tripudia nos nossos lares e zomba da desaparelhada inspetoria do paludismo” que era incapaz de “dessecar as vastas áreas pantanosas suburbanas ricas de vegetais e extinguir inumerável focos situados mesmo, no coração da cidade”.<sup>207</sup> A polêmica seguiu com a publicação de um artigo assinado por Dias Júnior, segundo o médico, Acatauassú Nunes não “descobriu o mel das abelhas” quando afirma que a profilaxia do paludismo deixava muito a desejar, todavia “não é menos real que muito se ha feito com ingêrentes sacrifícios”, além disso, se os poderes públicos não puderam aparelhar o serviço “de elementos capazes de um empreendimento maior, nem por isso deve-se cruzar os braços á espera de melhores tempos para, então, se mandar entupir os feios buracos das praças públicas”, para Dias Júnior, “o dr. Acatauassú Nunes esta bem no papel do pobre roto falando do esfarrapado”.<sup>208</sup>

Os dois artigos nos ajudam a pensar sobre as limitações da Inspeção do Paludismo, que são reconhecidas até mesmo por Dias Júnior. Várias regiões pantanosas ainda existiam na cidade, o paludismo estava presente em regiões centrais de Belém, desse modo, os sertões da cidade ainda eram latentes, mesmo considerando os trabalhos realizados. De fato em mensagem de 1919 o governador do Estado apontava que “sem contestação o maior dos endemios, que castigam a nossa população urbana e rural, é o impaludismo contra o qual mantemos postos médicos que funcionam regularmente”, todavia lamentava que “as

---

<sup>207</sup> *Folha do Norte*, Belém, 11 de fevereiro de 1921, p.1.

<sup>208</sup> *Folha do Norte*, Belém, 12 de fevereiro de 1921, p.1.

condições financeiras do Estado não permitam dar mais amplo desenvolvimento a esse serviço”.<sup>209</sup>

Se a polêmica começou com artigos sem assinatura, a partir da publicação do dr. Dias Júnior, o engenheiro Acatauassú Nunes também publicaria um artigo criticando o médico. Para o engenheiro, Dias Júnior “se limitava a correr as zonas suburbanas de Belém, cavalgando um magricela rocinante (...) ou palmilhava estafado as estradas e caminhos do Chapéo Virado” para depois se apresentar “suarento e enlameado, sem nada ter feito de útil”, na casa das principais autoridades do Estado. O engenheiro destacava que talvez “por pretensos sucessos” Dias Júnior havia enveredado “pelas perigosas sendas da desconsideração a funcionários que lhe devem merecer respeito e do super autoritarismo”.<sup>210</sup>

A imagem de um médico montado a cavalo que vai sanear os sertões, realizando um trabalho desgastante que o deixa coberto de suor e lama, é sem dúvida uma imagem muito forte do movimento sanitarista e contribuía para a construção de uma ideia do médico como o verdadeiro herói da nação. Todavia no discurso de Acatauassú Nunes esta imagem é utilizada para criticar e até mesmo satirizar o trabalho do Dr. Dias Júnior, já que as ações do médico não teriam nenhum efeito concreto. No contexto investigado os médicos se tornam cada vez mais presentes na administração pública, de fato como destacam Ponte, Lima e Kropf, desde o século XIX os médicos vinham conquistando legitimidade pública e durante o século XX, são cada vez mais atendidos em suas aspirações de ocuparem um lugar junto ao Estado.<sup>211</sup> Desse modo, o crescente poder obtido pelos médicos, gerou uma série de rivalidades, na medida em que outros profissionais, a exemplo dos engenheiros, também disputavam uma maior participação na administração pública.

Mesmo com suas limitações, a Inspeção de Profilaxia do Paludismo foi uma experiência importante. A partir da década de 1920 com a instalação do Serviço de Profilaxia Rural do Pará, alguns postos sanitários criados pela inspeção serão transformados em postos de profilaxia rural. Além disso, o Dr. Dias Júnior, chefe de profilaxia do paludismo, se tornou responsável pelo posto de profilaxia rural do bairro da Pedreira. Isso demonstra como a Inspeção do Paludismo criou bases importantes para a organização dos serviços de profilaxia rural no Pará. Além da inspeção, outros fatores são importantes para compreender os debates

---

<sup>209</sup>Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919 pelo governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1919, p.104.

<sup>210</sup>Folha do Norte, Belém, 15 de fevereiro de 1921, p.1.

<sup>211</sup>KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. A doença de Chagas e o movimento sanitarista da década de 1910. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, C.(Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010, p.94.

e os desafios do saneamento rural no Pará. Esses fatores são a missão de pesca e saneamento do Cruzador José Bonifácio e os conflitos entre a medicina científica e a pajelança, que serão analisados a seguir.

### 2.3- Por um Brasil são e forte: a missão do Cruzador José Bonifácio

No dia 13 de outubro de 1919, o Cruzador “José Bonifácio” saiu do porto do Rio de Janeiro com destino a Belém. O “José Bonifácio” estava sob o comando do capitão de Mar e Guerra, Frederico Villar e percorreria o litoral brasileiro de norte a sul. Em Belém, se juntariam a missão, Bruno Lobato, Diretor do Museu Nacional, Adolpho Lutz, Chefe do Serviço do Instituto Oswaldo Cruz e o cientista norte-americano, George Field <sup>212</sup>

O cruzador atracou no porto de Belém no dia 02 de novembro e o *Estado do Pará* publicou um extenso artigo sobre o navio. Segundo o artigo, sem assinatura, o José Bonifácio era “elegante e luxuoso” e pertenceu a um “milionário americano, o Coronel Astor, vítima do naufrágio do grande transatlântico inglês Titanic.” No mesmo artigo, também foi publicado uma entrevista com Frederico Villar, segundo ele, seriam realizados vários estudos marinhos como “as espécies reinantes, as épocas das desovas, de imigração, etc.” A missão trataria também do “saneamento profilático entre os pescadores, a quem distribuiremos remédios”, portanto o José Bonifácio era segundo Villar “uma escola e uma enfermaria”, onde o pescador encontraria “tudo de que necessitar: instrução e medicamentos”.<sup>213</sup>

A *Folha do Norte* publicou o discurso do 1ª tenente do cruzador, Gumercindo Portugal Loreti, realizado em uma festa no navio. Segundo Loreti, “o cientista de mãos dadas ao almirante, o médico abraçado ao oficial, sonham em um Brasil são e forte”. Para Loreti, a medicina combatia a morte e o canhão espalhava-a por toda a parte, todavia no José Bonifácio, portador de canhões e incumbido de uma missão de saneamento, o paradoxo se desfazia, pois no navio “venera-se o espírito de Oswaldo Cruz como symbolo, acata-se a palavra de Belisário Pena como dogma, ama-se a vontade de Gomes Pereira como força, respeitam-se as ordens de Frederico Villar como guia”.<sup>214</sup>

A *Folha* também publicou um artigo do Dr. Othon de Moura, médico do cruzador. Segundo o Dr. Othon, “com um duplo objetivo – estudos sobre a pesca e oceanografia, e saneamento do litoral, executa o cruzador José Bonifácio uma das mais importantes e

<sup>212</sup>CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. A voz do mar: construção simbólica da República dos Pescadores Brasileiros pela Missão do “Cruzador José Bonifácio” (1919-1924). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XVIII, Sergipe, Universidade Federal do Sergipe, 1995. Disponível em <[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d519140f0ec17a0c2f4abcc2ca9dc2b7.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d519140f0ec17a0c2f4abcc2ca9dc2b7.pdf)>. Acesso em <05.abr.2016>

<sup>213</sup>*Estado do Pará*, Belém, 03 de novembro de 1919,p.1.

<sup>214</sup>*Folha do Norte*, Belém, 04 de novembro de 1919,p.1.

patrióticas missões”. Ainda segundo o Dr. Othon, o problema do saneamento não devia se limitar ao combate médico e higiênico das doenças, para ele a solução dependia de medidas políticas, como “a organização do trabalho e a concentração em núcleos da gente dispersa em nossos sertões e litoral”. No que diz respeito às populações de pescadores o objetivo era “arranca-las das pocilgas e cafuas em que vivem sem o menor vestígio de higiene e reuni-las em colônias, em casas higiênicas”.<sup>215</sup>

É importante notar a ideia de saneamento do Dr. Othon que passa por uma ação política que implicaria maior controle e disciplinamento dos pescadores que deixariam de ser “dispersos” para viverem em colônias. Ramalho destaca que o essencial para a Marinha Brasileira era suprimir a atuação limitante e ineficiente dos poderes públicos locais, cuja incapacidade administrativa e o mandonismo condenavam as riquezas naturais aquáticas e os destinos da nossa nacionalidade para a modernidade. Além disso, a organização dos pescadores para a formação, das colônias, seria um ponto de apoio decisivo para a atuação e o controle do Estado sobre as regiões costeiras.<sup>216</sup>

O Dr. Othon de Moura realizou algumas visitas a postos médicos de Belém. *O Estado do Pará* noticiou a visita ao posto do Acampamento que “em homenagem a visita da comissão de saneamento do litoral” passou a denominar-se Belisário Pena. Segundo *O Estado do Pará* o Dr. Othon de Moura foi recebido pelo Dr. Dias Júnior e outros médicos, estabelecendo “amistosa palestra com os seus colegas sobre a incumbência da comissão saneadora do litoral”, além disso, colheu “ótimas informações a propósito das profilaxias especialmente quanto ao impaludismo, a varíola e a febre amarela.” De acordo como o Estado do Pará o Dr. Othon voltaria ao posto na próxima sexta para fazer demonstrações práticas e “recolher as fezes de alguns doentes, destinadas a estudos de ancylostomo”, o médico também exibiria “aos consultantes uma coleção de gravuras coloridas que esclarecem ao observador a origem de várias moléstias”.<sup>217</sup>

A visita do Dr. Othon ao posto Belisário Pena não deixou de ser uma estratégia para legitimar a missão do Cruzador José Bonifácio, além disso, também foi uma oportunidade para um intercâmbio de informações em que o médico pode coletar dados importantes sobre profilaxias realizadas no Pará. Também é interessante notar que o médico prometeu trazer ao posto gravuras coloridas para explicar aos consultantes a origem de diversas moléstias,

---

<sup>215</sup>*Folha do Norte*, Belém, 04 de novembro de 1919, p.1.

<sup>216</sup>RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, Pescadores e desenvolvimento Nacional. *Ruris*, Campinas, SP, v.8, n.1, març. 2014, p.35.

<sup>217</sup>*Estado do Pará*, Belém, 15 de novembro de 1919, p.1.



considerando que a maior parte da população era analfabeta, essa foi sem dúvida uma estratégia importante para difundir medidas profiláticas entre a população mais pobre.

O comandante do *José Bonifácio*, Frederico Villar percorreu algumas localidades do interior do Estado, fazendo observações sobre a pesca, a população e as condições sanitárias. Uma das localidades visitadas foi o município de Bragança, segundo a *Folha do Norte* a comissão de saneamento seguiu para o município no dia 10 de novembro, até chegar na cidade o trem fez paradas em várias estações “para exame e observação pela comissão saneadora, que atendeu a muitos doentes, distribuindo medicamentos”, de acordo com a *Folha* a maior parte dos doentes examinados eram “amarelentos, ancylostomiados e opilados”.<sup>218</sup>

A *Folha do Norte* também publicou um artigo assinado por Frederico Villar em que o comandante escreveu suas impressões sobre Bragança. No artigo, Villar se mostra preocupado com o rio Caeté<sup>219</sup> que segundo ele estava cheio de bancos de areia que ameaçavam a navegação no rio. Além do perigo a navegabilidade, Villar também aponta que as águas do rio sem o preciso escoamento poderiam “invadir as terras, fazer brejos, arruinar as lavouras” e “enxamear de mosquitos” a cidade. Segundo Villar, Bragança era “uma linda terra, de clima ameno”, mas por onde já lastrava o paludismo, a ancilostomíase crescia “com a falta de esgoto” e a lepra “cresce todo dia, há cinco anos, vinte e cinco casos, hoje duzentos: amanhã a cidade inteira estará morphetica.” Para Villar “urge a intervenção da ‘Saúde Pública Federal’ com a criação de Postos de Saneamento Rural, como auxílio ao governo do estado, que faz tudo que pode, mas pouco pode, diante das dificuldades financeiras do Tesouro de Belém”.<sup>220</sup>

O discurso de Villar tem preocupações ambientais, econômicas e sanitárias, deste modo, com a formação de bancos de areia no rio e o comprometimento de sua navegabilidade todo o comércio realizado por meio dele estaria prejudicado. Além disso, os impactos ambientais e sanitários também seriam grandes com a formação de brejos e a inundação de algumas áreas que por fim atrairiam mosquitos e contribuiriam para aumentar os casos de paludismo. Villar também apoia uma ideia bastante defendida pelo movimento sanitário: o governo federal deveria apoiar financeiramente os Estados no saneamento rural, pois sem essa

---

<sup>218</sup> *Folha do Norte*, Belém, 14 de novembro de 1919, p.1.

<sup>219</sup> A bacia do Caeté possui uma área de 2.195 km<sup>2</sup> e extensão do rio principal de 149 km, das nascentes (município de Bonito) à foz (municípios de Bragança e Augusto Corrêa), desaguando na baía Caeté-Urumajó. A bacia drena parcialmente o território de 7 municípios localizados no Nordeste do Pará (Bonito, Ourém, Santa Luzia do Pará, Capanema, Tracuateua, Bragança e Augusto Corrêa). GORAYEB, Adryane. *Análise integrada da bacia paisagem na bacia hidrográfica do rio Caeté*. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo, 2008, p.45.

<sup>220</sup> *Folha do Norte*, Belém, 14 de novembro de 1919, p.1.

intervenção federal este projeto estaria inviabilizado pelas condições financeiras dos estados ou mesmo pelo descaso das elites locais.

Frederico Villar também visitou a ilha do Marajó e publicou um artigo na *Folha do Norte* sobre suas impressões da viagem. Segundo Villar “o Marajó é uma das verdadeiras maravilhas da terra”, sendo uma ilha “rica e fértil com as mais reputadas zonas agrícolas e de criação do mundo”. Todavia uns dos grandes problemas enfrentados eram “águas demais no inverno e seca no verão”, provocados pela obstrução sistemática dos grandes rios que a drenavam, deste modo era preciso “restabelecer o Arary e o Cambú e abrir poços artesianos com moinhos de vento para irrigar as terras no verão”. Sua análise da saúde da população foi bastante positiva, segundo ele, o Marajó possuía uma gente “sadia, amável e audaciosa no mar” com homens e mulheres “fortes e operosos, vivendo numa relativa fartura e felizes”. Para Villar era preciso reunir essa população em “colônias: sob a matrícula e proteção do Ministério da Marinha” a fim de torná-los “ainda mais prósperos e felizes”.<sup>221</sup>

As autoridades paraenses constantemente se preocupavam com os “excessos da natureza” amazônica. O governador Lauro Sodré acreditava que o definhamento da indústria pastoril no Estado era gerado pelas dificuldades que a natureza impunha, como as várias enchentes no Baixo Amazonas e no Marajó.<sup>222</sup> A preocupação com a natureza não era novidade, talvez o elemento novo seja a preocupação com a saúde da população, vista como elemento essencial para o progresso e a prosperidade do estado. Frederico Villar teve uma visão bastante otimista da saúde da população do Marajó, que enfrentava problemas sanitários bem parecidos com outras regiões do Pará, mas esse otimismo não era por acaso, foi usado como estratégia para reforçar as potencialidades da região e legitimar a intervenção da Marinha. Desse modo, se o Marajó tinha diversas potencialidades naturais e uma população saudável, faltava somente que a Marinha intervisse na região para que ela se tornasse mais “próspera” e “feliz”.

Por fim, Frederico Villar também visitou o Baixo Amazonas<sup>223</sup>, segundo o comandante do José Bonifácio, Gurupá e Prainha “são ‘cidades’ condenadas a desaparecer” e sua população estava abandonada aos “horrores do paludismo e das verminoses: são

---

<sup>221</sup> *Folha do Norte*, Belém, 13 de dezembro de 1919, p.1.

<sup>222</sup> LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v.16, n.30, jan/jun.2015, p.162.

<sup>223</sup> É possível subdividir o Rio Amazonas em duas áreas principais, embora haja muitas outras caracterizações: Alto Amazonas, que diz respeito à nascente, nos Andes até algumas áreas próximas à Manaus, e o Baixo Amazonas, área mais profunda, podendo ser considerada de Manaus até sua foz. FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do século XX). Disponível em <[http://revistanavigador.com.br/navig20/dossie/N20\\_dossie5.pdf](http://revistanavigador.com.br/navig20/dossie/N20_dossie5.pdf)>. Acesso em <12.mai.2016>.

‘hospitales’ sem médicos, sem remédios e sem recursos de nenhuma espécie”, para Villar era um crime “deixá-las assim ao abandono, entregues a peste e a miséria”. Diante deste cenário difícil, para Frederico Villar, Santarém era “o grande consolo que emerge do meio de tanta miséria e decadência”, a cidade era dirigida por um médico “o ilustre Dr. Rodrigues dos Santos” e era modelar como “orientação administrativa, principalmente no que se prende à hygiene pública”, segundo Villar Santarém já possuía luz elétrica e em breve teria água encanada e esgotos. Por fim, Frederico Villar aponta que organizou na cidade “a Colônia Cooperativa de Pescadores, com mais de duzentos bravos marujos, homens magníficos, robustos e inteligentes”.<sup>224</sup>

Para compreendermos os sentidos da missão do Cruzador José Bonifácio é preciso entender o contexto histórico vivido pela Marinha Brasileira. Segundo Ramalho, a Marinha passou por momentos difíceis no início da República e ainda enfrentou uma redução no seu orçamento, desse modo, passou a criar estratégias para recuperar o seu prestígio. Uma das diretrizes principais dessa estratégia era a nacionalização da pesca, com o controle de toda a região costeira do país pela Marinha. Para Ramalho, a nacionalização da pesca foi justificada com dois motivos importantes, o primeiro era econômico, e visava o desenvolvimento industrial do setor pesqueiro. O segundo motivo tinha um caráter nacionalista, deseja retirar dos pescadores estrangeiros a força que tinham em âmbito nacional, obrigando-os a no mínimo se naturalizarem, e desejava também assegurar a defesa da costa brasileira, especialmente após a 1ª Guerra Mundial.<sup>225</sup>

Silva também lembra que nas primeiras décadas do século XX surgem importantes órgãos para coordenar o desenvolvimento da atividade pesqueira. Desse modo, em 1910, foi criada a Inspetoria da Pesca, suas atividades limitaram-se ao levantamento de espécies marinhas, sendo extinta em 1918. Todavia em 1923, foi criada a primeira instituição nacional que atuava basicamente no setor pesqueiro, a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, que segundo Silva, foi um organismo que teve grande importância na época, especialmente na organização da pesca artesanal.<sup>226</sup>

Com relação à atuação da Marinha Brasileira na Amazônia, Gaia e Pereira destacam que a região não deve ser encarada como área estratégica na mentalidade militar brasileira apenas na atualidade, sendo preciso superar ideias tradicionais que enfatizam a condição

---

<sup>224</sup>Folha do Norte, Belém, 26 de janeiro de 1920,p.1

<sup>225</sup>RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, Pescadores e desenvolvimento Nacional. *Ruris*, Campinas, SP, v.8, n.1, març. 2014, p.34.

<sup>226</sup>SILVA, Cristian Nunes da. *Geografia e Representação Espacial da Pesca na Amazônia Paraense*. Belém: GAPTA/UFPA, 2012, p.87.

periférica da região. Segundo os autores, a Flotilha do Amazonas se destacou no tocante aos esforços de modernização e, mesmo que o Programa Naval Brasileiro não fosse pensado para suas condições geográficas, ocorreu certa tentativa de adaptar os navios para as especificidades da Amazônia. Desse modo, em termos quantitativos e qualitativos, a Flotilha do Amazonas se tornaria a segunda maior unidade naval do país estando atrás apenas da Esquadra do Rio de Janeiro, em 1906. A Amazônia também teve importância na reestruturação do ensino dirigido pela Marinha no início do século XX, com a criação das Escolas Primárias do Pará e Amazonas e da reorganização da Escola de Marinha Mercante do Pará, único centro de formação de pilotos e maquinistas fluviais do país.<sup>227</sup>

De fato a presença do Cruzador José Bonifácio em Belém, reforça a importância militar da Amazônia já que um dos seus principais objetivos estava ligado à defesa do litoral. Para que o projeto de nacionalização da pesca tivesse êxito era preciso controlar e disciplinar os pescadores por meio da criação de colônias, segundo Frederico Villar, “os pescadores matriculados na capitania, hoje sobem ao milhar, já reunidos em coloniais, com os seus regimentos, com as suas cooperativas, com os seus respectivos capatazes”, de acordo com Villar até dezembro de 1919, já estavam sendo organizadas colônias de pescadores em “Cajuúna, Pesqueiro, Areião, Araruna, Soure, Salvaterra, Joannes, Condeixa, Monsarás, São Caetano, Vigia, Porto Salvo, Mosqueiro, etc”.<sup>228</sup>

Para além das justificativas econômicas, nacionalistas e de defesa do litoral, também notamos que o saneamento foi outro elemento importante para justificar a missão do Cruzador José Bonifácio. Isto fica bem evidente no discurso, do 1ª tenente do navio, Gumercindo Portugal Loreti, segundo ele, “com o organismo combalido por milhões de bactérias o pescador não pode fugir à anophelina, á stegonia e demais veículos gratuitos de terríveis males, que cambiam por gotas do já miserável sangue milhares de parasitas hemataphagos”, ainda segundo Loreti, o filho do pescador “cresce quase sempre sem um vislumbre de instrução”.<sup>229</sup> Se os pescadores possuíam diversos problemas de saúde e necessitavam de instrução, tanto profissional como higiênica, a intervenção da Marinha estava justificada, desse modo caberia a ela reunir os pescadores em colônias, instruí-los, garantindo assim um futuro próspero para a pesca brasileira.

---

<sup>227</sup> FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. *A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do século XX)*. Disponível em <[http://revistanavigador.com.br/navig20/dossie/N20\\_dossie5.pdf](http://revistanavigador.com.br/navig20/dossie/N20_dossie5.pdf)>. Acesso em <12.mai.2016>.

<sup>228</sup> *Folha do Norte*, Belém, 17 de dezembro de 1919, p.1.

<sup>229</sup> *Folha do Norte*, Belém, 06 de fevereiro de 1920, p.1

O Cruzador José Bonifácio partiu de Belém no dia 10 de maio de 1920, rumo ao Ceará, a fim de continuar sua missão. Callou destaca que a intervenção da Marinha nas comunidades pesqueiras teve interesses explicitamente militares, permeados de aspectos sociais e econômicos. Segundo o autor, o objetivo principal dessa intervenção foi a criação de colônias de pesca, as quais os pescadores foram obrigados a se associar e eram considerados a partir daí, reservas da Marinha de Guerra. Para Callou, se de um lado as comunidades pesqueiras desfrutaram de benefícios sociais, como escolas primárias, atendimento médico, melhoramento da infra-estrutura, de outro lado, estiveram submetidas ao controle social da Marinha, além disso, as colônias foram dirigidas por pessoas alheias à categoria dos pescadores o que repercutiu negativamente na sua configuração sociopolítico.<sup>230</sup>

#### **2.4- O desempenho dos nossos sertões: a instalação da Faculdade de Medicina e os conflitos com a pajelança**

A Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará foi fundada em 09 de janeiro e instalada em 1 de maio de 1919, tendo como diretor Antônio Emiliano de Sousa Castro, o Barão de Anajás, e vice-diretor Camilo Henrique Salgado. Múltiplos fatores podem explicar sua criação, como o crescimento demográfico e a crise da borracha que impossibilitou a elite paraense de enviar seus filhos para a Europa. A preocupação com o saneamento dos sertões também foi um dos fatores que levaram a sua criação o que fica bem evidente no discurso do Dr. Acylino de Leão, segundo ele “o magno problema no Brasil, era o povoamento do solo, pondo em evidência o desamparo dos nossos sertões, cujas populações estão entregues á corte dos pajés e mandigueiros”, desse modo era necessário que “médicos, homens de ciência, levem ao interior o concurso de sua atividade, libertando aquelas populações da pajelança, velando pela saúde desses braços que produzem o trabalho”.<sup>231</sup>

É interessante notar neste discurso como a necessidade de sanear os sertões é utilizada para legitimar a criação da faculdade. Desse modo, o discurso enfatiza uma concepção de saúde muito presente no discurso sanitarista, a saúde para o trabalho e como fator de progresso. Os médicos teriam a missão de libertar a classe trabalhadora de suas doenças, fortalecendo o braço produtivo e garantindo um futuro de prosperidade e abundância. Além disso, teriam a missão civilizadora de libertar a população do interior da pajelança.

---

<sup>230</sup>CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol.62, n.3, 2010, p.47.

<sup>231</sup> Acta da sessão solene de inauguração da Faculdade de Medicina do Pará, realizada no salão nobre do Gymnásio Paes de Carvalho apud MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação a federalização (1919-1950)*. Belém, FADESP, 2009, p.39.

Um artigo publicado no jornal *A Palavra*, sem identificação do autor, corrobora com este discurso, acreditando que uma das medidas para restaurar o interior era enviar médicos para essas regiões. Segundo o artigo, “muitos lugares que deveriam ser providos por letrados, fora da capital, estão ainda sendo ocupados por leigos”, a situação era ainda mais grave na medicina, pois os médicos no interior “são raros como uma ave do paraíso, e quando por lá passam são quais meteoros fugazes”. O artigo também aponta que uma das razões da falta de médicos no interior eram as condições difíceis de trabalhos, pois “os clientes não são poucos, mas raríssimos os que pagam ou podem pagar, quem tiver de viver de contribuições tão parcas, ficará as moscas.” A solução para esse impasse, segundo o artigo, seria que as municipalidades do interior tivessem médicos contratados “para estarem nas suas sedes, a disposição do público”.<sup>232</sup>

Figueiredo destaca que na década de 1910, Belém não tinha um grande contingente de médicos e ainda não possuía uma faculdade de medicina. Os médicos eram formados em faculdades estrangeiras ou, quando muito, na Bahia e Rio de Janeiro. Poucos faziam alguma especialidade e, em sua grande maioria, eram clínicos gerais, parteiros e obstetras.<sup>233</sup> Mesmo com a criação da faculdade de medicina em 1919, devemos considerar que o contingente de médicos foi crescendo de forma gradativa, especialmente se levarmos em conta os anos de formação. Para além do contingente de médicos era preciso atrair esses profissionais para o interior. Como vimos, as condições de trabalho eram difíceis e se lembrarmos de que o Pará enfrentava a crise da borracha, constataremos que os municípios não tinham recursos para contratar médicos. Portanto, o projeto de sanear os sertões enfrentava importantes desafios, que só serão em parte superados quando o governo federal enviar recursos para que os estados realizassem o saneamento.

Se todos esses desafios não fossem suficientes, para concretizar o projeto de saneamento dos sertões era preciso ainda afirmar e legitimar uma medicina acadêmica. Rodrigues destaca que a medicina acadêmica não gozava de hegemonia no universo da cura e enfrentou diversas dificuldades para legitimar sua ciência, já que a população paraense persistia na utilização das tradicionais formas de cura.<sup>234</sup> Analisando a medicina no Brasil, Pereira Neto afirma que mesmo passados pouco mais de cem anos da abertura da primeira

---

<sup>232</sup>A Palavra, Belém, 1 de julho de 1917, p.1.

<sup>233</sup>FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. Esculápios Béticos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira (1914-1922). *Documentos Culturais*, Belém, v.7, n.1, 2006, Disponível em <amazonia.fiocruz.br/arquivos/category/47-historia-saude?download=708>. Acesso em <06.fev16>.

<sup>234</sup>RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p.50.

faculdade de medicina, o médico ainda sofria forte concorrência de práticas não reconhecidas pela ciência, chamadas de curandeirismo.<sup>235</sup> Entre as diversas práticas de cura alternativas utilizadas pela população paraense, nosso foco se concentrou na pajelança.

Os jornais nos fornecem vários indícios dos conflitos entre a medicina acadêmica e a pajelança. Um artigo publicado no *Estado do Pará*, sem identificação de autor, informava que “o bairro do Marco da Légua tem sido ultimamente o ponto escolhido por pajés para o exercício de suas falsas profissões”. O artigo informava ainda que o capitão Cicero Paulino de Figueiredo, subprefeito do Marco da Légua, recebeu uma denúncia que em uma barraca situada no fim da travessa Barão do Triunfo um “indivíduo conhecido pelo apelido de Dr. Antônio, todas as noites, depois das onze horas, dava sessões de pajelança, que era assistida por diversos clientes”. Depois da denúncia o subprefeito realizou diligência ao local e realizou “a prisão do pajé, que foi conduzido para o posto policial e recolhido ao xadrez”.<sup>236</sup>

Notícias de prisões de pajés eram frequentes, em 1921, um artigo publicado no *Estado do Pará*, sem identificação do autor, informava que Eugenio Moraes do Carmo “encasquetou que havia de ser pagé, e como aqui, na cidade a polícia interrompe as sessões, se transportou para a povoação de Macapá, na villa de Castanhal”. Segundo, o artigo “depois de várias sessões, o pagé ficou conhecido tendo regular clientela”, no entanto o agente Severiano Ramos de Oliveira recebeu denúncias de suas atividades, o que levou a prisão do pajé que “vendo-se apanhado em flagrante, quis reagir à prisão, sendo depois de muita resistência conduzido a subprefeitura”.<sup>237</sup>

Ainda em 1921, J.C. Oliveira escrevia no jornal *A Palavra* que “a prisão de um curandeiro no exercício ilegal da arte médica é um desses atos que a polícia pratica de vez em quando e pelo qual se torna credora de reconhecimento....das pessoas sensatas”. Isto porque segundo J.C. Oliveira, “entre o publico e os pagés existem laços de simpatia que inibem aquelle de regozijar-se com a captura destes”, deste modo para o público do pajé preso “o Dr. Chefe de polícia é um tyrano, um déspota, um iniquidor”.<sup>238</sup>

Os dois últimos artigos nos revelam que mesmo com a criação da Faculdade de Medicina do Pará em 1919 e com toda a repressão a pajelança, esta prática de cura continuou muito disseminada na capital e no interior do estado. Ao mesmo tempo percebemos como os pajés criavam redes de solidariedade com a sua clientela que como apontou J.C. Oliveira

<sup>235</sup> NETO, André de Faria Pereira. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.88.

<sup>236</sup> *Estado do Pará*, Belém, 16 de fevereiro de 1918, p.3.

<sup>237</sup> *Estado do Pará*, Belém, 26 de setembro de 1921, p.3.

<sup>238</sup> *A Palavra*, Belém, 14 de abril de 1921, p.1.

percebia a prisão de um pajé como um ato tirano. Por fim, percebemos a mobilidade e intensa circulação dos pajés, que poderiam mudar-se de um lugar para o outro quando percebessem que estavam ameaçados, como fez o pajé Eugenio Moraes do Carmo que foi para Castanhal.

Segundo Pereira Neto, o Código Penal de 1890, previa punições para quem praticasse a medicina em qualquer um dos seus ramos sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos, a pena poderia variar de um a seis meses. Além disso, se o remédio prescrito por um curandeiro ocasionasse a morte do paciente, sua pena poderia chegar a 24 anos de prisão.<sup>239</sup>

Mesmo com o código penal coibindo práticas de cura alternativas devemos lembrar que o federalismo dava autonomia para os estados, desse modo, foi possível que no Rio Grande do Sul prevalecesse o princípio da liberdade profissional. Segundo, Beatriz Weber, o Apostolado Positivista do Rio Grande do Sul, com todas as suas contradições, afirmou uma perspectiva de saúde marcada por uma sistemática de não-intervenção, juntamente com um princípio de liberdade profissional que permitiu uma ampla presença de práticas de cura diferenciadas que não eram perseguidas como ocorria no restante do país.<sup>240</sup>

No Pará, Jairo Nascimento aponta que a partir da década de 1910, as ações policiais contra os pajés passam a ter maior amplitude, desse modo, a reforma do serviço sanitário de 1914, que procurou adequar o código sanitário do estado à legislação nacional, foi um sinal evidente de que se tentava coibir tudo o que fosse considerado como uma prática ilegal de medicina.<sup>241</sup>

Como vimos anteriormente a imprensa paraense esteve engajada na perseguição aos pajés e utilizava diversas estratégias para desqualificar suas práticas de cura. A *Folha do Norte*, publicou em 1918 um artigo, sem assinatura, intitulado *Pajelança e Logro*. Segundo o artigo, Alexandre José, residente em Val de Cães, era atacado de morphea e “agravando-se o seu irremediável mal, veio à cidade acompanhado de toda a família.” Em uma viagem de bonde Alexandre José encontrou-se com Carlos Antônio dos Santos que afirmou que “Maria Rosa, que disse residir na ilha de Mosqueiro, o curou no espaço de 25 dias, radicalmente de idêntico mal”.<sup>242</sup>

<sup>239</sup>NETO, André de Faria Pereira. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.90.

<sup>240</sup>SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas (1889-1925)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.184.

<sup>241</sup>WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria/Bauru: UFSM/EDUSC, 1999, p.70.

<sup>242</sup>*Folha do Norte*, Belém, 21 de março de 1918, p.2.



A partir daí Carlos Antônio passou a tirar dinheiro do morfético, sempre com o intuito de trazer “caixas de pomada e outros remédios, preparados por Maria Rosa”, todavia Alexandre não melhorava e chegou “a sentir-se pior, cheio de cruciantes dores”. Por fim, Carlos Antônio prometeu levar Alexandre José até Maria Rosa em Mosqueiro, mas desapareceu. Alexandre José ainda foi a Mosqueiro e procurou “a pseudo Maria Rosa, sendo todos unânimes em afirmar a inexistência de tal mulher”. O morfético percebeu então que fora enganado, denunciando o caso a polícia que conseguiu prender Carlos Antônio.<sup>243</sup>

A história de Alexandre José, que se assemelha a uma novela dramática, tenta desqualificar a pajelança, como uma prática de cura de mentirosos e explorados dos mais pobres. É interessante notar que Carlos Antônio dos Santos não pratica a pajelança, apenas se coloca como um intermediário da suposta Maria Rosa. Carlos Antônio foi provavelmente um indivíduo que viveu de aplicar golpes, não era um pajé, mesmo assim a *Folha do Norte* generaliza e intitula o artigo de pajelança e logro, desse modo, tenta afirmar que às pessoas que recorrem a esta prática de cura acabam sendo enganadas e podem até ter seu estado de saúde agravados.

Em outro artigo da *Folha do Norte*, também sem identificação do autor, o jornal apontava que já havia noticiado “sessões de pajelança, que se efetuavam ali para as bandas do telégrafo sem fio, sob a invocação sacrílega de Santa Bárbara”. Segundo o artigo, “em casa de uma mulata, maranhense, Maria Tereza”, havia adoecido um dos seus amantes “indivíduo de cor parda, alfaiate”. Ainda segundo o jornal, “para evitar complicações com outro amante seu, o sexagenário José Canté, que a visita em dias determinados e que é quem concorre para sua manutenção”, Maria Tereza transferiu o doente para a casa vizinha. Todavia de acordo com a *Folha do Norte* a moléstia do enfermo agravou-se, desse modo, “aconselharam a amante leviana que fosse buscar a ‘gente’ de Santa Bárbara”. Por fim, o jornal aponta que a sessão de pajelança para curar o enfermo “começou às duas horas da tarde e terminou às cinco, o que se passou não se sabe, o certo é que o pobre alfaiate esticou a canela às 9 da noite e ahi esta em que dá a pajelança”.<sup>244</sup>

No artigo anterior a *Folha do Norte* havia apontado a pajelança como sinônimo de logro, evidenciando que esta atividade prometeria curas mentirosas e ainda poderia agravar o estado de saúde dos enfermos. No caso de Maria Tereza, o jornal vai além apontando que esta prática de cura poderia levar a morte. Também é evidente como a *Folha do Norte* tenta desqualificar Maria Tereza como uma “amante leviana” que enganava o homem que a

<sup>243</sup>*Folha do Norte*, Belém, 21 de março de 1918, p.2.

<sup>244</sup>*Folha do Norte*, Belém, 27 de janeiro de 1919, p.1.

sustentava. Desse modo, fica evidente que o jornal tentava desqualificar não só os pajés e seus rituais, mas também seu público.

Um artigo publicado no Estado do Pará, sem assinatura, tem o mesmo tom de combate a pajelança, mas nos permite pensar em novas questões. Segundo o artigo, “atualmente Belém é um foco de curandeirismo, desde o ‘Dr. Raiz’ que publicamente expõe seus preparados no Mercado de Ferro até pretos velhos sabidamente estabelecidos com ‘consultórios’ em lugares a coberto das vistas da polícia civil”. Segundo o *Estado do Pará* a polícia havia recebido uma denúncia de que na estrada do Una “havia uma casa onde se realizavam sessões de pajelança e bruxaria”, nesta residência um preto velho “dançava em redor de fogareiros, de onde subiam espirais, produzidas pela incineração de ossos humanos e folhas secas, ao cavo e sinistro som de chocalhos e maracás”. Todavia segundo o jornal, a autoridade policial em diversas investigações no local “não conseguiu capturar o pajé, efetuando apenas a prisão de moradores da diabólica habitação”.<sup>245</sup>

Se os jornais publicavam diversas notícias da prisão de pajés, no artigo do *Estado do Pará* percebemos que nem sempre as ações policiais eram bem sucedidas. Isto volta a questão das redes de solidariedade que os pajés mantinham, desse modo, poderiam ser informados em caso de perigo ou ter ajuda caso fosse preciso fugir. Portanto, a prisão de um pajé não era algo simples e envolvia diversos sujeitos com interesses distintos. Outro dado que chama atenção na notícia é que se vários pajés atuavam em locais escondidos ou de difícil acesso para polícia, o “Dr. Raiz” vendia seus preparados em um local público, numa área central da cidade, o Mercado de Ferro. Isto nos fornece indícios de que a pajelança não era praticada apenas nos sertões de Belém, mas era exercida até mesmo em áreas centrais da cidade.

Figueiredo lembra que a perseguição aos pajés não era apenas um caso de polícia, mas envolvia um debate amplo que entrecruzava vários campos de interesses, em que opinavam intelectuais, autoridades municipais, pessoas anônimas e os próprios pajés e curandeiros. Cada um desses sujeitos históricos possuía uma opinião multifacetada que misturava campos muitas vezes considerados drasticamente opostos.<sup>246</sup> Esta diversidade de opiniões, sujeitos e práticas acompanhou todo o processo de institucionalização da medicina no Pará e evidenciou que a medicina acadêmica esteve longe de possuir o monopólio da cura.

---

<sup>245</sup>*Estado do Pará*, Belém, 07 de fevereiro de 1917, p.2.

<sup>246</sup>FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950)*. Belém: EDUFPA, 2008, p.133.

## CAPÍTULO III – A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DO PARÁ

### 3.1 – Sanear é preciso: os primeiros postos de profilaxia rural

Com as reformas na saúde e a criação em 1920 do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), a União passou a ter maiores obrigações no que concerne a saúde da população, o que apesar das limitações, foi uma grande vitória do movimento sanitarista. O saneamento rural foi incluído no DNSP como Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural (DSPR). A autoridade federal intervinha através de acordos com os estados que poderiam contar com recursos da União para obras de saneamento, desde que ressarcissem um dia metade dos gastos federais.<sup>247</sup>

O Pará firmou um acordo com o governo federal no final de 1920, para que a Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural atuasse no estado. A condição primeira do contrato era que o Pará aceitasse e reconhecesse “todas as leis sanitárias, disposições e instruções” da autoridade federal. Os serviços de saneamento seriam organizados pela União e executados durante três anos “pelas comissões organizadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública”. Em contrapartida o estado se comprometia “a indenizar a União no prazo de dez anos da metade das despesas” que correspondia a 450 contos de réis, este valor seria amortizado “anualmente a partir de mil novecentos e vinte e dois na importância de quarenta e cinco contos de réis”. Durante o estabelecimento do acordo o então deputado federal Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro atuou como procurador do Pará, elegendo-se governador do Estado em 1921 coube a ele executar as obrigações contratuais.<sup>248</sup>

Em mensagem ao Congresso Legislativo do Estado, Sousa Castro<sup>249</sup> informava sobre o início dos trabalhos, segundo ele, “tenho a mais legítima satisfação de comunicar-vos que a 9 de junho último, tiveram início os trabalhos de saneamento e prophylaxia rural”, para o

---

<sup>247</sup>HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p.181.

<sup>248</sup>Acordo com o Estado do Pará. In: ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.23-24.

<sup>249</sup>Antônio Emiliano de Sousa Castro nasceu em Belém do Pará em 1875, filho de Antônio Emiliano de Sousa Castro e de Mirandolina Fernandes de Sousa Castro, que através de decreto assinado em 1888 pelo imperador Dom Pedro II, receberiam o título de barão e baronesa de Anajás. Seu pai, juntamente com o médico paraense Camilo Henrique Salgado, fundou a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foram, respectivamente, diretor e vice-diretor. Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e formou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foi médico clínico e professor catedrático. Ainda antes de formar-se como médico iniciou a carreira política, sendo eleito deputado estadual em 1912, e deputado federal em 1918. Em 1921, ao se encerrar o segundo governo de Lauro Sodré, foi eleito governador do Pará. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Sousa.pdf>> . Acesso em <20.05.16>

governador do Pará “o primeiro dever que se impõe, em bem desta terra é promover-lhe o saneamento, sem a solução deste problema, tudo o mais é aleatório”, isto porque sem valorizar “o nosso braço escasso, combalido em forte porcentagem pela doença, restituindo-lhe o vigor da saúde, não teremos organização econômica de verdade, porque lhe falta a força dinâmica”.<sup>250</sup>

Foi nomeado como chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará, o Dr. Heráclides César de Sousa Araújo. O médico nasceu no estado do Paraná em 1886, formou-se, em 1912, no curso de Farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto. No ano seguinte transferiu-se para a capital da República e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e no Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz, onde foi aluno de Adolpho Lutz e trabalhou com doenças venéreas. Nesse período, por indicação de Adolpho Lutz, especializou-se em dermatologia na Universidade de Berlim, onde apresentou um trabalho sobre a lepra no Brasil. De volta ao Rio de Janeiro, concluiu em 1915 o curso de Medicina. Em 1918, foi nomeado chefe do Serviço de Saneamento Rural do Paraná, onde permaneceu até 1921, quando foi nomeado chefe do mesmo serviço no estado do Pará.<sup>251</sup>

Sousa Araújo iniciou suas atividades em junho de 1921, o *Estado do Pará* saudou a chegada da comissão de saneamento, segundo o jornal, em artigo sem assinatura, “chegaram finalmente, os médicos patrícios que vem encetar os serviços de profilaxia rural no Pará”, desse modo, os habitantes do estado finalmente teriam “uma assistência médica eficaz contra as várias horripilantes endemias que há longo tempo vem ceifando, sem peia a impaludada e mal nutrida população do interior”. O jornal também informava que o Dr. Sousa Araújo prosseguiu suas visitas a hospitais e postos médicos, visitando o Acampamento Belisário Pena “onde o aguardava o Dr. Dias Júnior, chefe daquele posto médico”. De acordo com o Estado do Pará, o Dr. Sousa Araújo percorreu todas as dependências daquele posto, tendo “o Dr. Dias Júnior lhe informado minuciosamente da marcha dos serviços que longo tempo se acha sob a sua reconhecida competência e capacidade de trabalho.”<sup>252</sup>

O mapa abaixo ilustra os postos sanitários e as comissões ambulantes que funcionaram no primeiro ano do Serviço de Saneamento Rural e Profilaxia Rural do Pará. Com relação aos postos sanitários existiam: o posto central em Belém (1), o posto “Carlos Chagas” em

<sup>250</sup>Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1921 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1921, pp.46-47.

<sup>251</sup>MILÉO, Clarisse Cobe. *Sousa-Araújo e o sanitário: a trajetória de um médico (1912-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p.21-24. Ver também <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/heraclides-cesar-de-souza-araujo>>.

<sup>252</sup>*Estado do Pará*, Belém, 04 de junho de 1921, p.1.

Mosqueiro (2), o posto “Miguel Pereira” em Santa Isabel (3), o posto “Sousa Castro” em Bragança (4). Os números de 5 a 18 indicam respectivamente os seguintes lugares inspecionados ou funcionaram comissões de socorro nos seguintes lugares: Igarapé-Assú, São Miguel do Guamá, Viseu, Bela Aurora, Felipe Camarão, Salinas, Marapanim, Curuçá, Ponta de Pedras, Soure, Anajás, Chaves, Prainha, Montenegro (Amapá) e Clevelandia (Oyapock).<sup>253</sup>

A distribuição dos postos sanitários pouco se alterou durante os anos posteriores, devemos, no entanto, destacar a criação dos postos sanitários de Cameté e Santarém em 1923. Mesmo levando em consideração a criação desses postos, de maneira geral, a maior parte deles estava concentrada em uma área muito próxima de Belém, que além do posto central, ainda contava com os postos “Belisário Pena” na Pedreira e “Carlos Chagas” no bairro do Souza. Deste modo, nosso objetivo é analisar os postos sanitários instalados em Belém e na Estrada de Ferro de Bragança, por serem os primeiros postos instalados e por compreendermos que no período estudado foram as regiões em que o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural teve uma presença mais efetiva.

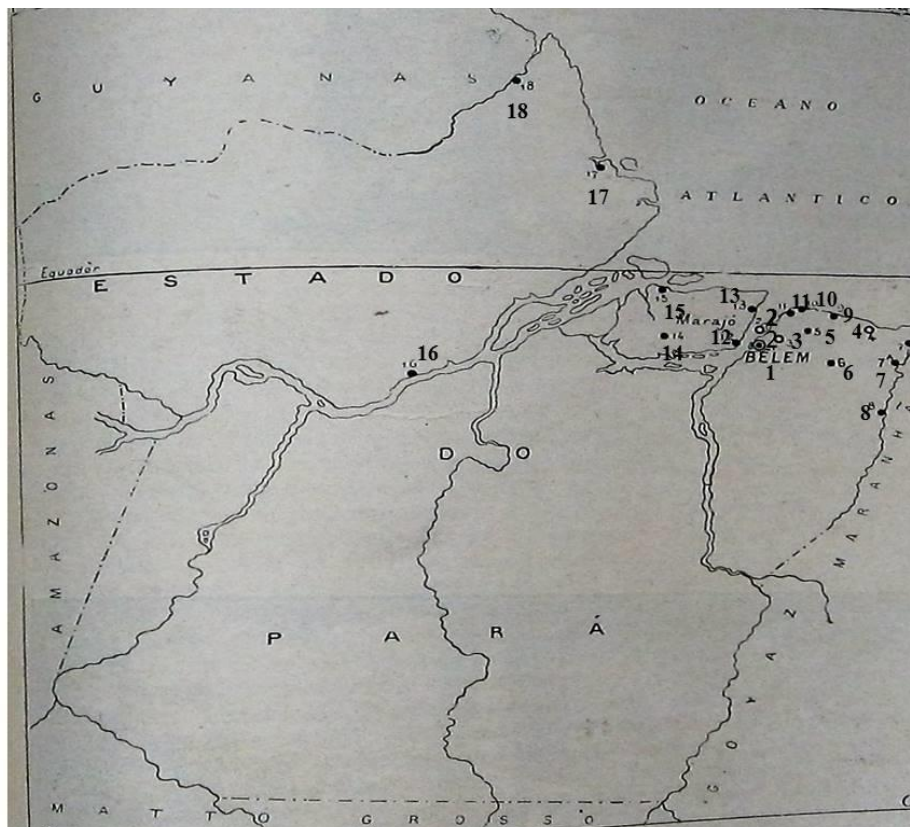


Figura 3. Distribuição dos postos sanitários e comissões ambulantes. Fonte: ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

<sup>253</sup> SOUSA ARAÚJO, Op.Cit,p.325.

É importante perceber como o auxílio da União foi importante para que o saneamento rural no Pará se tornasse viável e aparelhado com uma estrutura melhor. Um exemplo disso, são as transformações sofridas no “posto Belisário Pena”, na Pedreira. Segundo Dias Júnior, a extinta Inspetoria de Profilaxia do Paludismo realizou importantes trabalhos de saneamento no bairro da Pedreira. No bairro foi erguido “uma barraca para acomodar á turma encarregada dos trabalhos de dessecamento”, posteriormente foi construído “um novo e sólido barracão, que denominando-se Belisário Pena se destinava a recolher centenas de doentes abandonados á dura contingência da própria sorte”. O barracão onde funcionava o posto pode ser visto na figura IV, evidenciando uma infra-estrutura bastante modesta e até mesmo improvisada.<sup>254</sup>



Figura 4. Barracão onde funcionava o Posto Belisário Pena. Primeira visita do Dr. Sousa Araújo. Fonte: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

Com a implantação do Serviço de Profilaxia Rural no Pará o posto Belisário Pena passou a funcionar em um prédio, que de acordo com Dias Júnior, “nas condições em que agora se acha, preenche perfeitamente ao humanitário fim a que se destina”. Descrevendo a estrutura do posto, Dias Júnior afirma que “além do gabinete do chefe do posto, da sala de exames de doentes e do espaçoso salão de expediente servido por mobiliário adequados, no centro do edifício, nota-se ampla varanda de e conferências, seguindo-se-lhe uma seção de farmácia”. O posto também possuía uma “pequena, mas confortável enfermaria, contendo dez leitos e no lado direito o almoxarifado”.<sup>255</sup>

<sup>254</sup>DIAS JÚNIOR, Op.Cit,p.218.

<sup>255</sup> Idem, p.219.



Figura 5. Posto Sanitário Belisário Pena em dezembro de 1921, funcionando em seu novo prédio. Visita do Governador do Estado, Intendente Municipal, Chefe de Polícia, Consul Hypolito de Vasconcelos. Fonte: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

A fotografia, longe de apenas congelar uma imagem, expressa às escolhas do fotógrafo, como o ângulo, a luz e os elementos que irão compor a imagem, desse modo, como afirma Peter Burke, existe “o ponto de vista mental” do artista. A fotografia também está permeada de elementos simbólicos, que podem retratar poder e status social, como as vestimentas, as poses e os cenários.<sup>256</sup> A figura V expressa muito bem essas proposições, o fotógrafo escolheu tirar a foto de um ângulo lateral, tentando pegar toda a extensão do posto e até mesmo alongando sua dimensão por meio do ângulo visual. Se a foto fosse tirada de frente o posto pareceria menor, o que certamente não era a intenção do fotógrafo.

A figura V também está permeada dos elementos simbólicos apontados por Burke. Na frente do posto estão médicos e autoridades políticas, sua posição não é aleatória, denota, junto com suas roupas, poder. Isto porque simbolicamente estar na frente do novo posto representa que estes sujeitos estão à frente de um projeto político sanitário, eles o pensam e o conduzem. Em contrapartida temos no lado esquerdo alguns meninos que olham com espanto e curiosidade para a cena, estes meninos que provavelmente apareceram por acaso, não deixam de simbolizar uma população que muitas vezes olhava com espanto para o saneamento rural que lhe impunha novas práticas de saúde e uma nova relação com seu corpo.

<sup>256</sup>BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.31.

Para além dessas questões, a figura IV e V evidenciam as condições materiais de momentos distintos. No primeiro temos uma Inspetoria de Profilaxia do Paludismo, que realizava seus trabalhos de profilaxia e atendimento aos doentes em um modesto barracão e só contava com os recursos do governo estadual. No segundo momento, com a implantação do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará temos o auxílio do governo federal e a possibilidade do “posto Belisário Pena” funcionar em um prédio com uma infraestrutura bem mais adequada às suas atividades.

Além do Pará, diversos outros estados também fizeram acordos com o governo federal, segundo Hochman, ocorreu uma dilatação do poder público que rapidamente se fez presente em quase todo o país. Em 1922, já estavam funcionando 88 postos sanitários rurais em quinze estados (Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina) e no Distrito Federal, sendo alguns itinerantes no Pará e no Amazonas. Além dos postos federais, havia 58 postos de profilaxia da ancilostomíase e verminoses, em cooperação com a Fundação Rockefeller no Distrito Federal e em onze estados (Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo).<sup>257</sup>

Castro Santos e Faria compreendem a reforma sanitária no Brasil como uma “modernização conservadora” que pensada a partir das elites não alterou a ordem social existente. Analisando o Nordeste, os autores destacam que a década de 20 assistiu à efetiva penetração da administração federal em toda a região, de modos e graus variados, Pernambuco, por exemplo, respondeu mais rapidamente ao chamado da “ideologia sanitaria” que outros estados do Nordeste, sendo seguido pela Bahia.<sup>258</sup>

Como vimos anteriormente, o Pará fechou um acordo com o governo federal em 1920, para que o saneamento rural fosse realizado no estado. A base desse serviço eram os postos sanitários que estavam voltados especialmente para ações de profilaxia ao paludismo e as verminoses. Todavia além dessas ações, os postos também ofereciam um serviço de policlínica, onde diversas enfermidades eram tratadas, realizavam pequenas cirurgias, vacinavam e revacinavam contra varíola e promoviam conferências de educação sanitária. O combate ao paludismo foi realizado por meio da distribuição de medicamentos como o quinino e o azul de metileno. Segundo, o Dr. Francisco da Silva Miranda, inspetor sanitário

---

<sup>257</sup>HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC,2006, p.188.

<sup>258</sup>CASTRO SANTOS, Luiz A; FARIA, Lina R.A *reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República. Bragança Paulista: EDUSF,2003, p.113.*



do “posto Oswaldo Cruz”, no Souza, foram aplicadas de junho de 1921 a maio de 1922, 4.389 injeções de soluto de sais de quinino e 1.050 de soluto de azul de methyleno. O posto Oswaldo Cruz também distribuiu 67.050 comprimidos de sais de quinino.<sup>259</sup>

Ao lado da distribuição de medicamentos foram realizados alguns serviços de saneamento, segundo Dias Júnior, “consideramos a drenagem das águas um dos elementos de toda a base do serviço de profilaxia”. O médico apontava que várias zonas “permanecem abaixo do nível das marés médias e outras abaixo das grandes marés, circunstância que concorre poderosamente para aumentar o coeficiente de insalubridade devido ao acúmulo de materiais orgânicos depositados pelas enchentes fluviais”. De acordo com Dias Júnior foram realizados os seguintes trabalhos de saneamento nas zonas sob inspeção do “posto Belisário Pena”: matos desbravados (1.604.902 m<sup>2</sup>), pântanos dissecados (304.844 m<sup>2</sup>), drenos abertos (1.269 m), drenos retificados (19.774 m), cursos d’água retificados e drenados (24.787 m), material de aterro extraído do leito de igarapés em retificação (3.187 m<sup>3</sup>), desaterros (3.974 m<sup>3</sup>), pântanos aterrados (8.113 m<sup>3</sup>), linhas decauville estendidas (1.490 m).<sup>260</sup>

As ações de profilaxia do “posto Carlos Chagas” na ilha de Mosqueiro eram semelhantes aos demais postos sanitários. O posto Carlos Chagas tinha como diretor o Dr. Hermogenes Pinheiro e foi inaugurado em 14 de julho de 1921. Segundo, o médico, a ilha de Mosqueiro, estava á margem da Bahia de Marajó e ficava a 18 milhas de Belém. Ainda de acordo com o Dr. Hermogenes Pinheiro, por causa “do índice de calor elevado e da humidade atmosférica conservada pelas grandes matas” a procriação de anophelinos era constante, além disso, o terreno “plano, com uma rica rede hidrográfica e sujeito a grandes inundações anuais e periódicas” também favorecia o desenvolvimento de mosquitos.<sup>261</sup> Foi realizado em Mosqueiro um serviço de drenagem em uma zona “que começava próximo ao cemitério da cidade e vinha terminar a 1.300 metros do litoral”, fazendo comunicar “as lagoas da zona e derivando suas águas para bahia, ficando assim dessecados os pântanos que estavam próximos”, além disso, também ocorreu na ilha uma “intensificação da aplicação do quinino”.<sup>262</sup>

---

<sup>259</sup>MIRANDA, Francisco da Silva. Condições médico sanitárias das zonas sob a ação do posto “Oswaldo Cruz”. In: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.241.

<sup>260</sup>DIAS JÚNIOR. Op. Cit, p.230.

<sup>261</sup>PINHEIRO, Hermogenes. Condições médico sanitárias na ilha do Mosqueiro e demais zonas sob a ação do posto “Carlos Chagas”. In: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.255.

<sup>262</sup>Idem, p.261.

Schweickardt aponta que as medidas de combate a malária não foram as mesmas nas diferentes escolas de medicina tropical, desse modo, os programas britânicos e americanos tendiam a ver a doença como um problema do mosquito, os alemães e os franceses concentravam seu ataque no parasito com o uso de quinina. Segundo o autor, o Brasil utilizou tanto medidas de combate ao mosquito e larvas como o ataque ao parasita por meio de medicamentos, além de medidas de saneamento das cidades e sugestões de defesa individual. Schweickardt também destaca que tais medidas podiam ser modificadas de acordo com o lugar e as atividades nele desenvolvidas, bem como outras variáveis, a exemplo de recursos disponíveis, acesso a tecnologia, conhecimento da fauna e da flora, conflitos políticos, dentre outros.<sup>263</sup>

Os postos sanitários até agora analisados corroboram o sugerido por Schweickardt. De fato, foram utilizadas tanto estratégias de combate ao parasita por meio especialmente do quinino, como na medida do possível, algumas obras de saneamento como drenagem e dessecação de pântanos. Tais medidas tiveram que ser adaptadas às condições geográficas da região amazônica, aos recursos disponíveis, e também aos conflitos políticos que mais tarde serão discutidos.

No tratamento das verminoses os postos distribuíam medicamentos, faziam exame de fezes e sangue e davam orientações profiláticas. Segundo, Sousa Araújo, os medicamentos empregados no combate às verminoses foram: “óleo de chenopódio, em grande escala, talvez 90% das medicações dadas e thymol, encapsulado com lactose, ambos eles adquiridos da Fundação Rockefeller”. Além disso, segundo o médico “não aderi ao partido dos prophyláticos que defendem o emprego de duas únicas medicações contra as verminoses”, pois em uma região “onde a maioria dos ancylotosomados é grandemente infectada, esses dois tratamentos pouquíssimo ou nada adiantam”.<sup>264</sup>

O médico também recomendava que os pacientes fossem orientados a “não obrar no chão” e a construir uma “fossa barata” que o posto daria indicações como fazer.<sup>265</sup> Nesse sentido, eram realizadas inspeções nas moradias a fim de verificar se a casa possuía uma fossa, caso não possuísse era expedida uma intimação para que a mesma fosse construída. Apesar do caráter coercitivo das intimações, elas não obtiveram muito sucesso. No posto Belisário Pena, de 446 intimações expedidas entre junho de 1921 e maio de 1922, apenas 89 foram cumpridas, o próprio diretor do posto, o médico Dias Júnior admitia que “apesar dos

---

<sup>263</sup>SCHWEICKARDT, Júlio César. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Fapeam, 2011, p.58.

<sup>264</sup>SOUZA ARAÚJO, Op.Cit, p.362.

<sup>265</sup>Idem, p.341.

nossos esforços pouco fizemos em relação a construção de fossas nas zonas sob nossa inspeção”.<sup>266</sup>

Souza Araújo também destacava que não iria abandonar sua “antiga orientação de mandar examinar sytematicamente às fezes de todas as pessoas recenseadas nas zonas de serviço intensivo”, já que segundo ele era tendência “muito generalizada nos serviços de profilaxia do nosso país abandonar de vez os exames microscópicos ou faze-los em apenas pequeno número”. De acordo com Sousa Araújo, “abandonar os exames de fezes e sangue e reduzir o tratamento profilático a 2 únicas medicações é o caminho mais curto para a desmoralização dos serviços sanitários oficiais”.<sup>267</sup>

A profilaxia contra as verminoses adotada por Sousa Araújo era inspirada no trabalho da Fundação Rockefeller que realizou em 1909 uma campanha para erradicação da ancilostomíase no sul dos Estados Unidos. A partir de 1914 a Fundação Rockefeller resolveu ampliar a luta contra a ancilostomíase, atuando inicialmente nas ilhas do Caribe, e depois na Ásia e na América Latina.<sup>268</sup> Entre 1918 e 1923, a Fundação realizou campanhas para o combate da ancilostomíase no Brasil pautadas no diagnóstico da doença (exame coprológico), no tratamento (com óleo de chenopódio) e na construção de latrinas. Todavia apesar dos avanços registrados, especialmente no sul do Brasil, mais rico que o norte e mais aberto a propaganda sanitária, isso não levou a erradicação da doença, nem uma redução significativa da prevalência da ancilostomíase, muito menos a uma transformação notável dos costumes da população rural.<sup>269</sup>

Cabe ressaltar, que o discurso de Sousa Araújo evidencia não apenas uma tentativa de aplicar a profilaxia adotada pela Fundação Rockefeller, mas fornece indícios das dificuldades para aplicá-la, especialmente no que diz respeito ao exame das fezes, que como apontou Sousa Araújo foi inclusive abandonada por muitos médicos brasileiros. O relato do Dr. Hermógenes Pinheiro, evidencia muito bem essas dificuldades, segundo ele no posto Carlos Chagas em Mosqueiro, “não foi pequena a luta para convencer e conseguir que recebessem contra as verminoses as medicações necessárias e quando se lhes pedia amostra de fezes para os respectivos exames, escarneciam com ares de nojo, dos funcionários desse serviço”<sup>270</sup>.

<sup>266</sup>DIAS JÚNIOR, Op Cit, p.232.

<sup>267</sup>Ibidem, p.363.

<sup>268</sup>LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquito e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p.126.

<sup>269</sup>Idem, p.140.

<sup>270</sup>PINHEIRO, Hermogenes. Condições médico sanitárias na ilha do Mosqueiro e demais zonas sob a ação do posto “Carlos Chagas”. In: ARAÚJO, Heráclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.262.

Dias Júnior também relata que em virtude do “analfabetismo dessa gente” não era de se estranhar que “tratando-se-lhe das vantagens dos medicamentos e das regras de hygiene individual ou coletiva nos escute com alguma dúvida e mesmo desconfiança”, isto porque segundo o médico “o seu remédio, o tratamento, os conselhos, as prescrições ainda vem de origens bastante recuadas, que lembram passados episódios cabalísticos, estranhas lendas misteriosas dessa região de assombramentos e maravilhas que é a Amazônia”. Para Dias Júnior cabia aos médicos “a alta missão humanitária de salvar e redimir, pela palavra e pelo remédio, como legisla Belisário Pena, toda essa multidão que vive vida de abandono e ignorância crassa”, todavia os desafios eram muitos, segundo o médico “bem áspera e nem sempre compensadora é a incumbência que nos pesa nos ombros, com o nobilitante intuito de desviar o nosso ignorante dos seus arraigados costumes.”<sup>271</sup>

Para além das dificuldades enfrentadas pelos médicos, esses discursos evidenciam que o saneamento rural não foi apenas um debate entre as elites intelectuais, foi também um processo que afetou a vida de milhares de pessoas nos subúrbios e no interior do Pará. Desse modo, esses indivíduos também foram sujeitos do saneamento rural, vivenciando e construindo significados para essas práticas, com dúvidas, desconfianças, resistências. A população rural tinha suas próprias práticas de saúde, sua própria relação com o seu corpo, tinha “seus arraigados costumes” e num jogo de tensões e negociações aceitou parte da profilaxia ou se negou a realizá-la.

## **1.2 – Comissões ambulantes e postos sanitários na Estrada de Ferro Bragantina**

Cada estado brasileiro apresentou desafios diferentes para o saneamento rural, tornando o processo bastante diversificado. Weber destaca que o reducionismo dos modelos teóricos não permite perceber as nuances históricas para a construção da sociedade brasileira. Segundo a autora, as peculiaridades regionais são constantes em todo o Brasil e a história do país poderia ser rica em excepcionalidades, se fosse possível abandonar os modelos contra os quais as províncias são julgadas.<sup>272</sup> A Amazônia é certamente uma região cheia de peculiaridades, suas dimensões gigantescas, sua floresta, sua rica rede hidrográfica, sua cultura, sua diversidade. Schweickardt aponta que a diferença da profilaxia rural no Amazonas estava em suas características: a selva, o labirinto de água, as distâncias, a cultura e

---

<sup>271</sup>DIAS JÚNIOR, Op.Cit, p.222.

<sup>272</sup>WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria/Bauru: UFSM/EDUSC, 1999, p.31.

a política.<sup>273</sup> Justamente por conta da sua extensão e diversidade humana, a região amazônica exigiu além dos postos sanitários, comissões itinerantes, criadas tanto no Pará como no Amazonas.

Agnes de Oliveira destaca que no Amazonas os postos itinerantes funcionavam numa lancha ou barco que levava medicação e preceitos de higiene para a população ribeirinha. Segundo a autora, através deste atendimento móvel as campanhas de saneamento e profilaxia rural visavam percorrer as áreas de Rio Branco, Rio Negro, Solimões, Purus, Juruá e Amazonas.<sup>274</sup> No Pará além de atender as populações ribeirinhas, as comissões itinerantes também atuaram na Estrada de Ferro Bragantina, percorrendo os povoados de Americano, Santa Isabel, Caraparú, Anhangá, Castanhal, São Luiz, Timboteua, Peixe-Boi e Capanema.<sup>275</sup>

Segundo o Dr. Anastácio da Silva Monteiro, sub-inspetor sanitário rural da comissão ambulante, foram prestados serviços na “vastíssima zona agrícola da Estrada de Ferro de Bragança, a mais importante e extensa do Estado, como também, infelizmente a mais atacada pelas verminoses e pelo impaludismo”.<sup>276</sup> Ainda segundo o médico, dos três municípios em que estava dividida a zona percorrida pela comissão ambulante<sup>277</sup>, apenas dois tem em seu orçamento leis de caráter sanitário: Belém e Igarapé-Assú. O primeiro município consignou uma verba de 72 contos para os serviços de saneamento, sendo por isso criado um posto fixo com sede em Santa Isabel, o segundo município, consignou em seu orçamento uma verba de 12 contos para o saneamento rural, entretanto segundo o Dr. Anastácio, o intendente ainda não havia feito “qualquer contrato com o Serviço, por falta de numerário, como nos asseverou.”<sup>278</sup>

O relato do Dr. Anastácio aponta para as dificuldades enfrentadas para sanear a região da estrada de ferro, desse modo, mesmo com o auxílio federal, os recursos dos municípios eram importantes. Todavia os recursos destinados ao saneamento, na maioria das vezes, simplesmente não existiam e quando existiam ainda havia disparidades enormes, com o município de Belém destinando 72 contos para o saneamento e o município de Igarapé-Assú

<sup>273</sup>SCHWEICKARDT, Op.Cit, p.31.

<sup>274</sup>DAS NEVES, Agnes Roberta Oliveira. *Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas*. (1920-1923). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2008, p.79.

<sup>275</sup>MONTEIRO, Anastácio da Silva Monteiro. Condições médico-sanitárias da região percorrida pela Estrada de Ferro de Bragança. In: ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.243.

<sup>276</sup>Idem, p.242.

<sup>277</sup>Santa Isabel, Caraparú, Anhangá, Castanhal pertenciam ao município de Belém, São Luiz, Timboteua, Peixe-Boi, pertenciam ao município de Igarapé-Assú e Capanema era sede do município de Quatipuru. Ver: CRUZ, Ernesto. *Estrada de Ferro Bragantina: visão social, econômica e política*. Belém: SPEVEA, 1955, pp.109-146.

<sup>278</sup>MONTEIRO, Op.Cit,p.244.

destinando apenas 12 contos que nem ao menos puderam ser liberados por conta da falta de numerários. Desse modo, o trabalho da comissão ambulante teve uma série de limitações, segundo o Dr. Anastácio da Silva Monteiro, o trabalho realizado deixou muito a desejar se “comparado com as dos postos fixos, que bem instalados e completamente aparelhados, podem fazer um serviço sistemático e completo”.<sup>279</sup>

Os trabalhos realizados pela comissão ambulante estiveram centrados no combate e profilaxia do paludismo e das verminoses. Analisando as condições geográficas da região, o Dr. Anastácio Monteiro, apontava que todo o trecho percorrido estava sob a influência de fatores ótimos para o desenvolvimento das endemias tais como “as extensas e densas florestas, temperatura média anual muito elevada, solo e atmosfera sempre húmidos e grandes áreas periodicamente inundadas pelas enchentes dos inúmeros rios que cortam a zona”, sendo por tudo isso “fácil à procriação das anofelinas, que aí se encontram em abundância”.<sup>280</sup>

O médico também destaca que predominou na região a forma maligna das febres palustres sendo a sua porcentagem de “67,9% que denota a extensão e gravidade da infecção que, felizmente cedeu com o enérgico combate que fizemos.” Foram realizados 15.795 tratamentos contra o impaludismo, nos quais foram gastos “6.742 injeções e 62.600 comprimidos de 0,50 e 0,25 centigramas de sais de quinino”. Também foram realizadas “intensa propaganda sanitária por meio de conferências públicas e por meio de folhetos largamente distribuídos”. Segundo o Dr. Anastácio Monteiro, todo o serviço era feito “quase que exclusivamente no posto ou em hospitais improvisados por nós, em cada localidade onde recolhíamos os doentes que chegavam ao Serviço, em estado grave, de regra conduzidos em redes”.<sup>281</sup>

Com relação às verminoses o Dr. Anastácio Monteiro apontava que era “deveras alarmante a porcentagem encontrada em milhares de exames feitos, de indivíduos parasitados por vermes, os mais diversos, principalmente pelo *Necator americanus*”.<sup>282</sup> Segundo o médico foram recenseadas 21.340 pessoas que receberam contra as helmitoses em geral 32.805 medicações, o anti-helmíntico empregado de preferência foi o *chenopodium*, de que foram gastos 21 kilogramas, foram também aplicados 1.832 gramas de thymol. O tratamento contra as helmitoses era “feito exclusivamente no posto, pois não era possível, pelo caráter da comissão, fazer esse serviço em domicílio, sistematicamente, como é do programa da profilaxia rural”. O médico também informava que foi realizada “a inspeção do maior número

---

<sup>279</sup>Idem, p.247.

<sup>280</sup>Ibidem, p.244-245.

<sup>281</sup>Idem ibidem, p.245.

<sup>282</sup>MONTEIRO, Op.Cit,p.246

de casas que o tempo nos permitiu, conseguindo em muitas, fossem feitas instalações sanitárias e outros trabalhos como: limpeza de quintal, aterros, etc”.<sup>283</sup>

Analisando o trabalho da comissão ambulante é importante notar que ela centrou seus trabalhos no combate ao parasita medicando a população com quinino e também divulgando medidas profiláticas. Todavia, certamente por falta de estrutura e recursos, essas ações não estiveram associadas a nenhuma obra sanitária importante como dessecamento e drenagem de pântanos, como ocorreu na capital do Estado. O tratamento contra as verminoses empregava os mesmos medicamentos utilizados nos postos da capital, chenopódio e timol. Todavia, certamente pela extensão da região e pela natureza ambulante da comissão, não foi possível realizar visitas em domicílio, o que exigiria um tempo bem maior. Desse modo fica evidente que a comissão ambulante agiu de modo emergencial e não dispo de da mesma estrutura que um posto sanitário, possuía uma série de dificuldades.

Diante das limitações da comissão ambulante e da necessidade de sanear a região da estrada de ferro bragantina foram instalados postos sanitários em Santa Isabel e no município de Bragança. O posto sanitário de Santa Isabel nasceu a partir de um contrato assinado entre o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará e a Intendência Municipal de Belém e baseado em lei especial do Conselho Municipal. Objetivava-se com a criação desse posto “debelar as endemias e epidemias, senão sanear a Estrada de Ferro de Bragança e localidades ribeirinhas dentro do município.” O contrato foi assinado em 11 de janeiro de 1922, o posto de Santa Isabel foi denominado “Miguel Pereira” e atuava em uma zona que começava em Ananindeua e terminava em Anhangá, incluindo vilas e colônias adjacentes”.<sup>284</sup>

Segundo o Dr. Germiniano Coelho, diretor do posto de Santa Isabel, essa localidade era flagelada periodicamente com “epidemias de malária: esta visitou-se em 1907, em 1915 e agora em 1922”. De acordo com o médico o quadro que se apresentou nas visitas domiciliares era terrível pois “todas as casas com raras exceções, tinham os moradores tomados pelas infecção palúdica, acamados, esqualidos, anêmicos, trementes, no horror dos calafrios, escaldantes nos paroxymos das febres”<sup>285</sup>. Para o tratamento do paludismo foi utilizado “quinino, em injeções intra-musculares e intra-venosas, estas últimas nos casos desesperadores”<sup>286</sup>. A tabela 1 indica o índice parasitário geral do impaludismo no Pará,

---

<sup>283</sup> Idem, p.247.

<sup>284</sup> COELHO, Germiniano. Condições medico-sanitárias das zonas sob inspeção a ação do posto “Miguel Pereira” (Santa Isabel). In: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.266.

<sup>285</sup> Idem, p.269.

<sup>286</sup> Ibidem, p.270.

foram realizados 8.200 exames, entre junho de 1921 a maio de 1922. Os dados evidenciam como nos meses chuvosos a presença dos hematozoários causadores do impaludismo eram bem maiores que nos meses secos, desse modo, era geralmente durante o inverno que os casos de paludismo aumentavam, exatamente o período em que o posto sanitário de Santa Isabel começou suas atividades.

### Índice Parasitário Geral

Hematozoário	Junho a Novembro (seca)	Dezembro a Maio (chuvosa)
	Nº	Nº
<i>Plasmodium vivax</i>	401	1.371
<i>Plasmodium falciparum</i>	425	1.372
<i>Plasmodium malária</i>	3	4
Associação dos dois primeiros	12	39
Total	841	2.786

Tabela 1. Fonte: ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.364.

Como medida profilática o Dr. Germiniano Coelho determinou o esvaziamento de uma represa denominada Empresa Bagantina, de Silva Lima & Cia que servia para mover maquinismos de farinha, isto porque segundo o médico a represa era “perigosa, pernicioso, localizada como estava no centro desta localidade, de população densa”, além disso, não atendia “aos requisitos exigidos pelo Serviço Sanitário Federal, nos seus mais comezinhos preceitos de higiene”, sendo por tudo isso “um foco evidente de anophelinos, constituindo um perigo eminente para as vidas dos moradores locais”.<sup>287</sup>

Depois dessas medidas, o Dr. Germiniano destaca que ocorreu “a melhora rápida do estado sanitário da vila” já que a profilaxia rural agiu de modo “franco e decido, firme e racional, do contrário teríamos muitas vidas ainda a perder, desgostos a sofrer, perdas econômicas de vulto”, pois se tratava segundo o médico de “um surto epidêmico, em que se manifestavam casos francos de terçã maligna”. O Dr. Germiniano ressaltava que o tratamento contra o impaludismo era “sistemático, intensivo, feito em domicilio ou no posto, socorrendo-

<sup>287</sup> COELHO, Op.Cit, p.268.



se de todos os dados sobre o doente, para melhor elucidação do tratamento a seguir e perfeito conhecimento da forma parasitária”.<sup>288</sup>

Os relatos acima evidenciam que a comissão de saneamento enfrentou um enorme desafio no início dos seus trabalhos, teve que debelar um surto epidêmico de malária na sua forma mais perigosa, a terçã maligna. Prevalece no discurso do Dr. Germiniano a ideia de que a malária é um impasse para o desenvolvimento da região bragantina e que se não fosse combatida geraria enormes perdas econômicas, mais uma vez percebemos uma ideia de saúde voltada para o trabalho. É importante notar que com a criação do posto de Santa Isabel, já existia uma estrutura bem melhor se comparada às comissões ambulantes e as visitas domiciliares já se tornavam possíveis.

Também percebemos no discurso do Dr. Germiniano Coelho como o saneamento rural era compreendido pelos médicos como uma missão humanitária e patriótica, que prestava socorro a uma população considerada abandonada e doente, e ao mesmo tempo redimia a nação do maior entrave para o seu desenvolvimento, as endemias rurais, nas palavras do médico “vemos, com profundo pesar, em cada habitante, uma célula viva da nação em franca decadência”.<sup>289</sup> Desse modo, se a doença era a causa da decadência da nação cabia aos médicos libertá-la desse mal e garantir um futuro são e próspero.

Em contrapartida, não podemos esquecer que essas ações tinham um ideal civilizatório, a população da região bragantina era formada em sua maioria por migrantes e agricultores pobres, segundo Germiniano Coelho a região “era densamente habitada pelos emigrados do Nordeste”<sup>290</sup>. Franciane Lacerda lembra que as grandes secas de 1889 e 1915 trouxeram um grande número de cearenses para a região amazônica.<sup>291</sup> A autora também aponta que o processo de introdução dos migrantes nos núcleos coloniais às margens da Estrada de Ferro de Bragança possuía várias dificuldades, destacando que a chegada e permanência em locais de mata densa era tarefa bastante complicada para os sertanejos, que se depararam com uma paisagem bastante diversa daquela em que viviam e ainda possuíam a obrigação de civilizá-la e de fazê-la produzir.<sup>292</sup>

Apesar de terem a missão de civilizar, povoar e tornar produtiva a região da estrada de ferro bragantina, essa população de migrantes foi vista muitas vezes como indivíduos sem instrução e nada civilizadas, segundo Germiniano Coelho “pela falta de assistência médica ou

---

<sup>288</sup>COELHO, Op. Cit,p.270.

<sup>289</sup>Idem, p.244.

<sup>290</sup> Ibidem, p.242.

<sup>291</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açai, 2010, p.17.

<sup>292</sup>Idem, p.325.

hygiênica, deficiência de recursos e extrema ignorância em que vivem, tornam-se extremamente acessíveis a doenças”<sup>293</sup>. A suposta “ignorância” da população rural foi constantemente apontada por vários médicos e intelectuais, um artigo publicado na *Palavra* e assinado com o pseudônimo de *Nemo* criticava a população do Pará por descuidar da sua saúde e não fazer exames médicos periódicos, segundo o articulista “o lavrador fará examinar suas plantações em épocas determinadas, o criador passará revistas de tempos a tempos, em seu gado”, todavia nenhum deles “admitirá que o que é necessário para suas plantações e para os animais também o seja para os humanos e como se iludem!”<sup>294</sup>.

Por mais que o saneamento rural tenha sido um processo conflituoso em que novas práticas de saúde eram impostas a população rural, também não podemos esquecer que essa população poderia enxergar benefícios com a chegada dos médicos da profilaxia rural, especialmente em um caso de surto epidêmico de malária como encontrou o Dr. Germiniano Coelho, desse modo, conforme já apontamos existia um jogo de negociações e tensões entre a população e o serviço de saneamento e profilaxia rural. Também é importante pensar como os sujeitos envolvidos no saneamento eram muito variados e significavam esse processo de múltiplas formas. O governo estadual querendo desenvolver o Pará e libertá-lo do estigma de “inferno verde”, os médicos desejando libertar a nação de suas doenças, os intelectuais da imprensa constantemente debatendo o saneamento, a população rural desconfiando das novas práticas de saúde, mas também aceitando parte delas.

Voltando as ações de profilaxia em Santa Isabel, o Dr. Germiniano, por considerar a região sob responsabilidade do posto bastante extensa a dividiu em zonas, para “maior facilidade e melhor método do serviço anti-verminótico”. As duas primeiras ficavam localizadas na vila de Santa Isabel, uma no perímetro urbano e outra no suburbano. As outras zonas em número de seis, ficaram com suas sedes em “Caraparú, Benevides, Benfica, Anhangá, Inhangapy e colônia Santa Rosa, constituindo cada um delas um subposto, tendo a sua testa efetivamente, um guarda sanitário”<sup>295</sup>. Para o tratamento das verminoses foram distribuídas de janeiro a maio de 1922, 5.860 medicações de óleo de chenopódio, como medidas profiláticas foram inspecionadas as instalações sanitárias de 671 casas, das quais apenas 26 tinham instalações aceitáveis, mediante intimação 4 instalações foram melhoradas e 26 fossas foram construídas”<sup>296</sup>.

---

<sup>293</sup> COELHO, Op.Cit, p.244.

<sup>294</sup> A *Palavra*, Belém, 21 de julho de 1918,p.1.

<sup>295</sup> COELHO, Op. Cit, p.271.

<sup>296</sup> Idem,pp.274-275.

Ainda no que diz respeito a profilaxia das verminoses, o Dr. Germiniano chamava atenção para as sentinas dos vagões da Estrada de Ferro de Bragança pois as mesmas “espalhavam as fezes emitidas pelos viajantes no leito da estrada”. De acordo com o médico, as fezes desses indivíduos estavam contaminadas e o leito da estrada era percorrido “pelos incautos moradores desses lugares, que na sua maioria andam descalços.” Desse modo, segundo o médico, era preciso substituir as antigas sentinas “por outras mais científicas, menos danosas: sentinas de fundo automático, balde removível, de fácil limpeza, em estações intermediárias ou ao término da viagem.”<sup>297</sup>

É evidente que com a criação do posto sanitário em Santa Isabel a assistência médica, em parte da região percorrida pela estrada de ferro, foi bem melhor que no contexto da comissão ambulante. Todavia os desafios para sanear a região ainda eram muitos, prova disso é que o posto era responsável por uma zona bastante extensa, bem menor que as áreas cobertas por um posto na capital do estado, este fato certamente limitava suas atividades. Ao mesmo tempo também percebemos as dificuldades para aplicar medidas profiláticas, o que fica evidente no baixo número de fossas construídas se comparadas ao número de casas inspecionadas. Se não bastasse tudo isso, os vagões da estrada de ferro ainda espalhavam fezes no leito da estrada, o que contribuía para aumentar o número de indivíduos infectados por verminoses.

Também com o intuito de sanear a região da Estrada de Ferro de Bragança, uma comissão ambulante iniciou os serviços de profilaxia rural na cidade de Bragança em 23 de outubro de 1921. No dia 1<sup>a</sup> de janeiro de 1922 foi assinado um contrato com o município, estabelecendo-se um posto fixo na cidade, com o nome de “Dr. Sousa Castro”, o posto foi inaugurado em 21 de abril. A direção do posto sanitário ficou a cargo do Dr. A. Dasmasceno Júnior.<sup>298</sup> Analisando a geografia da cidade o médico destacava que Bragança estava situada a 16 quilômetros da foz do rio Caeté, em sua margem esquerda, ficando localizada “em uma planície com ligeiro declive para o rio, está ligada a capital do estado por uma via férrea e a colônia Benjamin Constant por um ramal”.<sup>299</sup>

A ocupação de Bragança remonta aos interesses da Coroa portuguesa de ocupação militar da Amazônia. Tal empreendimento tornou-se necessário devido às numerosas expedições realizadas por franceses, ingleses e holandeses, no final do século XVI e início do

---

<sup>297</sup> Ibidem, p.272.

<sup>298</sup> DAMASCENO JÚNIOR, A. Condições médico-sanitárias do município de Bragança. In: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.280.

<sup>299</sup> Idem, p.279.

XVII. Álvaro de Sousa fundou à margem direita do rio Caeté, o primeiro núcleo populacional, com o nome de Vila de Souza do Caeté. Por problemas de comunicação com Belém, Álvaro de Souza levou o povoado para a margem esquerda do rio, onde a cidade está atualmente localizada. Em 1854, por determinação do presidente da província tenente-coronel Sebastião do Rego Barros, a vila tornou-se cidade passando a chamar-se Bragança.<sup>300</sup>

Mesmo sendo uma das cidades mais antigas e importantes do Pará, Bragança sofria de vários problemas de infra-estrutura, segundo o Dr. Dasmasceno, “as ruas acham-se, atualmente, em péssimo estado de conservação (...), não há exgotos”, além disso, apesar de um contrato firmado com a municipalidade “a fim de ser assentada a canalização de água na cidade, Bragança ressentia-se ainda dessa falta que urge providenciar”. Segundo o médico, o estado sanitário de Bragança “apesar da pouca higiene que dominava a cidade, não era assustador, graças ao seu clima especial”, a não serem, segundo Dasmasceno, pelas verminoses e pelo paludismo “que ainda e sempre dominará o nosso estado, enquanto as medidas sanitárias específicas não se alinharem às drenagens sistemáticas dos grandes pântanos”.<sup>301</sup>

Com relação ao tratamento e profilaxia do paludismo, o Dr. Dasmasceno apontava que apesar da cidade de Bragança estar cercada de pântanos, o paludismo não era “tão assolador como na zona central da E.F. de Bragança”. No entanto, era preciso uma atenção maior com “os habitantes do interior do município que são muito atacados pelo hematozoário de Laveran.”<sup>302</sup> Entre outubro de 1921 e maio de 1922, o posto gastou 2.754 injeções de soluto de sal de quinino e de soluto de azul de metileno, distribuiu 23.500 comprimidos de quinino e 2.750 capsulas de azul de metileno e quinino”.<sup>303</sup>

No serviço contra as verminoses, realizados de outubro de 1921 a maio de 1922, foram dadas 8.888 medicações pelo óleo de chenopódio. No mesmo período também foram inspecionadas e cadastradas 1.872 casas, encontrando-se 848 ou 45,30% com instalações sanitárias defeituosas e 459 ou 24,52% com instalações inexistentes, mediante intimação 100 instalações sanitárias foram melhoradas e 126 foram construídas.<sup>304</sup>

---

<sup>300</sup>SILVA, Dário Benedito Rodrigues Nonato da. *Os donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006, p.15.

<sup>301</sup>DAMASCENO JÚNIOR, Op. Cit, p.279.

<sup>302</sup>Idem, p.282.

<sup>303</sup>Ibidem, p.285.

<sup>304</sup>DAMASCENO JÚNIOR, Op.Cit, p.284.

### Infecção Geral das Verminoses

Sede de postos e lugares inspecionados	Nº de Examinados	Número e porcentagem de indivíduos contaminados com					
		Ancylostomo		Ascaridas		Tricocephalos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Oswaldo Cruz, Souza	7.368	6.804	82,57	7.113	96,53	6.614	89,76
Belisário Pena, Pedreira	11.556	9.299	80,46	11.121	96,23	10.471	90,61
Carlos Chagas, Mosqueiro	3.250	2.839	87,35	3.164	97,35	3.025	93,07
Sousa Castro, Bragança	3.229	1.928	59,61	3.113	96,4	1.881	52,25
Miguel Pereira, Santa Isabel	4.198	3.139	74,77	3.981	94,83	3.339	79,53
Comissão Ambulante, E.F.B	4.409	4.260	96,57	4.379	99,31	4.261	96,62

Tabela 2. Fonte: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.345.

Segundo o Dr. Sousa Araújo Bragança era um dos municípios do Pará com melhores condições sanitárias, já que na cidade a frequência da ancilostomose não atingia “2/3 do grau de incidência de outros municípios, nem também o impaludismo dizimava os seus habitantes como os demais”, todavia o médico ressaltava que na Europa uma região com frequência de 10% de ancilostomose já seria motivo para adoção de rigorosas medidas profiláticas, entretanto “nós somos obrigados a considerar ‘salubres’, dentro desse Estado, lugares com 50% e 60% da sua população infectados pelos ancylostomos!”.<sup>305</sup> Além disso, a porcentagem de ascaridíase era bastante elevada na cidade, o que parece ser uma tendência geral no estado, desse modo, a ascaridíase chega até mesmo a superar o número de indivíduos com ancilostomose.

Os esforços em sanear a região da Estrada de Ferro Bragantina apontam sua importância econômica, especialmente como zona agrícola que abastecia o município de Belém. No geral, especialmente o paludismo e as verminoses são vistos como um impasse para o desenvolvimento da região e precisavam ser urgentemente superados. É importante perceber também que o seu saneamento foi realizado de forma gradativa, primeiro uma comissão ambulante percorreu a região de modo emergencial, depois foram criados os postos sanitários. Mesmo que esses postos fossem fixos e tivessem uma estrutura bem melhor que a comissão ambulante possuía, não deixaram de ter limitações, especialmente quando abrangiam uma vasta área como acontecia com o posto de Santa Isabel, isso aponta para a diversidade do saneamento rural no Pará que poderia ter o mesmo programa, mas a sua execução poderia ser dificultada por fatores econômicos, políticos e culturais.

<sup>305</sup>SOUSA ARAÚJO, Op.Cit, p.347.

### 1.3 – O médico como etnógrafo: moradia e hábitos alimentares da população paraense

Nísia Trindade sugere que os médicos-higienistas sejam percebidos como etnógrafos, na medida em que no seu contato com os habitantes dos sertões do Brasil, escreviam e pensavam sobre os modos de vida dessa população por meio de uma observação participante<sup>306</sup>. De fato, ao fazerem registros sobre a moradia, a alimentação e os hábitos de higiene, os médicos do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará acabaram registrando aspectos importantes da cultura dessas populações. Observar as condições de higiene de uma casa e o material utilizado para sua construção eram fundamentais para um médico compreender se a mesma era um foco de doenças e epidemias. Ao mesmo tempo essas preocupações também representam uma ideia burguesa de como tem que ser a casa e uma compreensão de que muitos hábitos dos moradores eram pouco civilizados.

Chalhoub analisa como no século XIX existe a configuração da higiene como ideologia, destinada a conduzir o país à “civilização”, nesse discurso existiria uma “ciência neutra” supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais que promoveria a gestão dos problemas da cidade, para o autor por trás da declaração literal de “fazer a civilização europeia nos trópicos” estaria à intenção de “fazer política deslegitimando o lugar da política na história”.<sup>307</sup> Nesse contexto estava em foco a fiscalização das habitações coletivas, especialmente os cortiços e estalagens, e a questão da saúde pública consistia essencialmente no controle da higiene das habitações, particularmente das “classes pobres/classes perigosas”.<sup>308</sup>

Percebemos no período estudado um discurso semelhante ao apontado por Chalhoub, nele a medicina luta pela saúde pública, pela nação e não por interesses particulares. Em nome desses ideais a higiene da casa se tornava uma questão de saúde pública e a intervenção nesse espaço, especialmente o habitado por pessoas mais pobres, estava legitimado. Partindo desses pressupostos o Dr. Sousa Araújo orientou que os médicos utilizassem um cartão, que seguia o modelo da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, para cadastrar as residências da população atendida pelos postos. Os itens principais eram o material das paredes da casa (tijolo, barro, rebocadas e caiadas, de taboas, de pau a pique), sua cobertura (telha, zinco, sapê, madeira) e o piso (de madeira, de cimento ou ladrilho, de tijolos e terra batida). Os

---

<sup>306</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p.184.

<sup>307</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996, p.35.

<sup>308</sup> Idem, p.42.

médicos também deviam registrar como era o abastecimento de água da residência e como era feita a evacuação dos dejetos.<sup>309</sup>

O interessante é que os médicos não se limitaram a anotar os aspectos exigidos pelo chefe da profilaxia rural, mas acabaram criando um rico e detalhado registro das condições de moradia da população paraense. Analisando as construções na zona do posto “Oswaldo Cruz” em Belém, o Dr. Francisco Miranda destaca que existiam na área importantes edifícios públicos como o Instituto Lauro Sodré e prédios particulares como a Fábrica de Óleos e Beneficiamento de Algodão Proença e algumas “belas e confortáveis vivendas de verão”. Todavia as demais habitações eram constituídas de “barracas com paredes de barro ou madeira, caiadas ou pintadas, com cobertura de telhas côncavas de barro ou zinco ondulado; pavimento assoalhado de madeira ou cimentado”. Segundo o médico, existiam também “pequenas palhoças, de paredes toscas de barro, cobertas com palha de ubuassú ou ubussú (*Maniçaria saccifera*) tendo o piso de terra batida”<sup>310</sup>



Figura 6. Barraca de taipa e cobertura de palha de ubuassú. Fonte: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

O Dr. Francisco Miranda fazia severas críticas a essas habitações, que segundo ele eram “sem hygiene e desertas de conforto, exíguas para o número muitas vezes crescidos dos seus moradores.” Segundo o médico, estas residências continham “sala, comunicando por um

<sup>309</sup>SOUSA ARAÚJO, Op.Cit, p.342.

<sup>310</sup>MIRANDA, Op.Cit, p.237.

corredor com pequena sala de refeições, que também serve de cozinha e um quarto, sem janela, formado por uma das paredes laterais e três meias paredes, abrindo uma porta para o corredor.” Ainda segundo o médico, no único quarto da habitação “homens, mulheres, crianças e, até animais domésticos dormem promiscuamente.”<sup>311</sup>

Para Lima a casa é um objeto de investigação bastante pertinente para a análise de processos socioculturais. Segundo a autora, as diferentes configurações que as unidades domésticas assumiram ao longo história são produtos de normas culturais, mas também de escolhas e decisões individuais. Nesse sentido, Lima aponta que com o progressivo fortalecimento da burguesia foi intensificada a concepção de público e, por conseguinte, do privado. Os novos valores burgueses, ao adotarem o pudor, a reserva, e, em consequência, a defesa da intimidade, foram incorporados à arquitetura, influenciando fortemente a compartimentação dos espaços domésticos, dentro desse processo de individualização os filhos passaram para aposentos próprios, separados dos pais, surgindo os quartos de crianças.<sup>312</sup>

Analisando as moradias em Belém durante o século XIX, Guimarães aponta que ao lado das casas sem cômodos definidos, a cidade já apresentava uma variedade de habitações com compartimentos segmentados. Estas divisões demarcavam os limites de convivência entre os membros da família entre si e destes com outros, estabelecendo espaços onde o acesso era permitido e compartilhado com o elemento estranho ao convívio familiar e outros mais restritos aos membros da família, construindo assim sentidos de privacidade nos espaços domésticos. Todavia, o autor destaca que a separação entre o público e o privado não pareciam ser muito rígidas, já que muitas vezes essas fronteiras parecem dicotômicas quando aplicadas as moradias de Belém. Mesmo assim, começa a despontar um sentido de privacidade nos espaços domésticos e no final do século XIX escritores como José Veríssimo criticavam as moradias sem divisão interna, o que era encontrado especialmente nas casas mais pobres.<sup>313</sup>

No século XX algumas divisões internas já eram observadas mesmo nas casas mais humildes. Porém, não podemos afirmar que seus moradores compartilhavam do mesmo sentido de privacidade burguês. Como vimos anteriormente o Dr. Francisco Miranda criticava

---

<sup>311</sup>Idem, p.238.

<sup>312</sup>LIMA, Tânia Andrade. Prato e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*: São Paulo, n. 1, v.3, jan/dez, 1995,p.134.

<sup>313</sup>GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006, pp.107 a 109.



a “promiscuidade” das habitações mais pobres, já que os vários membros da família dormiam juntos, homens, mulheres, crianças e inclusive animais, estas ações eram vistas como degeneradas já que não se enquadravam nos valores burgueses de higiene e de privacidade no espaço doméstico. Desse modo, a população mais pobre significou a casa de outra forma, construindo sua própria forma de morar, expressa numa casa pouco compartimentada e que não possuía os mesmos sentidos de individualidade da casa burguesa.



Figura 7. Barraca de taipa com cobertura de cavaco. Fonte: ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

A comissão ambulante que percorreu a Estrada de Ferro de Bragança também realizou importantes observações sobre as moradias. Segundo o Dr. Anastacio Monteiro, predomina na região a “casa de taipa, coberta de cavacos, muito baixas e escuras, sem soalho, sem reboco”. Segundo o médico, as residências têm em geral “dois ou três compartimentos, uma porta de frente e uma janela muito pequena, quando existe; uma porta de fundos, compartimentos onde se acha o fogão – quase sempre duas pedras – e onde se fazem as refeições.” Existiam, entretanto, algumas casas com melhor aparência “cobertas de telhas e assoalhadas, com algumas janelas, rebocadas e caiadas, mas em proporção insignificante e sempre mal situadas e de tipo acachapado, o que as torna quentes e de desagradáveis aspectos”. Ainda segundo o

médico “os quintais sem instalações sanitárias são lameiros de porcos, cuja criação é muito abundante e feita com a máxima liberdade, até nas próprias ruas”.<sup>314</sup>

Como já discutimos a preocupação com as condições higiênicas das moradias foram muito presentes no discurso médico durante o século XIX e o século XX. Sandra Caponi inclusive destaca que analisando as atas e anais dos Congressos Médicos Latino-Americanos de 1904 a 1913, não se pode afirmar uma ruptura radical entre as estratégias sanitárias dos higienistas clássicos e o “novo higienismo” herdeiro da chamada “Revolução Pasteuriana”. Para a autora muitas preocupações persistiram com a introdução da microbiologia no discurso médico-sanitário, a exemplo da preocupação com os pântanos, com os espaços de insalubridade e com a falta de higiene e moralidade das casas populares. Além disso, também persiste, segundo Caponi, a associação entre classes pobres e classes perigosas e entre pobreza e imoralidade.<sup>315</sup>

Desse modo, a autora aponta que a relação entre o higienismo clássico e o “novo higienismo” é marcada por continuidades e descontinuidades e que a questão da moradia popular higienizada parece surgir do encontro de três séries discursivas: a) a emergência da microbiologia e sua relação (não necessariamente de oposição) com o higienismo e as explicações miasmáticas, b) a generalização da estatística como recurso capaz de por em evidência a relação entre as desigualdades sociais e as diferenças de mortalidade na população, c) a preocupação sanitária e jurídica de controlar e moralizar a conduta dos setores menos privilegiados da população.<sup>316</sup>

É preciso acrescentar que a fiscalização da higiene nas moradias não se pautava apenas nos paradigmas da microbiologia. Com a emergência da Medicina Tropical e a introdução do conceito de vetor, começou a existir uma preocupação com os animais que habitavam as casas e poderiam transmitir doenças ao homem. O Dr. Anastácio Monteiro criticando as condições de higiene e o material de que eram feitas as casas da região da Estrada de Ferro Bragantina, afirma que as mesmas ofereciam condições ideais para abrigar “os mais perniciosos insetos inimigos do homem tais como: as pulgas, os percevejos, anophelinos e talvez o ‘Barbeiro’”.<sup>317</sup>

A colocação do Dr. Anastácio de que talvez o “barbeiro” estivesse presente nas moradias paraenses é bastante interessante, isto porque este é o nome popular do vetor da

---

<sup>314</sup>MONTEIRO, Op.Cit,p.243.

<sup>315</sup>CAPONI, Sandra. Entre myasmas y micróbios: la vivienda popular higienizada. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.18, nov/dez, 2002, p.1.668.

<sup>316</sup>Idem, p.1.669.

<sup>317</sup>MONTEIRO, Op.Cit, p.243.

Doença de Chagas. Segundo Kropf, a descoberta científica da doença por Carlos Chagas assumiu centralidade no projeto institucional do Instituto Oswaldo Cruz e no próprio processo de institucionalização da ciência naquele período, passando a ser tratada como um mito glorificador da ciência brasileira. Ao mesmo tempo a doença de Chagas tinha pretensão de ser uma doença do Brasil, pois estaria presente em todos os estados da federação.<sup>318</sup> De fato, como aponta Nísia Trindade, os sanitaristas construíram o discurso de uma tríade maldita que priorizava o combate a três doenças: malária, ancilostomíase e a doença de Chagas.<sup>319</sup>

A malária e a ancilostomíase estavam muito presentes na população do Pará, todavia no período estudado não se encontram registros de paraenses infectados com a Doença de Chagas<sup>320</sup> Isto aponta para os limites do discurso de que ela seria uma doença do Brasil, ao mesmo tempo, também percebemos os limites da ideia de uma tríade maldita que tentou sintetizar os grandes males da nação, mas muitas vezes não considerou as especificidades regionais. Cabe ressaltar, que o conceito de endemia rural parece bastante difuso, por mais que houvesse uma orientação oficial, foi por meio da experiência e de diversos debates que o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural priorizou certas doenças para combater, no Pará, por exemplo, além da malária e da ancilostomose, a lepra ocupou um lugar de destaque.

A alimentação da população paraense também foi objeto dos médicos, que no geral, a consideravam bastante deficiente. Segundo Dias Júnior, a alimentação quando não abunda o peixe-fresco, “compõem-se quase que exclusivamente de feijão, salgados, assahy, bacaba, tacacá e pirão de farinha d’água de que fazem mingau e bebem o xibé”. Para o médico, “dessa má e insuficiente alimentação, pobre em elementos nutritivos, advém, em grande soma, a baixa de hemoglobina, que atinge em múltiplos casos a porcentagem média que não vai a mais de 47%”.<sup>321</sup>

As observações do médico Francisco Miranda são bem semelhantes. Segundo ele, a alimentação da população “deficiente e de má qualidade, consta de peixe seco, apenas cozido, quase sempre deteriorado, e de farinha de mandioca”. A essa alimentação, segundo o

---

<sup>318</sup>Ver: KROPF, Simone Petragila. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Fapeam, 2011.

<sup>319</sup>LIMA, Op.Cit,p.175.

<sup>320</sup>Os primeiros casos humanos autóctes da doença foram registrados apenas em 1969. Em 1977, instalou-se definitivamente no Instituto Evandro Chagas, fruto de um convênio com o Wellcome Trust e a London School of Hygiene and Tropical Medicine, um programa voltado para a Doença de Chagas. VALENTE, Sebastião Aldo da Silva; FRAIHA NETO, Habib; et al. Doença de Chagas. In: *Doenças infecciosas e parasitárias: enfoque amazônico*. LEÃO, Raimundo Nonato Queiroz (coord). Belém: Cejup: UEPA: Instituto Evandro Chagas, 1997, p. 597.

<sup>321</sup>DIAS JÚNIOR, Op.Cit,p.221.

médico, parca e inconstante, vem juntar-se o uso dos vinhos de frutos silvestres, entre os quais sobressaem “a bacaba e o assahy, a cujo suco adicionam exagerada porção de farinha, causa principal de pyroses chronicas, pela constante fermentação desse excesso de produtos feculentos”. O médico também criticou o modo como as crianças são alimentadas, segundo ele um dos grandes males “é o de conceder-se as crianças a liberdade de se alimentarem sobre posse, permitindo-se-lhe ainda que estejam comendo a toda hora, especialmente mancheias de farinha seca”, além disso também misturam “a farinha com água para fazerem o conhecido chibé”.<sup>322</sup>

As observações do Dr. Anastácio Monteiro sobre a alimentação na Estrada de Ferro Bragantina são bem parecidas com a alimentação de Belém, segundo ele a “matança de gado para abastecimento é feita uma ou duas vezes por semana, o que obriga a alimentação com carne salgada e peixes secos, mal tratados, muitas vezes em franca decomposição”. O médico também criticava a forma como as crianças eram alimentadas, segundo ele, cerca de 70% das crianças “sofrem de gastro-enterite aguda ou crônica o que tem por causa o mau hábito, infelizmente generalizado entre essa gente, de alimentar precocemente essas crianças com papas e mingaus”. Segundo o Dr. Anastácio isso se devia ao fato de as mulheres acharem que o seu “leite é pouco ou não presta”. O médico alertava que “o coeficiente da mortalidade infantil nessa região é assustador, pelo motivo exposto” e que não cansou de lutar contra esse péssimo costume, ensinando as mães “o modo mais prático e salutar de alimentar os filhos, defendendo o leite materno que para todas elas é considerado imprestável para alimentação.”<sup>323</sup>

Muniz destaca que os aspectos nutricionais dos alimentos e sua relação com a saúde foi problematizado no Brasil, de forma mais visível científica e politicamente, desde a década de 30, e estabeleceu-se como forte questão para a saúde pública a partir da década de 50.<sup>324</sup> Vale ressaltar que a relação entre alimentação e saúde é bem anterior a institucionalização da nutrição brasileira, Cabral aponta que durante o século XIX a concepção neohipocrática das doenças, culpava a alimentação pelo aumento dos casos de lepra no Brasil, pois certos alimentos alteravam o estado de equilíbrio do corpo, desse modo, alimentos muito azotados, sobretudo carnes, café e chás, alimentos oleaginosos como

---

<sup>322</sup>MIRANDA, Op.Cit, p. 238.

<sup>323</sup>MONTEIRO, Op.Cit, p.243.

<sup>324</sup>MUNIZ, Érico Silva Muniz. *Basta aplicar uma injeção? Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço; Campina Grande, PB: EDUEPB; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013, p.73.

amêndoas, mariscos, camarões, e uma série de outros produtos provocariam o aparecimento da doença ou acelerariam seu processo.<sup>325</sup>

De modo geral os médicos da profilaxia rural consideravam a alimentação da população paraense deficiente em nutrientes e cheia de excessos, especialmente excesso de farinha. Esses excessos, segundo esses médicos, gerariam uma série de problemas intestinais e nas crianças seriam ainda mais nocivos, sendo até mesmo responsável pelo elevado coeficiente da mortalidade infantil. É interessante perceber como certas práticas permanecem até os nossos dias, basta observar as campanhas que o Ministério da Saúde realiza para incentivar o aleitamento materno, o que certamente evidencia que as mães ainda fornecem outro tipo de alimento para seus filhos. Se essa prática permanece até hoje, podemos imaginar as dificuldades que os médicos tiveram para convencer as mães de que o leite materno era o melhor alimento para os seus filhos, já que na visão das mães os mingaus e o chibé pareciam bem mais nutritivos.

O discurso dos médicos também evidencia dois alimentos muito importantes na dieta da população paraense: o peixe e a farinha. Segundo Sidiana Macêdo, o peixe seco foi extremamente comum na dieta da população, diferenciando-se apenas pelas espécies e modos de preparo, entre eles estavam o pirarucu, a gurijuba, o tambaqui, a tainha e outros.<sup>326</sup> A autora também aponta que a farinha era bastante consumida na capital e nos interiores do Pará, tendo a função de prato principal ou complemento alimentício, um dos municípios que tinham uma cultura significativa da mandioca era Bragança, responsável por grande parte do abastecimento de Belém.<sup>327</sup>

É importante destacar que esses alimentos não podem ser reduzidos a uma mera função nutritiva, pois fazem parte do universo cultural e simbólico da população paraense. Motta e Maués destacam, por exemplo, uma série de tabus alimentares aplicados a alguns alimentos classificados como 'reimosos', associados a pessoas impedidas de consumi-los, entre elas as mulheres menstruadas. Eles sugeriram que os alimentos e as categorias de pessoas, uma vez relacionados, formavam um tipo de classificação simbólica bastante complexa e globalizante que integrava a visão de mundo daquela população. Os tabus

---

<sup>325</sup>CABRAL, Dilma. Lepra, morfeia ou elefantíase-dos-gregos: a singularização da doença no século XIX. *História Unissinos*, vol.10, n.1, jan/abril, 2006, p.40.

<sup>326</sup>MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2014,p.47.

<sup>327</sup>Idem,p.68.

alimentares também não comportavam regras fixas e eram flexíveis, submetendo-se a manipulações situacionais e a transgressões.<sup>328</sup>

A alimentação paraense era bastante diversificada, além dos alimentos citados, o Dr. Hermogenes Pinheiro apontava que a população de Mosqueiro, por exemplo, nutria-se de todos os frutos que a fértil terra lhes oferecia, “tanto lhes sabem a banana e a laranja como o mais agreste dos frutos tais como o uxy, umary e o piquiá, este muito oleoso e de polpa delgada.” Segundo o médico, os frutos de certas palmeiras, “reduzidos por processo de esmagamento da polpa, diluída em água e coada, constituem a alimentação principal dessas populações rurais, refiro-me ao assahy, bacaba e patauá.”<sup>329</sup>



Figura 8. Colheita do Assahy. Fonte: ARAÚJO, Heraclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

Para o Dr. Francisco Miranda não bastando “todos os desacertos na alimentação da nossa gente rústica”, ela ainda fazia uso de “frutos silvestres, - alguns dos quais precisam de ser cozidos para que possam ser utilizados – como o piquiá e a popunha, - todos bastantes oleaginosos, - como o uxy e o umary”. De acordo com o médico o tapuio ainda fazia uso “imoderado de chás, especialmente de folhas de cafeeiro, - e mingáus de toda espécie,

<sup>328</sup> MAUÉS, Maria Angélica Motta & MAUÉS, Raymundo Heraldo. O folclore da alimentação: tabus alimentares na Amazônia (um estudo de caso numa população de pescadores no litoral paraense). Belém: Falangola, 1980.

<sup>329</sup> PINHEIRO, Op.Cit,p.262.

sobremaneira indigestos e nocivos, quaes sejam os de tucuman, mucajá, bacaba e até o próprio assahy”.<sup>330</sup> Mais uma vez observamos no discurso dos médicos a preocupação com os excessos na alimentação, especialmente com frutos silvestres muito oleosos e com o uso constante de chás variados que causariam problemas digestivos.

Não se pode deixar de notar um tom civilizador, especialmente no discurso do Dr. Francisco Miranda, que entende o uso de frutos silvestres como um desacerto na alimentação paraense. A preocupação em civilizar os hábitos alimentares da população esteve muito presente nos discursos do período. Segundo o articulista d’A *Palavra*, Eloi-Sully, não existia uma devida valorização das novas espécies de hortaliças que “foram introduzidas pelo Estabelecimento Experimental de Agricultura” sendo raros os apreciadores “da bertalha, do jiló, taioba, do aipo, do funcho, e dos aspargos.”<sup>331</sup> A rejeição das novas hortaliças demonstra que muitas vezes, médicos, agrônomos, autoridades políticas e diversos intelectuais tentaram interferir nos hábitos alimentares da população paraense, considerados inadequados, todavia essa população resistiu e persistia em suas antigas práticas alimentares.

Esse discurso civilizador fazia com que os frutos silvestres estivessem muitas vezes sob suspeita, se não por serem muito oleosos, pela sua forma de preparo, que era considerada muito rudimentar. Um exemplo disso foi o artigo do Dr. Redomark de Albuquerque, publicado em 1918 na *Folha do Norte*, que apontava que pelo modo de preparo o açaí contribuiria para disseminar a lepra<sup>332</sup> no Pará. Para o médico, o açaí preparado pelo processo comum que era o da “maceração, seguindo-se da despolpação manual do fruto” deveria ter a venda proibida pelas autoridades sanitárias por ser “um dos maiores veículos de transmissão do bacilo de Hansen”. Segundo Redomark entre as causas “intrínsecas na etiologia da lepra figuram vários fatores de acentuada eficiência, sendo os mais incriminados o contágio e a hereditariedade”, todavia destacava que “em torno desse assunto, a controvérsia é palpável”.<sup>333</sup>

Mesmo com as controvérsias, Redomark apontava que “o contágio era um elemento positivo na transmissão da lepra”, desse modo, “ninguém ignora que os doentes de

<sup>330</sup>MIRANDA, Op.Cit,p.238.

<sup>331</sup>A *Palavra*. Belém, 17 de Fevereiro de 1918.p.1.

<sup>332</sup>Utilizamos o termo lepra porque ele demarca a forma de se compreender a doença no período estudado. O termo hanseníase é bastante recente e tem a finalidade de reduzir os estigmas sociais e culturais da doença. No Brasil, o termo lepra foi substituído por hanseníase somente na década de 90, com a Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995. No entanto, desde a publicação da Portaria nº 165, de 14/05/1976, do Ministério da Saúde, estava proibido o uso do termo lepra e seus derivados nos documentos oficiais do órgão. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/programas/hanseníase-1/lepra-x-hanseníase>>. Acesso em < 02. mai. 2016>.

<sup>333</sup>*Folha do Norte*, Belém, 23 de Janeiro de 1918, p.1.

lepra, e os há por toda parte, contribuem com o contingente de trabalho manual na fabricação da bebida”, o que segundo o Dr. Redomark era “o que se pode desejar de mais desumano e mais perigoso”. De acordo com o médico a preparação do açaí se fazia de modo rudimentar, “com o auxílio das mãos, e este ofício de manusear os frutos, de atrita-los dentro da massa d’água é cometido ao leproso” que de modo inconsciente misturava no líquido saboroso “as escaras que se desagregam em suas mãos”. Desse modo, o médico alertava que em sua opinião o açaí era “nada mais, nada menos que um caldo de cultura do bacilo de Hansen com que a população diariamente se envenena, ingerindo o micróbio da hedionda moléstia.” O Dr. Redomark concluía que beber açaí de uma fonte que não seja segura representava “uma verdadeira autoinfecção da lepra, que passa despercebida não só das classes ignorantes como também das elegantes”.<sup>334</sup>

Cabral destaca que por sua antiguidade e pelo forte estigma social atribuído a lepra, a doença parece ter uma estabilidade conceitual, todavia a autora ressalta que a lepra possui uma historicidade e que ao longo do tempo ocorreram diferentes formas de compreender a doença. Para Cabral, o primeiro marco do conhecimento moderno sobre a lepra ocorreu em 1847 quando os noruegueses Danielssen e Boeck estabeleceram as bases clínicas da doença, tornando-a clinicamente distinguível. Em 1863, Rudolf Virchow descreveu a histopatologia da lepra lepromatosa, a descrição completa do bacilo se deu com Gehard Amauer Hansen, em 1874 e pouco depois, em 1879, o alemão Albert Neiser comprovou a presença do bacilo em material leproso.<sup>335</sup>

Desde o final do século XIX a medicina enfrentava o esforço teórico da consolidação do bacilo como causa exclusiva da lepra, hipótese sustentada com o próprio avanço da bacteriologia, todavia o desconhecimento sobre sua forma de transmissão e os mecanismos de sua ação no organismo, assegurou uma sobrevida à hipótese hereditária. Esta situação seria revertida ao longo das duas primeiras décadas do século XX, quando ocorreu não uma ruptura com a hipótese hereditária, mas seu deslizamento da etiologia para condição de elemento predisponente ao contágio.<sup>336</sup> No artigo publicado na *Folha do Norte* o Dr. Redomark de Albuquerque acreditava que a lepra poderia ser transmitida por contágio. Desse modo, o indivíduo doente, ao despolar o fruto com as mãos contaminaria o açaí com a

<sup>334</sup>*Folha do Norte*, Belém, 23 de Janeiro de 1918, p.1.

<sup>335</sup>COSTA, Dilma Fátima Avellar Cabral da. *Entre ideias e ações: lepra, medicina, e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2007, p.24.

<sup>336</sup>Idem, p.170.



bactéria causadora da doença, o bacilo de Hansen. O açai<sup>337</sup> era um alimento muito consumido por todas as classes como bem salientou o médico, desse modo, o artigo do Dr. Redomark causou grande impacto e não ficaria sem uma resposta.

Essa resposta veio de forma bastante satírica no artigo intitulado *Em defesa do açai* e assinado com o pseudônimo de Marabá.<sup>338</sup> O artigo começava solicitando que o Dr. Redomark permitisse “ao caboclo fazer a s.s. uma vénia, de cocar, arco e flexa na mão, e , ainda, dar a s.s. dois dedos de prosa indígena.” Segundo Marabá, ele não sabia o que havia causado maior pânico, “se a tempestade do anoitecer de segunda feira ou o grito de alarme, na quarta, do Dr. Redomark, de ser, na opinião de s.s., o assahy veículo de lepra”. Ao longo do artigo existe uma tentativa de desqualificar o trabalho do médico, de acordo com Marabá, “dizem-me que s.s faz parte do serviço sanitário estadual”, desse modo deveria ter tomado “imediate providência, mandando fechar as quitandas, comunicando ao chefe, tratando da remoção dos leprosos”. Todavia para Marabá se o médico não havia feito isso era porque “incontestavelmente era um dos responsáveis pela propagação da lepra nesta capital e para arredar de si esse remorso, comodamente atira-o ao açai.”<sup>339</sup>

Marabá também destaca que os leprosos não eram encontrados somente nas casas de vendas de açai, mas “nas repartições públicas, no commercio, nas ruas a estender a mão (...), nas festas populares e até na venda ambulante”, enfatizava também que os perigos de “transmissão da lepra tanto podem estar no preparo do assahy como de outro produto qualquer”. Desse modo, a cidade necessitava de um serviço sanitário “que tome a sério os seus deveres, examinando diariamente, os gêneros expostos ao consumo público, começando da quitanda do assahy à taberna, do açougue do bairro à sapataria”, além disso, era preciso fiscalizar também o meretrício, que para Marabá era “o maior veículo da morphea”. Segundo o articulista, o perigo real da lepra “não está só no assahy, preparado por uma morphetica (nem todas as amassadeiras o são): estenda suas vistas para outros pontos e muito tem s.s. ainda que dizer se nada puder fazer”.<sup>340</sup>

É interessante notar no artigo como Marabá ao invés de atacar o açai ou o seu modo de preparo, reverte esta crítica para o Dr. Redomark de Albuquerque e especialmente para o Serviço Sanitário Estadual. Desse modo, o problema não era o açai, mas um serviço

<sup>337</sup> Açai é um termo de origem tupi *yasa'y* e significa literalmente “palmeira de água”, sua denominação científica é *Euterpe oleracea*. MOURÃO, Leila. História e Natureza: do açai ao palmito. *Revista Territórios e Fronteiras*, v.3, n.2, jul/dez 2010, p.82.

<sup>338</sup> Talvez o pseudônimo fizesse referência ao poema Marabá de Gonçalves Dias, que retratava as desventuras de uma índia mestiça. Ver: APOLINÁRIO, Débora de Freitas Ramos. Marabá: estudos sobre a mestiçagem em Gonçalves Dias e Gregório de Matos e Guerra. *Revista Litteris*, n.13, març de 2014, pp.184-197.

<sup>339</sup> *Folha do Norte*, Belém, 26 de janeiro de 1918, p.1.

<sup>340</sup> *Idem*, p.1.

sanitário deficiente que não conseguia fiscalizar os produtos comercializados na capital. Ao mesmo tempo é importante perceber que em nenhum momento Marabá fala em suspender a venda do açaí, isso evidencia como o produto era extremamente importante na dieta do paraense, desse modo, sugerir sua suspensão era muito complicado e sem dúvida geraria resistências diversas tanto dos mais pobres como dos mais abastados. Por tudo isso, Marabá termina seu artigo de forma irônica convidando o Dr. Redomark de Albuquerque a tomar um açaí em sua maloca servido por uma bela índia, um “assahy, grosso e espumoso, amassado por ela....creio estar vendo o Dr. Redomark a saborear, até um pirão de assahy, com uma lasca de pirarucu assado, muito juntinho da caboclinha”. Todavia depois de pintar esse cenário, como forma de castigar o Dr.Redomark, Marabá muda de ideia e afirma “não, não levo s.s lá”.<sup>341</sup>

O debate em torno do açaí e da lepra evidencia como os médicos muitas vezes tentaram interferir nos hábitos alimentares da população, tanto em nome da higiene como em nome de um ideal civilizador. Essa intervenção abrangia vários aspectos, como a moradia, entendida pelos médicos como um lugar completamente inadequado que estimulava a proliferação de várias doenças. Desse modo, se o desejo era construir uma civilização nos trópicos, a mesma não podia se limitar aos centros urbanos, os sertões do Brasil precisavam ser incorporados e civilizados.

### **3.4 – A cura da Lepra e a polêmica do Assacú**

A polêmica do açaí como difusor da lepra já fornece alguns indícios de como a disseminação da doença preocupava médicos e autoridades políticas. O médico Hermógenes Pinheiro apontava em tom de repreensão que na ilha de Mosqueiro “constata-se perto de oitenta leprosos que vivem espalhados por toda a ilha em constante promiscuidade com a população indene”.<sup>342</sup> Na cidade de Bragança o Dr. Damasceno Júnior também registrou que “a lepra nesta cidade é, em relação à tuberculose, muito mais frequente, havendo famílias inteiras contaminadas pelo bacilo de Hansen”. O médico apontava que o serviço de profilaxia rural constatou em relação à doença “51 casos positivos dos quais podemos tirar ficha e mais 22 suspeitos”, todavia salientava que “existem no interior outros casos que até hoje ainda não nos foi possível verificar”.<sup>343</sup>

---

<sup>341</sup> *Folha do Norte*, Belém, 26 de janeiro de 1918, p.1

<sup>342</sup> PINHEIRO, Op.cit, p.259.

<sup>343</sup> DAMASCENO JÚNIOR, Op.Cit, p.282.

Um artigo, sem assinatura, publicado no jornal *Estado do Pará*, informava a situação da doença no estado. Segundo o que foi publicado, “depois da tuberculose, que as cifras oficiais oferecem um alto coeficiente, passando pela syphilis, impaludismo e moléstias nervosas – o phantasma do paraense é a lepra”. Segundo o articulista, existiam regiões “onde é raro encontrar-se família que não tenha sido atingida pelo stygma dessa tremenda devastadora da humanidade”, exemplo disso, era a capital paraense em que “não existe uma única rua e talvez um só quarteirão que não embioque vários e horrorosos casos do terrível mal”. Desse modo, o *Estado do Pará*, afirmava que em vários pontos da cidade como “no bairro comercial, no mercado, na porta das igrejas, nos lugares mais movimentados, há lázaros que estendem as mãos em garra, ou mutiladas, á caridade pública”.<sup>344</sup>

O articulista também apontava que “apareceu-nos ultimamente o Dr. Mamerto Cortez que assevera ter descoberto o específico contra o terrível flagelo” fazendo uso do “assacú”, um vegetal da flora amazônica. Deste modo, era por meio “deste medicamento, conjugado com a prescrita dieta que o Dr. Cortez consegue chegar a tão magníficos resultados”. De acordo com o articulista, se a comissão de profilaxia rural “veio para nos beneficiar, e se é verdade que a ciência galena caminhou do puro empyrismo para a verificação experimental” seria necessário investigar “cientificamente os processos de cura da lepra empregados pelo médico colombiano.”<sup>345</sup>

Outro artigo, dessa vez publicado no jornal *A Palavra*, assinado com o pseudônimo F.C, apontava com entusiasmo que “parece que, desta vez, vamos enfrentar, com acertos a resolução do problema sobre a leproso, a comissão que nos vem em nome do governo federal se ocupará especialmente deste assunto.” O articulista acrescentava que se encontrava no Pará um especialista sobre a lepra , o Dr. Mamerto Cortez, cujos conhecimentos “já estão bem provados pelas curas realizadas, por esse distinto e humanitário esculápio, em doentes aqui residentes e que vão ser apresentados ao estudo e apreciação dos médicos recém-vindos”. F.C enfatizava que o Dr. Mamerto Cortez tinha ideias muito bem “assentadas sobre a forma de realizar a completa extinção do mal que nos assola, que invade impiedosamente os nossos lares, sem que seja preciso gastar fabulosas somas”, deste modo para o articulista “o governo do Estado deve aproveitar esta oportunidade para de harmonia com o Federal, livrar o Pará da peste que o acabrunha”.<sup>346</sup>

---

<sup>344</sup>*Estado do Pará*, Belém, 04 de junho de 1921,p.1.

<sup>345</sup>Idem, p.1.

<sup>346</sup>*A Palavra*, Belém, 02 de junho de 1921,p.1.

Podemos imaginar os desafios de Sousa Araújo, que logo que chegou ao Pará se deparou com a notícia de uma possível descoberta da cura da lepra e com os clamores da imprensa para que essa descoberta fosse validada cientificamente. Além disso, a cura se dava por meio de uma planta amazônica, o assacú, desse modo, seria possível tratar da doença com uma planta nativa o que tornaria o tratamento da lepra mais barato. Uma das atribuições do Serviço de Profilaxia Rural era fiscalizar o exercício da medicina no estado, deste modo, Sousa Araújo solicitou que Mamerto Cortez apresentasse seu diploma de médico, todavia como o diploma não foi apresentado no dia 27 de junho de 1921 o Serviço de Profilaxia Rural “multou por exercício ilegal da medicina, em sua residência- consultório – a Mamerto Cortés, que se dizia médico colombiano, especialista no tratamento da lepra”.<sup>347</sup>

A partir da multa a polêmica em torno da cura da lepra se torna bastante acirrada e o chefe da profilaxia rural passou a receber diversas críticas. Exemplo disso é o artigo *A Revolta dos Leprosos*, assinado por Jacinto Leite<sup>348</sup> e publicado no *Estado do Pará*. Segundo Jacinto Leite, o que se estava criticando não era a Comissão de Profilaxia Rural como “quer fazer crer o arguto padrinho do médico curytibano”, mas sim os processos “violentos e desumanos do sr. Heráclides, o seu ridículo, a sua exibição, a sua falta de compostura”. O articulista acrescentava que o médico julgava “isto aqui maloca de fácil conquista, cheia de idiotas, começa fazendo uma alta violência com o único homem que vem merecendo a benemerência da população: o Dr. Mamerto Cortez”. De acordo com Jacinto Leite a Comissão de Profilaxia Rural invadiu cuidadosamente “o lar de uma família, fingindo visita, apreende, depois de apanhar algumas lições em dermatologia, os medicamentos inocentemente mostrados, e multa, por fim, o facultativo leprólogo”.<sup>349</sup>

Prosseguindo sua argumentação Jacinto Leite questionava como uma comissão que vem combater a “morphea, sem processos definitivos e comprovados, principia multando,

<sup>347</sup>SOUSA ARAÚJO, Op.Cit, p.210.

<sup>348</sup>Ricardo Borges registra que em 1922, o intelectual paraense Raymundo Moraes escrevia no jornal o *Estado do Pará* com o pseudônimo de Jacinto Leite. BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986, p.380. Raymundo Joaquim Moraes nasceu em 1872, desde muito cedo acompanhou seu pai no trabalho de prático, desse modo, seguiu essa profissão, tirando carteira de prático e piloto fluvial dos rios Madeira e Purus, além disso, tornou-se comandante do navio Rei Lear. Tornou-se também escritor, uma de suas principais obras é *Na Planície Amazônica* de 1926. Em Belém, atuou como jornalista colaborando nos jornais *O Estado do Pará* e *A Província do Pará* e dirigiu com Félix Coelho o jornal *A Tarde*. Em 1922, no contexto conturbado da campanha presidencial de Arthur Bernades a presidência, envolveu-se em uma briga com os jornalistas Heráclito Ferreira e José Santos, redatores da *Folha do Norte*, na briga Raymundo acabou matando Heráclito com um tiro. Raymundo Moraes foi julgado, mas acabou sendo solto e mudou-se para Manaus onde dirigiu a Imprensa Oficial e o jornal *A Gazeta*. Na década de 30, quando Magalhães Barata foi nomeado interventor, retornou a Belém e ocupou cargos públicos importantes como a diretoria da Biblioteca Pública e Arquivo Público do Pará, foi também inspetor escolar e secretário de Magalhães Barata. LARÊDO, Salomão. *Raymundo Moraes: na Planície do Esquecimento*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Belém, 2007, pp.30-33.

<sup>349</sup>*Estado do Pará*, Belém, 01 de julho de 1921, p.1.

suspendendo e combatendo o único indivíduo que cura, ou pelo menos, consegue altas melhoras no mal hebreu?”, na visão do articulista toda a cidade “caminha para a mais curiosa das revoluções: a revolução dos leprosos” e esse levante “arrastará a população em massa, visto como é rara a família que não conte aqui com um dos seus membros contaminados”. O articulista também comparava Sousa Araújo a Oswaldo Cruz, que segundo ele era “um homem que evitava os atritos, os choques, as queixas e as mágoas, não humilhava ninguém”. Finaliza destacando que os jornais paraenses *O Imparcial*, *A Palavra*, *A Província do Pará* e o *Estado do Pará* “de religiões e políticas diferentes”, encontravam-se pela primeira vez de acordo sobre uma questão “que o sr. Heráclides deve examinar a clínica do Dr. Mamerto, verificar o seu remédio, controlar pelo exame bacteriológico, pela fotografia, a evolução da melhora, da cura nos seus doentes” e não realizar “vexames caprichosos contra quem só merece bênçãos e aplausos da gente paraense”.<sup>350</sup>

O artigo de Jacinto Leite evidencia como a relação entre Sousa Araújo e parte significativa da imprensa paraense ficou bastante conflituosa e desgastada. Se o apelo inicial era que a comissão de profilaxia rural investigasse e validasse cientificamente a cura da lepra pelo assacú, quando a comissão multa Mamerto Cortez, Sousa Araújo passa a ser duramente criticado, como alguém autoritário e violento. Também é interessante perceber como uma imagem idealizada de Oswaldo Cruz foi utilizada para contrastar com as atitudes do médico, o que novamente nos aponta para construção do discurso de Oswaldo Cruz como um mito na ciência brasileira.

Se o *Estado do Pará*, *A Palavra* e outros jornais criticavam Sousa Araújo *A Folha do Norte* realizou sua defesa. Segundo um artigo, sem assinatura, publicado no jornal, “prosseguem os patronos da intrujice cortesiana a sua campanha indigna e injusta contra a Comissão de Profilaxia Rural” sem outra finalidade “que não a de deprimir um serviço público que deveria merecer da parte de todos os mais indisfarçados estímulos, tão reais e utilitários serão os resultados que beneficiarão a coletividade”. O articulista enfatizava que “quatro jornais duma capital em que só há cinco estão de acordo no plano de exaltar o charlatanismo para rebaixar a ciência”, também indagava “quem há em Belém, que desconheça as origens dessa campanha, que tem a anular os seus efeitos o pecado original de uma oposição sistemática a tudo que traz a chancela do governo?”.<sup>351</sup>

No discurso do articulista da *Folha do Norte* a estratégia para criticar os outros jornais era afirmar que os mesmos estavam contra a comissão de profilaxia rural e, portanto,

---

<sup>350</sup> Idem, p.1.

<sup>351</sup> *Folha do Norte*, Belém, 02 de junho de 1921, p.1.

estariam atrapalhando um serviço destinado ao bem público. Estes jornais, de acordo com a *Folha do Norte* pouco se importariam com a sociedade, desejando apenas atender aos seus interesses individuais. Desse modo, suas críticas não teriam outra motivação se não uma oposição política. De fato, tanto o *Estado do Pará*, como *A Palavra* estavam se consolidando como jornais de oposição ao governo de Sousa Castro, todavia também consideramos que os atritos com o chefe da profilaxia rural, demonstram como a intervenção do governo federal na saúde pública foi um processo conflituoso, em que os poderes locais algumas vezes entraram em choque com a autoridade federal, representada por um médico que nem ao menos era paraense.

Estes atritos ficam evidentes nos artigos satíricos publicados no *Estado do Pará* e assinados por Jacinto Leite. No artigo *O Conde e o Barbeiro*, Jacinto Leite cria uma imagem caricatural de Sousa Araújo, apontando que desde que o “Conde chegou por estas terras, o seu nariz, o seu constantinoplico e sensível nariz” vinha farejando “as coisas, os cantos, as cadeiras, as ruas, como se tudo fedesse”. Indo cortar o cabelo teria indagado ao barbeiro “então o sr. não sabia que tivera a honra de cortar o cabelo ao grande Heráclides de Sousa Araújo?”, o barbeiro respondeu “que era a primeira vez que ouvira falar desse nome”, o conde teria então saído “em busca do seu padrinho na imprensa – o panfletário ‘Maranhão Tracuí’”.<sup>352</sup> Em outro artigo intitulado *A Jettatura do conde*, Sousa Araújo era retratado como uma pessoa azarada, que atraía má sorte. Segundo Jacinto Leite o médico possuía “uma jettatura diabólico” que perseguia “os humildes e não deixa tratar os pobres e infelizes morféticos”. Acrescentava também que o Pará depois de ter lutado “com a baixa da borracha, com a influência do câmbio, com as consequências da guerra, cae-lhe este raio em cima e toca a encapoeirar, a azarar, a urucubacar, a lançar sua influência maléfica de panema”.<sup>353</sup>

Um artigo, sem assinatura, publicado no jornal *A Palavra* segue o mesmo tom crítico ao chefe da profilaxia rural, segundo ele “raia pelo ridículo o gesto do Dr. Heráclides Souza e seus companheiros, condenando sem o menor exame o método therapeutico do leprólogo colombiano e multando-o a pretexto de exercício ilegal da medicina”. Enquanto isso existia na cidade “uma turbamulta de curandeiros, reles e encartolados, que vivem em santa paz”. O articulista também apontava que a *Folha do Norte* “sencerimoniosamente deprimindo hoje o Dr. Cortez, quando há poucos dias o endeusara, chamando-o de ilustre clínico, afirmando maravilhosa a cura da lepra”.<sup>354</sup>

<sup>352</sup>*Estado do Pará*, Belém, 03 de julho de 1921, p.1.

<sup>353</sup>*Estado do Pará*, Belém, 04 de julho de 1921,p.1.

<sup>354</sup>*A Palavra*, Belém, 03 de julho de 1921,p.1.

Defendendo-se das críticas a *Folha do Norte* publicou um artigo, sem assinatura, que afirmava uma tentativa de “sustentar uma suposta incoerência na opinião deste jornal, que ontem reconhecia os méritos no senhor Cortez para hoje negar a este qualquer parcela de merecimento”. Segundo o articulista, na ocasião que se ofereceu a oportunidade para o sr. Mamerto provar “não para repórteres leigos em medicina, mas a homens habilitados na arte de cura” que o seu tratamento da lepra era eficaz “eis que se dismantela o monumento que ele, com a ajuda da imprensa, começara a erigir na opinião pública”. O articulista aponta que pediram-lhe o diploma de médico mas “esquecera-o na Colômbia”, pedem-lhe as observações clínicas, todavia “não mostra cousa alguma nesse sentido, exibindo apenas uma caderneta de notas deficientíssimas”, indagam sobre a natureza dos medicamentos mas “não podia divulgá-los, pois eram secretas”. Por tudo isso o articulista indagava como a *Folha do Norte* poderia dar “ao sr. Cortez o credito anterior que ele próprio se encarregara de destruir?”.

Como vimos anteriormente quando o governo do Pará assinou o contrato com o governo federal para que o saneamento rural fosse realizado ficava obrigado a reconhecer todas as leis sanitárias da autoridade federal, deste modo, a fiscalização do exercício ilegal da medicina foi ampliada. A *Folha do Norte* inclusive publicava a relação dos médicos que já haviam registrado o seu diploma.<sup>355</sup> Desse modo, na perspectiva do jornal se Mamerto Cortez não tinha diploma de médico e ainda possuía formulas secretas não merecia crédito e o chefe da profilaxia rural teria agido de forma correta ao puni-lo.

A polêmica da cura da lepra ganhou um novo capítulo quando o Dr. Camilo Salgado, vice-diretor e um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Pará, anunciou que tratou um leproso com “assacu-rana” e obteve resultados positivos. Segundo o artigo da *Folha do Norte*, sem assinatura, o Dr. Camilo Salgado, “em 1 ano e 8 meses de importantes observações” conseguiu “a cura radical das lesões cutâneas de um doente atacado de lepra mista”. O doente se tratava de uma criança, Manoel Crispim Monteiro, residente na vila de Mosqueiro e levado pelo advogado Dr. Pedro Chermont de Miranda até o Dr. Camilo Salgado. O menino teria melhorado sensivelmente com “o uso de uma tintura do ‘assacú-rana’ (*Erythrina glauca*), preparado pelo próprio Dr. Miranda”. Interessado com as significativas melhoras do menino, “em fins de outubro de 1919, o Dr. Salgado teve-o sob o seu tratamento, daquela data em diante”. O médico continuou aplicando a tintura de assacú-rana, “alterando-lhe as doses, ora para mais ora para menos, até chegar ao ponto em que a fixou presentemente”.<sup>356</sup>

<sup>355</sup>Ver por exemplo, *Folha do Norte*, Belém, 24 de julho de 1921, p.1.

<sup>356</sup>*Folha do Norte*, Belém, 24 de julho de 1921, p.1.

Segundo o artigo, depois de observar melhoras e pioras “no longo período do tratamento” o Dr. Camilo Salgado verificou que “pela modificação mais perfeita que fizera na dose da medicação, a presença do bacilo ia diminuindo consideravelmente” até que na última quarta-feira o exame bacteriológico “foi totalmente negativo”. Desse modo, Manoel Crispim Monteiro, seria levado pelo médico “à Comissão de Profilaxia Rural, esperando o Dr. Salgado que ela lhe apresente um doente de sua exclusiva escolha, cujo tratamento faria sob as vistas da mesma Comissão”. O artigo também ressaltava que o médico em um período de “seis meses ou pouco mais” não mandaria manipular “o prodigioso específico da lepra, reservando-o para novas experiências e um entendimento com a Comissão de Profilaxia Rural”.<sup>357</sup>

No dia seguinte a publicação da *Folha do Norte*, o *Estado do Pará*, publicou um artigo intitulado *A cura da lepra pelo assacú*, em que apontava que o Dr. Camilo Salgado “obtem resultado positivo do emprego daquele vegetal na cura do mal de Hansen” e afirmando a eficácia do seu método “o ilustre clínico paraense exige o ‘controle’ da Comissão de Profilaxia Rural”. A seguir era transcrito o artigo publicado na *Folha do Norte* que serviria para atestar essas informações.<sup>358</sup>

A *Folha do Norte*, prontamente repreendeu esta publicação, segundo o articulista, que não assina, ocorreu uma “evidente deturpação ao registro deste jornal” que não teria afirmado uma cura da lepra por meio do assacú, mas sim pelo assacú-rana. O articulista enfatizava que eram espécies vegetais diferentes, a primeira intitulada *Hura crepitans* e a segunda *Erythrina glauca*, ressaltava também que os resultados do Dr. Camilo Salgado “nada tem com o verdadeiro assacú, o pleno sucesso delas resultou do emprego do assacú falso, que só se assemelha aquele na árvore”. Além disso, o articulista apontava que o Dr. Camilo Salgado “que vem consagrar ainda mais o seu conceituado nome nessa recente descoberta” não comunicou a ninguém “um suposto desejo em exigir o controle da Comissão benemérita, encarregada de missão muito nobre entre nós”, desse modo o que o médico desejava era “demonstrar praticamente a Comissão tudo o que conseguiu nos estudos a que se devotou afincadamente”.<sup>359</sup>

Tanto os artigos do *Estado do Pará* como da *Folha do Norte* denotam o respeito e a força que tinha a figura de Camilo Salgado, palavras como “ilustre médico”, “conceituado”, “humanitário” eram constantemente utilizadas pela imprensa para se referir ao médico. Miranda e Abreu Júnior destacam que Camilo Salgado nunca precisou da faculdade de

---

<sup>357</sup> Idem, p.1.

<sup>358</sup> *Estado do Pará*, Belém, 25 de julho de 1921, p.1.

<sup>359</sup> *Folha do Norte*, Belém, 26 de julho de 1921, p.1.



medicina para obter popularidade, na visão dos autores ele era muito maior do que esta e internamente era muito respeitado entre os acadêmicos e professores.<sup>360</sup> De fato, Camilo Salgado tornou-se não apenas um mito na medicina paraense, mas também um dos santos populares de Belém. Costa destaca que o médico teria sido muito zeloso com as pessoas que necessitavam de seus serviços, sobretudo as mais pobres, ganhando assim a sua admiração e respeito, segundo o autor, não é simples indicar com precisão quando o médico se transformou em um santo popular, mas é inegável que a bondade atribuída a ele não ia ser apagada da memória popular.<sup>361</sup>

Na polêmica sobre o assacú, o *Estado do Pará* tentou utilizar a notoriedade de Camilo Salgado para legitimar o emprego do assacú na cura da lepra, o que evidenciaria que Mamerto Cortez estava correto e que o chefe da profilaxia rural teria agido de forma autoritária. Quando a *Folha do Norte* critica esta postura deseja não apenas pontuar que Camilo Salgado usa uma espécie vegetal diferente, mas também deseja desvincular os métodos de Camilo Salgado aos utilizados por Mamerto Cortez, já que o mesmo era visto pelo jornal como um charlatão. Além disso, a *Folha do Norte* tenta evitar atritos entre Camilo Salgado e a comissão de profilaxia rural, enfatizando o respeito que o médico tinha a esta comissão.

O próprio Camilo Salgado utilizou as páginas da *Folha do Norte* para pontuar que “se formou um ruído injustificável em face da revelação da minha experiência”, segundo o médico, “se quer aproveitar o meu nome como elemento de adesão á despropositada oposição movida impatrioticamente contra a digna Comissão de Profilaxia Rural”. Camilo Salgado enfatizava que merecem “confiança e acatamento os ilustrados colegas que a dirigem e á cooperação deles vou recorrer no prosseguimento das minhas observações, sem exigências que não posso nutrir, crente apenas no muito que me auxiliarão”.<sup>362</sup> Posteriormente, os alunos e professores da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará também defenderam Camilo Salgado por meio da revista *A Semana*, o que para Miranda e Abreu Júnior exemplifica a devoção que surgiu em torno dele.<sup>363</sup>

A polêmica em torno da cura da lepra nos ajuda a pensar como determinadas terapêuticas que eram utilizadas na medicina popular eram incorporadas pelos médicos,

<sup>360</sup>MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação a federalização (1919-1950)*. Belém, FADESP, 2009, p.396.

<sup>361</sup>COSTA, Éden Moraes da. De médico a santo popular: a devoção ao Doutor Camilo Salgado em Belém do Pará. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. V, nº 2, Belém, 2010, p.53.

<sup>362</sup>*Folha do Norte*, Belém, 27 de julho de 1921, p.1.

<sup>363</sup>MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação a federalização (1919-1950)*. Belém, FADESP, 2009, p.397.

existindo entre essas duas práticas tensões e trocas de saberes. De fato, como aponta Figueiredo, uma das questões que sempre vinham a público no final do século XIX, era a acusação de que os médicos, formados nas faculdades, utilizavam-se, havia tempos, das mesmas receitas ministradas pelos pajés.<sup>364</sup> Sobre o assacú, Jairo Silva destaca que a planta era uma velha conhecida da população paraense, em 1848, por exemplo, gerou grande repercussão a notícia da cura de um leproso pelo assacú, o enfermo que morava em Santarém atribuiu a cura a uma índia. O fato repercutiu pelo país inteiro, o assacú foi inclusive analisado pela Academia Nacional de Medicina, todavia seus efeitos curativos não foram comprovados.<sup>365</sup>

Cabe destacar que o novo anúncio de que assacú poderia curar a lepra também ganhou projeção nacional, o jornal carioca *Correio da Manhã* chegou inclusive a publicar alguns artigos sobre a questão.<sup>366</sup> Diante de um debate tão intenso em torno da cura da lepra, o Dr. Heráclides de Sousa Araújo resolveu utilizar as páginas da *Folha do Norte* para publicar uma série de artigos sobre o tratamento e profilaxia da doença.<sup>367</sup> Sousa-Araújo possuía um grande interesse no estudo da lepra e das doenças venéreas. Em 1913, quando foi para o Rio de Janeiro onde, ao mesmo tempo, ingressou na faculdade de medicina, e no Curso de Aplicação, do Instituto Oswaldo Cruz, teve como um dos professores deste curso Adolpho Lutz, que era um grande estudioso do problema da lepra, tendo inclusive, dirigido os serviços de assistência e profilaxia da lepra no Havaí, de 1889 e 1892.<sup>368</sup>

A aproximação entre Sousa-Araújo e Lutz tornou-se intensa e o interesse do primeiro com a temática da lepra o levou a Universidade de Berlim para se especializar em dermatologia, escrevendo um trabalho sobre a lepra no Brasil. No ano de 1915 voltou ao Brasil e formou-se em medicina com defesa de tese sobre o *Granuloma Venéreo*. Além disso, Sousa Araújo também realizou um estágio no Hospital dos Lázaros com Fernando Terra, professor de dermasifilografia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diretor do Hospital dos Lázaros e responsável pela enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, que

<sup>364</sup>FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950)*. Belém: EDUFPA, 2008, p.132

<sup>365</sup>SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas (1889-1925)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.157.

<sup>366</sup>Ver o *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, nos dias 14 de junho de 1921, p.3; 17 de junho de 1921, p.3; 21 de junho de 1921, p.2 e 04 de outubro de 1922, p.3.

<sup>367</sup>Estes artigos foram reunidos e deram origem ao livro *A lepra: modernos estudos sobre o seu tratamento e prophylaxia, propaganda sanitária*. Departamento Nacional de Saúde Pública, Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural no Estado do Pará. Belém: Typ do Instituto Lauro Sodré, 1923, 102p.

<sup>368</sup>MACIEL, Laurinda R. *“Em proveito dos sãos perde o lazáro a liberdade” – Uma história das políticas públicas de combate a lepra no Brasil (1941-1962)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p.46.

naquele momento também era um importante espaço de discussão sobre a lepra.<sup>369</sup> Em 1916, Sousa Araújo organizou uma expedição para contabilizar o número de doentes acometidos pela lepra no Paraná, bem como elaborou ações profiláticas para o controle dessa doença, que acabaram tornando-se parte do Regulamento do Serviço de Profilaxia Rural Paranaense, em 1918 o médico se tornaria chefe do serviço de profilaxia rural daquele estado por indicação de Carlos Chagas, permanecendo na chefia deste serviço até 1921, quando pediu transferência para chefiar o mesmo serviço no Pará.<sup>370</sup>

Considerando que o médico Sousa-Araújo estava construindo uma carreira baseada no estudo das doenças venéreas e especialmente da lepra, pode-se pensar que foi o interesse na última que o trouxe ao Pará, já que como aponta Maciel a lepra estava disseminada especialmente na Amazônia.<sup>371</sup> Voltando a questão do assacú é interessante notar como o médico diante da polêmica começa a publicar uma série de artigos sobre a lepra na *Folha do Norte*. Novamente percebemos a imprensa como um espaço em que intelectuais debatem ideias e tentam por meio do convencimento construir uma determinada hegemonia.

Em um dos artigos publicados na *Folha do Norte*, Sousa Araújo discorria sobre as várias tentativas de cura da lepra, segundo o médico “os especialistas, os beneméritos pesquisadores de toda a parte, não se tem descuidado deste magno problema – a cura da lepra”. Segundo declarou o médico desde que chegou ao Pará se tem falado sobre a cura da lepra por meio de derivados do assacú e do assacú-rana, entretanto “até hoje os interessados em verificar a sua ação curativa ainda não me facultaram conhecer nem experimentar os referidos produtos”. O médico destacava que resolveu “mandar extrair o produto ativo de ambas as plantas” pelo químico do Serviço de Profilaxia Rural e somente “após eu mesmo verificar in vitro, em cultura de germens do bacilo da lepra, se eles tem ou não verdadeiramente especificidade”, poderia decidir sobre sua eficácia. Todavia, Sousa-Araújo destacava que “atualmente é reconhecido como único específico eficaz no tratamento da lepra o óleo de chaulmoogra”. Posteriormente, Sousa Araújo informaria que tanto o assacú como o assacú-rana eram ineficazes no tratamento da lepra, sendo a casca do primeiro bastante tóxica.<sup>372</sup>

---

<sup>369</sup> Idem, p.46.

<sup>370</sup> MILÉO, Clarisse Cobe. *Sousa-Araújo e o sanitarismo: a trajetória de um médico (1912-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p.28.

<sup>371</sup> MACIEL, Op.Cit, p.49.

<sup>372</sup> ARAÚJO, Heráclides César de Souza. *A profilaxia da lepra e das doenças venéreas no Estado do Pará*. Belém: Livraria Clássica, 1922, p.56.

Para defender-se das críticas que recebera, Sousa Araújo aponta um desinteresse por parte dos indivíduos que deveriam colocar o assacú ou assacú-rana á sua disposição para que fossem realizadas experimentações. Analisando os artigos anteriormente expostos, dificilmente fica evidenciado esse desinteresse tanto de Mamerto Cortez como de Camilo Salgado. De modo geral, o que essa questão evidencia é que a terapêutica da lepra estava em constante debate, sendo fruto de embates científicos, experimentação, adequação da terapêutica a região em que era aplicada, estando longe de se resumir ao óleo de chaulmoogra.<sup>373</sup>

Letícia Souza destaca que a busca de várias terapêuticas para a lepra, abre espaço para a reflexão em torno das controvérsias e disputas do período acerca dessa doença. Ao mesmo tempo, tem-se a percepção de que as medidas de controle da lepra realizadas no país não foram escolhas naturais diante de certo conhecimento científico acumulado, mas foram resultado de escolhas de grupos, métodos, teorias, e formas de intervenção na realidade nacional. Desse modo, para a autora os cientistas brasileiros tiveram um papel ativo nos processos de adoção e adaptação de conhecimentos, criando novos saberes e práticas em relação a lepra. Um exemplo disso foram os vários experimentos realizados com a “sapucainha” (*Carpotroche brasiliensis*), uma planta da flora brasileira que os cientistas acreditavam ter o mesmo efeito da chaulmoogra no tratamento da lepra.<sup>374</sup>

A Comissão de Profilaxia Rural estava responsável pela criação de um novo leprosário, o que estava previsto no acordo entre o governo federal e o governo do Pará. Este fato também nos ajuda a entender porque os debates em torno da cura da lepra foram tão acirrados. O contrato para construção do novo leprosário previa que o governo estadual contribuiria com duzentos contos de réis e o governo federal se comprometia “com a maior urgência possível” a construir o leprosário “sem outro auxílio do Estado, assumindo a respeito compromisso formal”.<sup>375</sup> A construção de um novo leprosário era uma demanda que já aparecia desde a década de 1910, o Pará já possuía o leprosário do Tucunduba, criado no

---

<sup>373</sup>A utilização do óleo de chaulmoogra foi observada inicialmente nas sociedades hindus. No século XIX, quando o Império Britânico dominava a Índia, este conhecimento foi traduzido e difundido para o Ocidente, se afirmando internacionalmente como o método mais eficaz de tratamento da doença. SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; SOUZA, Letícia Pumar Alves de; SIANI, Antônio Carlos. O óleo de chaulmoogra como conhecimento científico: a construção de uma terapêutica antileprótica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan.-mar. 2008, p.32.

<sup>374</sup>SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *Sentidos de um “país tropical”: a lepra e a chaulmoogra brasileira*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009, p.110.

<sup>375</sup>Acordo com o Estado do Pará. In: ARAÚJO, Heráclides Cesar de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922, p.24.

início do século XIX, entretanto este parecia deficiente e cheio de problemas. Em 1920, o governador Lauro Sodré chegou a lançar a pedra fundamental para a construção de um novo leprosário, todavia o mesmo jamais foi inaugurado.<sup>376</sup>

Cabe destacar que em 1920 foi criada a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, os estados poderiam fazer acordos com a Inspetoria, que forneceria orientação técnica e os fiscalizaria, mas os trabalhos de profilaxia seriam realizados pelos serviços federais de profilaxia rural instalados nos estados.<sup>377</sup> Foi dentro desse contexto que o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará atuou no combate as doenças venéreas e a lepra a partir de 1921. Couto e Amador apontam que o serviço de profilaxia das doenças venéreas organizado por Sousa Araújo tinha como foco a fiscalização sanitária da prostituição e se assemelhava à experiência implantada pelo médico no Paraná com o registro das prostitutas em cadernetas de identificação, atendimento gratuito aos indigentes, exame semanal das prostitutas, tratamento compulsório das doentes, multas às prostitutas que faltassem ao tratamento, intervenção policial para impedir que as meretrizes doentes continuassem exercendo seu ofício, dentre outros.<sup>378</sup>

Um das principais ações para a profilaxia da lepra era a construção de um novo leprosário, o que não ocorreu sem dificuldades. Segundo o governador Sousa Castro os grandes embaraços de sua administração para fornecer a verba de 200 contos de réis para a instalação do novo leprosário levaram a ideia “de aproveitar a área e as construções do antigo Instituto do Prata, situado no ramal da E.F. de Bragança”. Desse modo, segundo o governador, o Instituto do Prata foi transferido “no seu conjunto ao domínio federal” pelo preço ajustado de 300 contos de réis, sendo 200 contos “a importância da contribuição a que estava sujeito este estado” e 100 contos “que foram pagos a 15 de maio do ano corrente”. Todavia o governador destacava que o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural considerou que o leprosário demandava “maior quantidade de terreno”, sendo necessário fazer acordos com os moradores da Colônia do Prata, onde estava localizado o Instituto, para que mediante indenização abandonassem a colônia.<sup>379</sup>

---

<sup>376</sup>ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. A História do Asilo do Tucunduba. *Jornal do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará*, ano XII, n. 78, mai/jun de 2009, Belém, p.5. Ver também: HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez.2012, pp.153-177.

<sup>377</sup>HOCHMAN, Op.Cit, p.185.

<sup>378</sup>HENRIQUE, Márcio Couto; AMADOR, Luiza Helena Miranda. Da *Belle Époque* à cidade do vício: o combate à sífilis em Belém do Pará, 1921-1924. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.366.

<sup>379</sup>Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, a 7 de setembro de 1923 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro. Pará: Typ. da Imprensa Official do Estado, 1923, pp.51-52.

A mensagem do governador do Estado evidencia as dificuldades financeiras para que o estado do Pará pudesse cumprir sua parte no acordo com o governo federal, o que por fim foi solucionado com a transferência do Instituto do Prata para União. Todavia o que a mensagem do governador não evidencia são os conflitos para a instalação do leprosário já que os moradores da Colônia do Prata precisaram abandonar suas terras. Mesmo que estes indivíduos fossem indenizados, podemos imaginar o impacto que isto gerou em suas vidas, pelo tempo que moravam no lugar e pelas redes de sociabilidade que foram construídas ali. Além disso, não podemos esquecer-nos do estigma social da lepra, certamente os moradores da colônia não estavam satisfeitos que a região se transformasse em uma zona de leproso.

Por todas essas questões um grupo de moradores chegou a enviar um telegrama para a esposa do então presidente Epitácio Pessoa. Segundo o telegrama, consternados com a notícia da implantação do leprosário “em nome de milhares de colonos aqui residentes imploramos augusta valiosa intervenção V. Excia” a fim de evitar “tamanha desgraça que nos obriga a abandonar nossas colônias haveres”. Os moradores argumentavam que “muitas ilhas temos onde pode estabelecer o leprosário” e esperavam que com esse apelo Epitácio Pessoa “nos protegerá e livrará semelhante vexame”.<sup>380</sup> O padre Callado, que foi acusado de provocar agitações entre os moradores, também se recusou a entregar as chaves da Igreja de Santo Antônio, o sacerdote chegou inclusive a acusar o guarda-chefe do Prata de tomar a força a chave da igreja “ameaçando o sacerdote e proferindo impropérios”. O Dr. Sousa Araújo repreendia essas acusações, afirmando que a igreja de Santo Antônio pertencia ao Instituto do Prata “adquirido pela União, sendo agora o governo do Estado obrigado a entregá-lo livre de ocupantes, indenizando todos os moradores que abandonaram a povoação.”<sup>381</sup>

Os deputados Alfredo Chaves e Augusto Meira, ambos formados em Direito, também se opuseram a instalação do leprosário no Instituto do Prata, segundo Meira “instalar o leprosário no Prata é um verdadeiro crime”, para o deputado o Prata era um lugar de onde partiam um grande número de regatos, desse modo, “fazer desses regatos banheiros de leproso, é querer contaminar toda a população e não haverá quem queira habitar nas proximidades desse lugar”. Alfredo Chaves, admitia que não tinha formação de médico, mas que a pequena leitura que fez do assunto o convencia que “a instalação do leprosário melhor ficaria numa ilha”, no Prata é que não poderia ser já que “é o caso de toda a população de

---

<sup>380</sup> ARAÚJO, Heráclides Cesar de Sousa. *Lazaropolis do Prata: a primeira colônia agrícola de leproso fundada no Brasil*. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1924, p.26.

<sup>381</sup> Idem, p.53.

Igarapé-Assu desertar de lá, no Prata já toda a população esta morrendo a mingua, como também em Timboteua”.<sup>382</sup>

Sousa Araújo rebatia essas críticas, segundo o médico ilhas próximas de Belém como Caratuatua, Cotijuba e Onças não comportariam “uma colônia agrícola com lotação para 2.000 leprosos, que é a que necessita com máxima urgência o Estado do Pará”. O médico destacava que os moradores de Igarapé-Assú nada tinham a temer já que a Colônia do Prata estava situada a 21 km de daquela vila e os doentes “seguirão em vagões especiais diretamente de Belém ao Prata”. Defendendo a escolha do local, Sousa Araújo apontava que a colônia do Prata era senão salubre ao menos facilmente saneável e estava em zona de fácil abastecimento de gêneros alimentícios, além disso, possuía um estabelecimento agrícola modelo com vários pavilhões muito bem construídos e tinha bastante terreno apropriado para atividades agrícolas, possuindo uma ótima infra-estrutura estava “em condições de receber imediatamente 400 leprosos”.<sup>383</sup>

Foucault aponta que durante o século XVIII a medicina urbana analisava os locais de acúmulo e amontoamento que poderiam provocar doenças e difundir epidemias, neste contexto os cemitérios emigram para a periferia da cidade.<sup>384</sup> Mas não só os cemitérios estavam nas periferias, os leprosários também, exemplo disso é que o Tucunduba estava bem afastado do centro de Belém, no que hoje seria o bairro do Guamá. Os “indesejáveis” deveriam ficar o mais longe possível, é esta distância que os moradores da Colônia do Prata e os deputados Alfredo Chaves e Augusto Meira queriam manter. Quando Sousa Araújo contrapõem esses argumentos, não o faz para deixar os leprosos mais perto, e sim porque o governo do Pará não tinha recursos para cumprir com sua parte no contrato com a União, vender e adaptar o Instituto do Prata seria a melhor forma de garantir a instalação de um novo leprosário, caso não fosse assim, esse projeto poderia se arrastar por anos. Além disso, a intenção de Sousa Araújo era instalar uma colônia agrícola, a fim de que os doentes não acarretassem muitas despesas, e o Prata possuía as condições ideais para isso.

Mesmo num processo conflituoso de instalação, o Lazarópolis do Prata foi inaugurado oficialmente em 24 de junho de 1924. *A Folha do Norte* publicou um extenso artigo sobre o assunto. Segundo o articulista do jornal, que não assinava o texto, “com um estabelecimento moderno, dotado das mais completas e modernas instalações higienicas, está inaugurado e

---

<sup>382</sup> Ibidem, p.29.

<sup>383</sup> ARAÚJO, Heráclides Cesar de Sousa. *Lazaropolis do Prata: a primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil*. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1924, p.27.

<sup>384</sup> FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.89.

funcionando com 320 doentes a primeira colônia agrícola de leprosos no Brasil”. O articulista destacava que o Dr. Sousa Araújo ao declarar instalado o lazareto, “afirmou emocionado, que considerava esse ato o mais feliz de seus ideais que, na sua vida profissional, havia realizado”. Para o articulista da *Folha do Norte* o chefe da profilaxia rural possuía “a força de um ideal superior” e o “patriotismo de apóstolo da ciência”, deixando “neste Estado e ao Brasil o atestado eloquente do seu devotado amor a grandiosa obra do saneamento”.<sup>385</sup>

Descrevendo a estrutura do lazareto, o articulista afirmava que “o Antigo Instituto da Infância Desvalida em Santo Antônio do Prata e que até pouco tempo serviu como Colônia Correccional” se transformou “na mais bela obra de caridade pública, possui cinco vastos pavilhões, além de uma igreja e inúmeras casinhas destinadas ao abrigo de famílias leprosas”. Além de destacar os discursos de Sousa Araújo e Sousa Castro na inauguração, o articulista apontava que o doente Samuel Manoel de Jesus falou em nome “de seus companheiros de infortúnio”, fazendo “apologia do lazareto isolado, bendizendo o gesto altruístico do Dr. Sousa Araújo, que era para eles um segundo pai, da gratidão de todos os leprosos que se acham sob as vistas do Serviço de Profilaxia ao diretor que os estima tanto”. O articulista finalizava observando que no asilo do Tucunduba ficaram apenas alguns doentes, cujo estado bastante grave não permitiu fossem transportados para o Prata e que a direção do lazareto foi confiada ao Dr. Amaro Damasceno.<sup>386</sup>

Pelo que foi veiculado na imprensa percebemos novamente a ideia do saneamento como uma missão patriótica, uma obra que se prestava ao Brasil. A importância desse evento, segundo a *Folha do Norte*, era tão grande que chegava a emocionar Sousa Araújo. Além disso, os doentes também reconheceriam a importância dessa obra, sendo a tal ponto gratos que viam no chefe da profilaxia rural um “segundo pai”. Mesmo levando em conta esses aspectos não podemos esquecer que o jornal *Folha do Norte* como elemento formador da opinião pública, desejava convencer a sociedade da importância do lazareto e dos bons serviços prestados pelo chefe da profilaxia rural.

Desse modo, devemos problematizar o discurso da *Folha do Norte* e lembrar que o lazareto do Prata possuía diversas ações coercitivas e representava a restrição da liberdade de certos indivíduos em nome da saúde pública. De fato, como enfatizou Foucault, o hospital se tornou um local de exercício de poder, onde observar, diagnosticar e corrigir são procedimentos exclusivos ao médico, um profissional capaz de intervir sobre os indivíduos.<sup>387</sup>

---

<sup>385</sup>Folha do Norte, Belém, 26 de junho de 1924,p.1

<sup>386</sup>Idem, p.1.

<sup>387</sup>FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clinica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.



Assim sendo, por meio do discurso médico e do poder a ele conferido foi legitimado o isolamento de certos indivíduos como o melhor meio profilático no combate a lepra. Cabe ressaltar que os modos de transmissão da doença ainda eram imprecisos, além do contágio, da hereditariedade, alguns médicos defendiam que a doença poderia ser transmitida por mosquitos. Segundo Sousa Araújo a transmissão da lepra se dava por “contágio direto ou por transmissão de um vetor, provavelmente hematófago”<sup>388</sup>.

Diante das incertezas sobre a forma de transmissão da doença, do seu perigo de contágio e do estigma social atribuído a ela, o isolacionismo afirmou-se com muita força. Maciel destaca que a partir de 1920, com a criação de um regulamento sanitário para a Inspetoria da Lepra e das Doenças Venéreas, o isolamento dos doentes se tornaria oficialmente a principal medida profilática adotada pelo governo. Dentro deste contexto, a autora ressalta, que a União construiu o “Lazarapólis do Prata” no Pará, o “Leprosário São Roque”, em 1926, no Paraná, e o “Hospital Colônia Curupaity”, no Distrito Federal, em 1929.<sup>389</sup> Acrescentamos também a criação da “Leprosaria de Paricatuba” no Amazonas, em 1925, com recursos federais e com o apoio da sociedade amazonense, através de doações e promoções.<sup>390</sup>

Pouco tempo depois da inauguração do leprosário, o Dr. Sousa Araújo pediu exoneração do cargo de chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Pará. Segundo carta do médico publicada na *Folha do Norte* “a fim de empreender uma viagem de estudos nos Estados Unidos da América do Norte”<sup>391</sup>. Talvez a viagem aos Estados Unidos se tratasse de algo maior, Maciel não faz referência a esta viagem, mas aponta que um mês após retornar ao Rio de Janeiro Sousa-Araújo partiu em uma missão do Instituto Oswaldo Cruz e do Conselho Sanitário Internacional, da Fundação Rockefeller, encarregado de percorrer os cinco continentes e observar a profilaxia da lepra em diversos países.<sup>392</sup> Depois da exoneração de Sousa-Araújo, o médico João Alfredo Auzier Bentes chegou a ser nomeado para chefiar a profilaxia rural no Estado, no entanto quem assumiu o cargo efetivamente foi o médico Jayme Aben-Athar.<sup>393</sup> Era uma nova fase do saneamento rural no Pará que estava começando.

<sup>388</sup> *Folha do Norte*, Belém, 04 de julho de 1921, p.1.

<sup>389</sup> MACIEL, Op.Cit, pp.40-41.

<sup>390</sup> SCHWEICKARDT, Op.Cit, pp.356-358.

<sup>391</sup> *Folha do Norte*, Belém, 28 de junho de 1924, p.1.

<sup>392</sup> Posteriormente Sousa Araújo se tornaria um dos maiores leprólogos do Brasil. MACIEL, Op.Cit, p.54

<sup>393</sup> Nasceu na cidade de Gurupá, no Pará, em 1883, mas ainda criança veio para Belém. Completou os estudos no Lyceu Paraense, hoje Colégio Paes de Carvalho. Em 1902 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda acadêmico, entrou no Instituto de Manguinhos, então dirigido por Oswaldo Cruz e na qualidade de auxiliar-acadêmico, participou ativamente da campanha contra a Febre Amarela. Formou-se em 1907, retornando a Belém no mesmo ano, onde iniciou suas atividades clínicas e de pesquisa em seu laboratório

## Considerações Finais

A partir da década de 1910 configurou-se um movimento de caráter nacionalista pelo saneamento rural ou saneamento dos sertões que denunciava que a maior parte da população brasileira estava abandonada e doente e que o Brasil não passava de um imenso hospital. Para o movimento o problema do país não era uma questão racial, mas sim de profilaxia rural. Desse modo, por meio da medicina era possível regenerar o homem abatido pelas doenças e incorporá-lo a civilização por meio da higiene, o Jeca-Tatu não estava condenado, muito menos o futuro da nação.

A imprensa foi um importante espaço de debate das ideias sanitaristas, por meio dela médicos e diversos outros intelectuais, escreviam sobre o tema e tentavam convencer as autoridades políticas de que o saneamento rural era indispensável para o progresso do Brasil. Nos jornais paraenses encontramos vários artigos engajados nesse movimento, em que se apontavam como diversas doenças, especialmente o paludismo, comprometiam a força produtiva do estado e ameaçavam seu desenvolvimento. Em meio a esses debates o governador Lauro Sodré implantou a Inspeção de Profilaxia do Paludismo, que mesmo com suas limitações, forneceu bases importantes para os serviços de saneamento rural que seriam implantados posteriormente. Além disso, a instalação da Inspeção, em plena crise da borracha e apenas com recursos estaduais, nos ajudam a pensar como Belém apesar de enfrentar uma grave crise financeira, estava longe de ser uma cidade morta e estática, pelo contrário, era viva, dinâmica, tentava se reinventar e encontrar soluções para crise, sendo o saneamento e a profilaxia rural um desses caminhos.

Para Hochman, Melo e Santos, o movimento sanitarista possuía um forte componente ideológico, associando nacionalismo, processo civilizador e saúde pública. Os autores também destacam que do ponto de vista médico sanitário, o problema das endemias rurais não foi superado, todavia as estruturas organizacionais e profissionais que se formaram com as ações de profilaxia rural constituíram o processo de formação da autoridade pública no Brasil e legaram ao período posterior as bases para uma política nacional de saúde.<sup>394</sup> De fato, o movimento sanitarista não conseguiu a implantação de um Ministério da Saúde Pública, todavia conseguiu a criação de um Departamento Nacional de Saúde Pública, onde os estados poderiam fazer acordos com a União para que o saneamento rural fosse realizado. Para a

---

particular. Em 1921 tornou-se diretor do Instituto de Higiene de Belém e posteriormente chefe da profilaxia rural. MEIRA, Clóvis. *Médicos de Outrora no Pará: biografias*. Belém: Grafisa, 1986, p.151.

<sup>394</sup>HOCHMAN, Gilberto; MELO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, suplemento, 2002, p.243.

realização desses serviços a União forneceria ajuda financeira e ainda daria aos estados prazos flexíveis para o pagamento de sua parte no acordo. Foi por meio dessas reformas que o governo do Pará conseguiu fazer um acordo com a União e instalar o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no estado a partir de 1921.

Fazendo uma análise da distribuição desses serviços percebemos que ao menos no que diz respeito ao período de 1921 a 1924, as ações estiveram concentradas em Belém e na região da Estrada de Ferro de Bragança onde foram criados os primeiros postos sanitários, em contrapartida, a maior parte dos municípios recebeu apenas a visita de comissões ambulantes, que os próprios médicos reconheciam ser um serviço bastante limitado. Isso evidencia os desafios para sanear um estado com proporções tão grandes e que apresentava o constante desafio de uma geografia peculiar, permeada de rios e florestas, a modernidade na selva não se faria de maneira fácil.

Em mensagem de 1923, o governador Sousa Castro apontava que as moléstias que mais grassavam no obituário do Pará eram: a tuberculose, o impaludismo e as gastro-enterites da infância. Assim sendo, mesmo com a implantação dos serviços de profilaxia rural o impaludismo continuava sendo uma das principais moléstias no estado. Segundo o governador do estado, no segundo semestre de 1922 ocorreram 159 óbitos por paludismo e no primeiro semestre de 1923, 182 óbitos.<sup>395</sup> Todavia, predominou em 1923 a terçã benigna, diferente do primeiro ano de atividade do serviço de profilaxia rural em que predominou a terçã maligna<sup>396</sup>. Como esta última é a forma mais grave da doença, podemos considerar este fato um avanço proporcionado pela profilaxia rural.

Com relação às verminoses, em 1923 a infecção geral ainda atingia a 97,7% da população, pois das pessoas examinadas 25.079 estavam infectadas por um ou mais vermes, a infecção mais comum foi a Ascaridíase atingindo 88,7% da população. O Dr. Sousa Araújo informava em relatório ao governador do estado, que os opilados tratados em média três vezes pelo chenopódio, permaneciam com boa saúde pelo menos durante dois anos, mas continuavam “como portadores de uma pequena quantidade de *necatores*, embora ingerissem 10 ou mais medicações”. O chefe da profilaxia rural também destacava que “as *ascáridas*

---

<sup>395</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, a 7 de setembro de 1923 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1923, p.49.

<sup>396</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1924 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro 1924, Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1924, p.104.

deixavam-se eliminar em grande quantidade, mas as reinfecções eram continuas, pois raramente baixavam de 50%”.<sup>397</sup>

Pelo que apontou Sousa Araújo e pelo grande número de pessoas infectadas por verminoses, as reinfecções eram um sério problema enfrentado pela profilaxia rural, já que os medicamentos precisavam ser acompanhados por ações sanitárias como a construção de fossas, que muitas vezes não eram realizadas, e o hábito de se andar calçado e lavar as mãos antes das refeições. As reinfecções demonstram que muitas vezes a população resistia a essas práticas, ou as realizava durante um momento e depois as abandonava.

Tais exemplos investigados por essa dissertação nos ajudam a pensar como o saneamento rural não foi apenas um debate entre as elites intelectuais, mas também um processo que afetou a vida de milhares de pessoas nos subúrbios e no interior do Pará. Desse modo, esses indivíduos também foram sujeitos do saneamento rural, vivenciando e construindo significados para essas práticas, com dúvidas, desconfianças, resistências. A população rural tinha suas próprias práticas de saúde e num jogo de tensões e negociações aceitou parte da profilaxia ou se negou a realizá-la.

Ao mesmo tempo percebemos, por meio do trabalho de pesquisa da dissertação, que o saneamento não se reduz a profilaxias de doenças ou a serviços de engenharia sanitária. De fato, no processo de execução desse projeto as elites intelectuais paraenses, envolvidas com esse evento, construíram diversas representações do urbano e do rural o que nos permitiu evidenciar os conflitos e a intensa relação entre esses dois espaços. O próprio termo sertão muitas vezes se confundiu com o termo rural, sendo ambos repensados por critérios médico-sociais e passando a simbolizar espaços marcados pelo abandono e pelas doenças. Por meio dessas redefinições as fronteiras entre o urbano e o rural se tornaram muito tênues, a Belém moderna e higienizada, convivia muito de perto com a Belém das doenças e da insalubridade.

A partir dos jornais paraenses investigados ficou evidente que a imprensa não foi apenas um espaço em que diversos intelectuais tornaram hegemônico o discurso do saneamento e da profilaxia rural, por meio dela também é possível vislumbrar os embates desse processo. Desse modo, a polêmica da cura da lepra através do assacú, evidencia que as elites paraenses por mais que louvassem a profilaxia rural e desejassem fortalecer a força produtiva do estado do Pará não deixaram de entrar em choque com o Dr. Heráclides César de Sousa Araújo, o que revela que a crescente presença da União em questões de saúde pública não ocorreu sem conflitos.

---

<sup>397</sup>Idem, p.102-103.

Os anúncios de cura da lepra primeiro pelo assacú e depois pelo assacú-rana também nos ajudam a refletir como a medicina científica fazia uso de vários conhecimentos da medicina popular, já que os usos medicinais do assacú remontavam a práticas de cura indígenas. Além disso, o debate em torno do assacú evidencia que os médicos brasileiros não se limitaram a adotar a chaulmoogra, imitando a terapêutica europeia para o tratamento da lepra, pelo contrário constantemente discutiram novas terapêuticas, tentando encontrar uma planta brasileira que pudesse ser utilizada no tratamento da doença.

Nesse contexto de profilaxia, a investigação indicou que no estado do Pará o controle da lepra era uma questão muito importante para as elites paraenses e para o serviço de saneamento e profilaxia rural, tanto que o acordo com o governo federal previa a construção de um leprosário que foi inaugurado oficialmente em junho de 1924. Desse modo, em nome de um ideal higiênico e civilizador, o isolacionismo apareceu como um mecanismo para evitar o contágio e especialmente afastar os indesejáveis dos olhos das elites, que não queriam os doentes circulando pela cidade. Mas se as elites desejavam afastar os “leprosos” de Belém, os moradores da Colônia do Prata também não aceitavam que tivessem que deixar suas casas para que o leprosário fosse instalado e muito menos desejavam ter os leprosos perto de si.

A importância que a lepra assume no contexto de instalação do serviço de saneamento e profilaxia rural no Pará evidencia como essa doença foi umas das principais combatidas pelo serviço. Em contrapartida, a Doença de Chagas, que nesse momento tentava se consolidar como uma doença nacional, ainda não aparecia no estado, mesmo assim figurava no discurso da tríade maldita que tentava sintetizar os grandes males da nação em três doenças: malária, ancilostomíase e Doença de Chagas. Desse modo, ao tentar interpretar a nação, o discurso sanitarista muitas vezes não considerou as especificidades regionais já que no Pará a lepra teria uma importância bem maior que a Doença de Chagas.

De modo geral, as páginas amareladas dos jornais investigados nos ajudaram a perceber toda a dinâmica da sociedade paraense nas décadas iniciais da República, contexto em que o discurso sanitarista emerge com muita força e promove transformações importantes na saúde pública. Em meio a esses debates emergiram diferentes sujeitos que significaram esse processo de múltiplas formas. O governo estadual querendo desenvolver o Pará e libertá-lo do estigma de “inferno verde”, os médicos desejando libertar a nação de suas doenças, os intelectuais da imprensa constantemente debatendo o saneamento, a população rural reagindo e desconfiando das novas práticas de saúde, mas também aceitando parte delas. O saneamento rural foi um processo extremamente multifacetado, permeado de tensões, conflitos, e evidencia um novo pensar sobre a saúde pública e os problemas da nação.

## Lista de Fontes

### Jornais

*Folha do Norte* (1917 a 1924)

*Estado do Pará* (1917 a 1922)

*A Palavra* (1917 a 1924)

### Livros médicos

ARAÚJO, Heráclides César de Sousa. *A Prophylaxia Rural no Estado do Pará*. Publicação destinada à comemoração do centenário da Independência. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1922.

\_\_\_\_\_. *A profilaxia da lepra e das doenças venéreas no Estado do Pará*. Belém: Livraria Clássica, 1922.

\_\_\_\_\_. *Lazarópolis do Prata: a primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil*. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1924.

### Mensagens dos governadores do Pará

Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Exm. Sr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse como governador do Estado. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1917.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919 pelo governador do Estado Dr. Lauro Sodré. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1919.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª Reunião de sua 10ª Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo governador Dr. Lauro Sodré. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1921 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro. Pará: Typ. da Imprensa Official do Estado, 1921.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, a 7 de setembro de 1923 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro. Pará: Typ. da Imprensa Official do Estado, 1923.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1924 pelo governador do Estado Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro, Pará: Typ. da Imprensa Official do Estado, 1924.

## Referências Bibliográficas

- ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. O vírus e a cidade: rastros do cotidiano na cidade de Belém durante a pandemia da Gripe Espanhola (1918). In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). *Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos*. Belém: Editora Açai, 2016, p.113-133.
- ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. A História do Asilo do Tucunduba. *Jornal do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará*, ano XII, n. 78, mai/jun de 2009, Belém, p.5.
- AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15,1995, p.145-151.
- AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à Vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- \_\_\_\_\_. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2010.
- BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul.-set. 2008, p.719-762.
- BEZERRA, Mariza Pinheiro. Instituto Oswaldo Cruz no Maranhão (1919-1922). In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, Anais, Santa Catarina, 2015. Disponível em <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428264769\\_ARQUIVO\\_Mariza1artigoparaSNHdoc.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428264769_ARQUIVO_Mariza1artigoparaSNHdoc.pdf)>. Acesso em < 05.mai.2016>.
- BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. Belém: CEJUP,1986.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- CABRAL, Dilma. Lepra, morfeia ou elefantíase-dos-gregos: a singularização da doença no século XIX. *História Unissinos*, vol.10, n.1, jan/abril, 2006, p.35-44.



- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol.62, n.3, 2010, p.45-48.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A voz do mar: construção simbólica da República dos Pescadores Brasileiros pela Missão do “Cruzador José Bonifácio” (1919-1924)*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XVIII, Sergipe, Universidade Federal do Sergipe, 1995. Disponível em <[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d519140f0ec17a0c2f4abcc2ca9dc2b7.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d519140f0ec17a0c2f4abcc2ca9dc2b7.pdf)>. Acesso em <05.abr.2016>
- CAMPOS, André. Raça ou doença? O Problema Vital do Brasil. *Hipótese: Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol.2, nº2, p.45-54.
- CAPONI, Sandra. Entre myasmas y micróbios: la vivienda popular higienizada. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.18, nov/dez, 2002, p.1.665-1.674.
- CARNEIRO, Eva Dayna Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, 2011.
- CASTRO SANTOS, Luiz A; FARIA, Lina R. *A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal do Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.
- COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização de Belém (1897-1938)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- COSTA, Dilma Fátima Avellar Cabral da. *Entre ideias e ações: lepra, medicina e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- COSTA, Éden Moraes da. De médico a santo popular: a devoção ao Doutor Camilo Salgado em Belém do Pará. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. V, nº 2, Belém, 2010, p.47-73.
- CRUZ, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, 2007, p.253-270.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999.

FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do século XX). Disponível em <[http://revistanavigator.com.br/navig20/dossie/N20\\_dossie5.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig20/dossie/N20_dossie5.pdf)>. Acesso em <12.mai.2016>.

\_\_\_\_\_. *A construção da República no Pará (1886-1897)*, Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Uma história impressa: a imprensa no Pará, 1822-1922. *ZIG360.COM, Publicação trimestral da Fundação de Telecomunicações do Pará*, ano II, n.5, mar, 2009. Disponível em: <<http://issuu.com/portalcultura/docs/revistazyg360com5>>. Acessado em < 02 jan. 2012>.

\_\_\_\_\_. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950)*. Belém: EDUFPA, 2008.

\_\_\_\_\_. *Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides da nação brasileira (1914-1922)*. Documentos Culturais, Belém, v.7,n,1, 2006, p.41-50.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da medicina social*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979,p.79-98.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da 'boa imprensa': a revista Ave-Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, n.55, jan/jun 2008, p.63-84.

GORAYEB, Adryane. *Análise integrada da bacia paisagem na bacia hidrográfica do rio Caeté*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo, 2008.

GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistofélico: gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (Mestrado em História),

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HENRIQUE, Márcio Couto; AMADOR, Luiza Helena Miranda. Da *Belle Époque* à cidade do vício: o combate à sífilis em Belém do Pará, 1921-1924. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.359-378.

HOBBSAWM, Eric. A era da guerra total. In: *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, p.29-60.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, v.5, Rio de Janeiro, 1998, p.217-235.

\_\_\_\_\_; MELO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX*. *Hist. cienc. Saúde Manguinhos*, vol.9, Rio de Janeiro, 2002, p.233-273.

KROPF, Simone Petraglia. A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XX. In: *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: MAUAD X: Faperj, 2010, p. 57-79.

LACERDA, Franciane Gama. *Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o XX*. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos. Belém: Editora Açáí, 2016, pp.93-112

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v.16, n.30, jan/jun.2015, p.157-181.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açáí, 2010.

\_\_\_\_\_. *Em Busca dos Campos Perdidos: uma história de trem e cidade*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

LARÊDO, Salomão. *Raymundo Moraes: na Planície do Esquecimento*. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

- LIMA, Tânia Andrade. Prato e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n.1, v.3, jan/dez, 1995, p.129-191.
- LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquito e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- LUSTOSA, Oscar de Figueredo (Seleção e Introdução). *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. Cadernos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB), São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. *Projeto História*, São Paulo, n.18, mai, 1999, p.167-189.
- MACIEL, Laurinda R. “*Em proveito dos sãos perde o lazáro a liberdade*” – *Uma história das políticas públicas de combate a lepra no Brasil (1941-1962)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX, ou como a política mexe com a igreja católica*. In: Marin, Rosa Acevedo (org.) *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA, 1998, p.139-152.
- MAUÉS, Maria Angélica Motta & MAUÉS, Raymundo Heraldo. *O folclore da alimentação: tabus alimentares na Amazônia (um estudo de caso numa população de pescadores no litoral paraense)*. Belém: Falangola, 1980.
- MANOEL, Ivan A. *O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá, Paraná: Eduem, 2004.
- MILÉO, Clarisse Cobe. *Sousa-Araújo e o sanitarismo: a trajetória de um médico (1912-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação a federalização (1919-1950)*. Belém, FADESP, 2009.
- MOURÃO, Leila. História e Natureza: do açaí ao palmito. *Revista Territórios e Fronteiras*, v.3, n.2, jul/dez, 2010, p.74-96.
- MUNIZ, Érico Silva Muniz. *Basta aplicar uma injeção? Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço; Campina Grande, PB: EDUEPB; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.

- NEVES, Agnes Roberta Oliveira das. *Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas (1920-1923)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX*. Disponível em: <[http://www.erevistas.csic.es/ficha\\_articulo.](http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.)>Acessado em <12 jan.2013>.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e Dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- PONTE, C. F.; FALLEIROS, C.(Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, Pescadores e desenvolvimento Nacional. *Ruris*, Campinas, SP, v.8, n.1, març. 2014, p.31-62.
- RANGEL, Alberto. *Inferno verde (cenas e cenários do Amazonas)*. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- SÁ, Dominichi. M. de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o ‘imenso hospital’. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, Rio de Janeiro, 2009, p.333-343.
- SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; SOUZA, Letícia Pumar Alves de; SIANI, Antônio Carlos. O óleo de chaulmoogra como conhecimento científico: a construção de uma terapêutica antileprótica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan.-mar, 2008, p.29-46.
- SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, 1985, p.193-210.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1880-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

- SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *Riquezas produzindo a Belle Époque. (1870-1910)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SCHWEICKARDT, Júlio César. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Cristian Nunes da. *Geografia e Representação Espacial da Pesca na Amazônia Paraense*. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.
- SILVA, Dário Benedito Rodrigues Nonato da. *Os donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas (1889-1925)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.
- SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *Sentidos de um “país tropical”: a lepra e a chaulmoogra brasileira*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a Política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1976.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- VALENTE, Sebastião Aldo da Silva; FRAIHA NETO, Habib; et al. Doença de Chagas. In: *Doenças infecciosas e parasitárias: enfoque amazônico*. LEÃO, Raimundo Nonato Queiroz (coord). Belém: Cejup: UEPA: Instituto Evandro Chagas, 1997, p.597-599.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria/Bauru: UFSM/EDUSC, 1999.
- WEINSTEN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a Cidade: na História e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.